



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LUÍS VICTOR DA SILVA COSTA

DIPLOMACIA NUCLEAR E INSERÇÃO INTERNACIONAL:
Uma análise das estratégias do Brasil e da Argentina (1995-2008)

Brasília - DF
2025

LUÍS VICTOR DA SILVA COSTA

DIPLOMACIA NUCLEAR E INSERÇÃO INTERNACIONAL:
Uma análise das estratégias do Brasil e da Argentina (1995-2008)

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Costa Vaz

Brasília - DF
2025

LUÍS VICTOR DA SILVA COSTA

DIPLOMACIA NUCLEAR E INSERÇÃO INTERNACIONAL:

Uma análise das estratégias do Brasil e da Argentina (1995-2008)

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em 22 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz

Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília (UnB)
Orientador

Prof. Dr. Carlo Patti

Programas de Pós-Graduação em História e em Ciência Política – Universidade Federal de Goiás
(UFG)
Examinador externo

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília (UnB)
Examinador interno

RESUMO

Este estudo investiga a evolução da diplomacia nuclear de Brasil e Argentina entre 1995 e 2008, destacando três fases principais. Na década de 1980, a estratégia de cada país priorizou a construção de confiança e a integração produtiva. Na década de 1990, o foco se voltou para a construção de credibilidade e a integração comercial, marcada pela adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). A partir dos anos 2000, o Brasil priorizou a autonomia tecnológica e a busca por status internacional, enquanto a Argentina buscou ampliar o acesso a mercados externos. Ambos os países, no entanto, rejeitaram a adesão ao Protocolo Adicional de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O estudo busca compreender os fatores que motivaram a mudança de orientação na diplomacia nuclear entre os anos 1990 e 2000 e os impactos dessa transformação nas estratégias de inserção internacional de ambos os países nas negociações multilaterais relacionadas ao tema. Por meio de uma análise qualitativa, baseada em uma perspectiva construtivista das relações internacionais, a pesquisa conclui que as alterações na orientação diplomática foram influenciadas por fatores internos, como a ascensão de elites políticas neodesenvolvimentistas e nacionalistas, que buscaram uma postura mais autônoma na política externa e consideravam a tecnologia nuclear um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico e para a obtenção de status internacional, especialmente no caso do Brasil.

Palavras-chave: Brasil, Argentina, Diplomacia Nuclear, Tratado de Não Proliferação Nuclear, Protocolo Adicional, Inserção Internacional.

ABSTRACT

This study investigates the evolution of nuclear diplomacy between Brazil and Argentina from 1995 to 2008, highlighting three main phases. In the 1980s, both countries' strategies prioritized confidence-building and productive integration. In the 1990s, the focus shifted toward building credibility and commercial integration, marked by adherence to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT). In the 2000s, Brazil began prioritizing technological autonomy and seeking international status, while Argentina aimed to expand access to external markets. However, both countries rejected adherence to the Additional Protocol of Safeguards from the International Atomic Energy Agency (IAEA). The study seeks to understand the factors that motivated the change in nuclear diplomacy between the 1990s and 2000s and the impacts of this shift on their international insertion strategies in multilateral negotiations on this thematic area. Through qualitative analysis based on a constructivist approach to international relations, the research concludes that the changes in both countries' diplomatic orientation were shaped by internal factors, such as the rise of neo-developmental and nationalist political elites. These groups sought a more autonomous stance in foreign policy and viewed nuclear technology as a strategic element for economic development and gaining international status, particularly in the case of Brazil.

Keywords: Brazil, Argentina, Nuclear Diplomacy, Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons, Additional Protocol, International Engagement.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Agradeço ao professor Alcides Vaz, que me orientou com generosidade ao longo do mestrado e tem sido um guia constante desde a graduação, contribuindo de forma decisiva para minha formação acadêmica.

Sou igualmente grato ao professor Carlo Patti, cujas sugestões valiosas, ainda nos estágios iniciais do projeto, influenciaram de maneira significativa os caminhos que a pesquisa viria a trilhar até seus resultados finais.

Agradeço também à minha família, em especial à minha mãe, pelo apoio incondicional aos meus estudos e à minha esposa, por sua paciência e suporte emocional ao longo de todo o processo de realização do mestrado.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
AGRADECIMENTOS	6
1 INTRODUÇÃO	7
1.2 Referencial teórico	11
1.3 Metodologia	13
2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS NO CAMPO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1940-1990)	17
2.1 Os Primeiros Passos e a Disputa Por Liderança Regional.....	17
2.2 Atuação Internacional Nas Décadas De 1950 e 1960	21
2.3 Anos 1970: Do Desgaste à Aproximação.....	28
2.4 Os anos 1980: Crise econômica, Redemocratização e Cooperação	36
2.5 Conclusão.....	42
3 A DÉCADA DE 1990: ADESÃO AOS REGIMES DE NÃO PROLIFERAÇÃO E INTEGRAÇÃO PELA VIA COMERCIAL	50
3.1 Diplomacia nuclear e cooperação: a criação da ABACC e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas	55
3.2 A ratificação do Tratado de Tlatelolco e a adesão da Argentina ao TNP	61
3.3 O governo Cardoso e a entrada do Brasil no TNP	63
3.4 A Segunda Metade da Década de 1990: Relacionamento Bilateral e Diplomacia Nuclear	71
3.5 Conclusão.....	78
4 OS ANOS 2000: A ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS	82
4.1 A criação do Protocolo Adicional da AIEA.....	96
4.2 A posição da Argentina	98
4.3 A decisão do Brasil: discussão interna e atritos internacionais	101
4.4 A cooperação bilateral em questões nucleares	108
4.5 A posição do Brasil e da Argentina nas Discussões e Iniciativas Internacionais sobre o Uso Pacífico da Tecnologia Nuclear e Não Proliferação nos Anos 2000	112
4.6 O cenário pós 2010	120
5 CONCLUSÃO	123

1 INTRODUÇÃO

Em julho de 1945, quando Robert Oppenheimer presenciou a explosão da bomba nuclear no campo de testes no Novo México, ele se lembrou das palavras do deus Krishna ao príncipe Arjuna: "Agora eu me torno a Morte, a destruidora de mundos", narradas no Bhagavad-Gita. Entre os militares e cientistas que assistiam ao teste, as reações oscilaram entre lágrimas, risadas e silêncio. Enquanto uma densa e colossal massa de fumaça se expandia, todos foram tomados pela certeza de que, a partir daquele momento, o mundo jamais seria o mesmo.¹

A partir de então, desenvolver tecnologia nuclear em busca de garantia de segurança tornou-se uma obsessão para vários governos ao redor do mundo. Não foi diferente no Brasil e na Argentina, onde o temor de ficar para trás alimentou, nas elites nacionais, o desejo de dominar o potencial energético do átomo. Esse esforço tornou os dois países atores internacionais relevantes em questões nucleares, além de pioneiros na América Latina (junto com o México) na construção de reatores e usinas nucleares.

Em maio de 1998, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, empenhado em impedir uma corrida nuclear entre a Índia e o Paquistão, citou as iniciativas do Brasil e da Argentina de se comprometerem com o uso exclusivamente pacífico da tecnologia nuclear nos anos 1980 e 1990 como um caso de sucesso, que poderia servir de exemplo para os países asiáticos.² Duas décadas antes, no entanto, a situação era outra. Washington pressionava e limitava o acesso à tecnologia nuclear pelos governos brasileiro e argentino, comandados por regimes militares autoritários, que, apesar de estarem relativamente próximos do colapso, haviam conseguido desenvolver secretamente expressivas capacidades tecnológicas nucleares.

Por décadas, predominou na comunidade internacional, principalmente nos EUA, a desconfiança em relação às ambições nucleares do Brasil e da Argentina, acusados de quererem desenvolver bombas atômicas. Pesquisas recentes demonstram que não há evidências de que os governos de ambos os países tenham iniciado esforços concretos para o desenvolvimento desses

¹ NBC News. OPPENHEIMER: The Decision to Drop the Bomb, 1965. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-JWxIVVeV98>. Acesso em: 7 mar. 2025.

² FOLHA DE LONDRINA. Clinton cita exemplo de Brasil e Argentina. Folha de Londrina, 18 maio 1998. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/mundo/clinton-cita-exemplo-de-brasil-e-argentina-76544.html?d=1>. Acesso em: 7 mar. 2025.

dispositivos, embora algumas figuras políticas tivessem de fato interesse na possibilidade e os governos resistissem aos nascentes regimes de controle da tecnologia.

Outra fonte de preocupação internacional era a rivalidade entre o Brasil e a Argentina, que poderia levar a uma corrida armamentista na América do Sul. No entanto, a partir do final da década de 1970, ainda sob governos autoritários e com maior desenvolvimento durante a década de 1980, os países iniciaram um processo de convergência, baseado na construção de confiança mútua e no comprometimento com o uso pacífico da tecnologia nuclear, contribuindo para a promoção da paz e da estabilidade na região.

Nessa nova fase, foi criado um sistema bilateral de inspeções nucleares, garantindo acesso mútuo às instalações e aos materiais nucleares de ambos os países. Importantes iniciativas foram tomadas, como a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), a assinatura do Acordo Quadripartite, a adesão plena ao Tratado de Tlatelolco e a adesão ao Tratado de Não Proliferação.

Há uma vasta literatura que analisa o processo de cooperação nos anos 1980, o avanço da integração regional na América do Sul, possibilitado pela superação da rivalidade entre Brasília e Buenos Aires, além da consolidação, durante a década de 1990, de uma estratégia de política externa voltada para conquistar credibilidade internacional. No entanto, no que se refere ao papel das ambições nucleares de cada país na estratégia de inserção internacional e ao caráter mutante das suas estratégias de diplomacia nuclear ao longo do tempo, embora não tenham sido ignoradas pelos estudiosos da política externa de ambos os países, ainda permanecem pouco exploradas.

Este estudo pretende contribuir para o entendimento das dinâmicas da diplomacia nuclear na América do Sul, destacando as implicações das estratégias do Brasil e da Argentina para sua inserção internacional. Além disso, visa avançar o conhecimento sobre a diplomacia nuclear na América do Sul, que tem relevância para a compreensão das relações internacionais contemporâneas, especialmente, no que se refere aos desafios e às oportunidades para a cooperação e a integração regional.

Apesar do declínio pelo interesse em energia nuclear na segunda década dos anos 2000, principalmente após o acidente de Fukushima, em 2011, e a desativação de usinas na Alemanha, as mudanças climáticas e a necessidade de transição energética para uma economia de baixo

carbono têm levado formuladores de políticas ao redor do mundo a reconsiderar se a tecnologia nuclear não seria uma solução viável para esse processo. Além disso, a enorme quantidade de energia demandada pelas plataformas de inteligência artificial tem ressuscitado a energia nuclear como uma alternativa mais segura e eficiente para suprir essa demanda.

No entanto, além das dificuldades relacionadas ao tratamento de resíduos radioativos, governos e organizações não governamentais, em diferentes regiões do mundo, destacam os riscos de proliferação de armamentos que uma eventual disseminação de programas nucleares, mesmo que para fins civis, pode acarretar. A posse de arsenais nucleares além de ser uma ferramenta de dissuasão é vista como um símbolo de poder e status em um cenário internacional em crise. A segurança das instalações nucleares também se torna uma fonte de preocupação em um ambiente internacional, marcado por alto índice de conflitos. Ameaças como o terrorismo e o crime organizado aumentam o receio de que esses materiais possam ser desviados e utilizados como matéria-prima para grandes tragédias.

A sobrevivência do regime de não proliferação nuclear também está em xeque. Os mecanismos de controle têm sido contestados por Estados do Sul Global, pelo caráter desigual do Tratado de Não Proliferação (TNP). A recusa de países como Israel, Índia e Paquistão a aderir ao TNP, a denúncia do tratado pela Coreia do Norte, o desrespeito às normas acordadas pelo Irã, além da modernização dos arsenais das grandes potências em vez da prometida redução, enfraquecem ainda mais o regime. Além disso, os desdobramentos da guerra na Ucrânia têm incentivado diversos países a ampliarem seus orçamentos de Defesa, com uma confiança cada vez menor no Direito Internacional.

Ao explorar as mudanças nas estratégias de diplomacia nuclear do Brasil e da Argentina ao longo do tempo, buscamos oferecer insights úteis a estudiosos, analistas e formuladores de políticas atuantes na área de Relações Internacionais sobre os fatores que, de alguma forma, explicam as motivações e decisões de política externa de ambos os países em questões nucleares no século XXI. Este estudo também visa contribuir para o campo da história das relações internacionais, abordando uma questão que, longe de estar obsoleta, se mantém atual e de grande importância desde a década de 1940: a tecnologia nuclear, que permanece central para o futuro das relações de poder entre os Estados, tanto no âmbito militar quanto econômico.

Identificamos que a partir dos anos 1980, o Brasil e a Argentina adotaram estratégias de diplomacia nuclear voltadas para a construção de confiança e para a integração produtiva. Na década de 1990, o foco esteve na busca por credibilidade e integração comercial. Já a partir dos anos 2000, houve ênfase na autonomia tecnológica e na busca por status no caso do Brasil, enquanto a Argentina buscou acesso a mercados. A partir dessa análise, tentamos entender as seguintes questões: o que motivou a mudança de orientação em relação à diplomacia nuclear entre os anos 1990 e 2000? E quais foram os impactos dessa mudança nas estratégias de inserção internacional de ambos os países nas tratativas multilaterais nesta área temática?

Identificamos duas grandes questões que nortearam a atuação diplomática em relação à questão nuclear de Brasil e Argentina nesse período: a adesão ao TNP na década de 1990 e, nos anos 2000, a adesão ao Protocolo Adicional de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Compreender as posições do Brasil e da Argentina em relação a esses dois instrumentos revelou-se fundamental para explicar suas estratégias de diplomacia nuclear. Por isso, dedicamos atenção especial a esses dois momentos, adotando como marco temporal o período de 1995 a 2008. Em 1995, a Argentina aderiu ao TNP, três anos antes do Brasil. Superada essa questão, discutiu-se a adesão ao Protocolo Adicional, com a Argentina decidindo seguir a posição brasileira. Essa discussão só foi formalmente encerrada no Brasil, em 2008, com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa, que estabeleceu que o país só se comprometeria com novos instrumentos de controle se as potências nucleares dessem passos significativos em direção à redução dos arsenais, conforme acordado no TNP.

Concluimos que, na década de 1990, a crença dos agentes políticos brasileiros e argentinos nos ideais neoliberais guiou a formulação de uma estratégia de inserção internacional que priorizou a integração com a comunidade internacional, principalmente com o Norte Global, por meio da via econômica. Nesse contexto, a diplomacia nuclear de ambos os países funcionou como ferramenta para garantir credibilidade, aceitação e legitimidade na ordem internacional pós-Guerra Fria. A aceitação dos instrumentos de controle tecnológico e a adesão ao regime de não proliferação nuclear foram cruciais para alcançar esses objetivos.

Nos anos 2000, o desgaste do modelo neoliberal possibilitou a ascensão de grupos neodesenvolvimentistas e nacionalistas, que priorizavam uma postura internacional mais autônoma e viam de forma negativa as ações de política externa de Menem na Argentina e de

Collor e Cardoso no Brasil na década anterior. As novas elites políticas resgataram o papel do Estado como agente de inclusão e promotor do desenvolvimento, redefinindo o modelo de inserção internacional de ambos os países. Para esses grupos, a energia nuclear era vista como essencial para garantir segurança energética, estimular o crescimento econômico e, especialmente no caso brasileiro, conferir status internacional. Por isso, a pressão externa pela adesão a novos instrumentos de controle, como o Protocolo Adicional, não foi bem recebida nesse momento. No entanto, mantiveram o compromisso com regime de não proliferação, atuando em prol do desarmamento, sem abrir mão do desenvolvimento de tecnologia para fins pacíficos.

Apesar da posição comum de rejeição ao Protocolo, cada país reagiu de maneira diferente. A Argentina mostrou-se menos resistente, devido às suas ambições comerciais, já que seu programa nuclear é voltado para a exportação de reatores. O Brasil, por outro lado, tem um foco maior na Defesa e na conquista de status internacional, mantendo, portanto, uma postura mais crítica e refratária.

1.2 Referencial teórico

Brasil e Argentina são reconhecidos como potências regionais devido à influência política, econômica e diplomática que exercem na América do Sul, bem como ao papel que desempenham na promoção da estabilidade e da cooperação regional. Além disso, ambos os países podem ser considerados potências médias em escala global, uma vez que buscam ocupar posições de destaque no debate político e nas negociações sobre questões internacionais³, ainda que o Brasil seja geralmente percebido como tendo uma influência regional e global mais significativa do que a Argentina.

As potências médias, em virtude de suas limitações de recursos e de interesses que circunscrevem suas possibilidades de inserção externa, não têm capacidade para se engajar diplomaticamente em uma ampla gama de questões internacionais. Por essa razão, elas optam por priorizar temas específicos nos quais possuam interesse estratégico ou competência técnica

³ NOLTE, Detlef. How to compare Regional Powers: Analytical Concepts and Research Topics. *Review of International Studies*. 36, 881-901, 2010.

diferenciada, de modo a oferecer contribuições relevantes para a comunidade internacional. Essa abordagem é conhecida como diplomacia de nicho, da qual a diplomacia nuclear é um exemplo.⁴

Essa prática, como nicho diplomático, surgiu após a explosão das bombas atômicas no Japão em 1945, evento que inaugurou a corrida armamentista nuclear entre as superpotências. Seu desenvolvimento ocorreu ao longo da Guerra Fria, marcado por intensos esforços diplomáticos para frear a expansão dos arsenais e garantir a criação de mecanismos de controle e verificação. Após o fim da Guerra Fria, novos desafios emergiram, como a ampliação da participação de instituições privadas no mercado nuclear, o crescimento do tráfico ilícito de materiais relacionados, a modernização dos arsenais e o espectro do terrorismo. Esses fatores ampliaram as áreas de atuação da diplomacia nuclear e levaram à revisão do conceito ao longo do tempo.⁵

Para os propósitos deste estudo, a diplomacia nuclear é definida com base na perspectiva construtivista das relações internacionais. Ao diferenciar essa prática diplomática do conceito geral de diplomacia, destacamos um tipo específico de relacionamento entre os atores internacionais, voltado para lidar com questões que envolvem o uso, a circulação de conhecimento e materiais, o desenvolvimento tecnológico e a formação de normas e acordos internacionais sobre a tecnologia nuclear, conforme proposto por Ito e Rentetzi (2021).

No entanto, ainda que reconheçamos a importância da interação de atores não estatais, delimitamos o escopo da pesquisa à atuação dos Estados, com ênfase na compreensão das crenças, objetivos e interesses dos agentes políticos nacionais, bem como das autoimagens nacionais (National Self-Images, no original)⁶ construídas pelos grupos políticos no poder.

Clunan (2009) define Autoimagem Nacional como as ideias que um país tem sobre seu status internacional e seu propósito político. Trata-se da lente por meio da qual as elites políticas interpretam o papel de suas nações no cenário internacional, definem seus interesses e justificam suas ações. Dentro de um país, podem coexistir autoimagens nacionais concorrentes, que estão em constante disputa no debate político e são moldadas ao longo do tempo.

⁴ MAÎTRE, Emmanuelle. Nuclear Diplomacy: a niche diplomacy for middle powers. *Frstrategie*, nº 8/2018.

⁵ VAN WYK, Jo-Ansie Karina. South Africa's Nuclear Diplomacy, 1990-2010: Securing A Niche Role Through Norm Construction And State Identity. Tese de Doutorado em Filosofia/Relações Internacionais. University of Pretoria, Faculty Of Humanities. 2013, p. 37-64.

⁶ CLUNAN, A. L. *The Social Construction of Russia's Resurgence: Aspirations, Identity, and Security Interests*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

Nesse sentido, a autoimagem nacional predominante em um país molda os interesses da nação e influencia diretamente sua estratégia de inserção internacional e, conseqüentemente, sua diplomacia nuclear. A predominância de uma autopercepção como uma potência global, por exemplo, pode levar uma nação a buscar projetar sua influência e poder diante dos demais, seja desenvolvendo capacidades nucleares avançadas, seja obtendo reconhecimento pelas habilidades já desenvolvidas, como é o caso do Brasil.

Van Wyk (2013) afirma que a identidade dos Estados envolvidos na prática da diplomacia nuclear é dividida entre Estados Nuclearmente Armados (NWS) e Estados Não Nuclearmente Armados (NNWS), conforme estabelecido no Tratado de Não Proliferação Nuclear, tendo as questões relacionadas a não proliferação nuclear, desarmamento nuclear e usos pacíficos da energia nuclear como os três pilares principais de atuação. A identificação de um país em determinado grupo influencia a definição dos seus interesses.

É importante ter em mente que ainda que a constituição da autoimagem nacional seja fundamental para explicar a definição dos interesses nacionais em determinado período, ela não é, por si só, determinante para garantir o alcance desses objetivos. Há uma série de variáveis internas e externas que influenciam a obtenção dos resultados.

Nos casos brasileiro e argentino, a perspectiva construtivista oferece uma forma de compreender a dinâmica e a complexidade das relações entre os dois países no campo nuclear. Ao considerar as dimensões histórica, social e normativa que influenciaram a transição de grupos com autoimagens nacionais distintas ao longo do tempo, torna-se possível entender as decisões e ações dos agentes políticos que moldaram os comportamentos desses Estados. Dessa forma, é possível compreender o que levou o Brasil e a Argentina a assinarem o TNP e, pouco tempo depois, a recusarem aderir ao Protocolo Adicional da AIEA, além de analisar como as atitudes de um país influenciaram as do outro.

1.3 Metodologia

A metodologia empregada neste estudo é de natureza qualitativa e descritiva, envolvendo inferência descritiva. Foi utilizado o estudo de caso, embora sem pretensão de uma abordagem

comparativa, pois o objetivo geral não é compreender ou explicar eventuais semelhanças e diferenças entre os dois países no que diz respeito à instrumentalização da diplomacia nuclear para a consecução de interesses e objetivos de inserção internacional em um sentido mais amplo. O foco, em vez disso, recai na análise, com base nas convergências das orientações de suas políticas externas, o papel da diplomacia nuclear e os impactos das mudanças a que ela esteve sujeita nas estratégias de inserção internacional.

As estratégias e os resultados da diplomacia nuclear do Brasil e da Argentina são analisados a partir de três dimensões: a) a dimensão científico-tecnológica, que se refere ao desenvolvimento e controle dos programas e instalações nucleares de cada país; b) a dimensão política, que abrange as motivações e os objetivos dos governos e dos agentes envolvidos na diplomacia nuclear; e c) a dimensão internacional, que trata dos impactos e desafios da diplomacia nuclear de ambos os países no cenário regional e global.

Para a realização deste estudo, foi conduzida ampla pesquisa bibliográfica, incluindo livros, teses, dissertações e artigos sobre a história da política externa e nuclear do Brasil e da Argentina. Também foi realizada extensa pesquisa documental no acervo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em Brasília.⁷ Foram consultados documentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos, disponíveis no site do Arquivo Nacional, bem como os acervos do ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia e do embaixador Rubens A. Barbosa, disponibilizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, foram analisadas comunicações diplomáticas entre o Departamento de Estado americano e as embaixadas dos EUA em Brasília e Buenos Aires, disponíveis no Wikileaks.⁸ Utilizamos ainda reportagens de veículos de mídia brasileiros e argentinos, principalmente da

⁷ Solicitamos ao MRE acesso a documentos sobre as relações bilaterais entre Brasil e Argentina no campo nuclear, entre 1997 e 2005, incluindo comunicações e registros internos relativos à adesão ao TNP e à posição brasileira sobre o Protocolo Adicional da AIEA. Não foi autorizada a reprodução dos documentos. A maior parte do material estava organizada em pastas temáticas que nem sempre seguiam uma padronização clara para o público externo, e parte dos documentos contidos nessas pastas não correspondia ao recorte temporal solicitado. Por essa razão, os títulos e informações do material foram registrados exatamente como constavam nas capas das pastas, a fim de facilitar a consulta por outros pesquisadores.

⁸ Nos acervos da SAE/Arquivo Nacional, do CPDOC/FGV e do Wikileaks, por permitirem o uso de ferramentas de busca, foram realizadas pesquisas por marco temporal e por palavras-chave como: Brasil, Argentina, nuclear, átomo, TNP, Protocolo Adicional, AIEA, Lula e Kirchner, em inglês e português.

Folha de São Paulo, pela facilidade de acesso à vasta quantidade de notícias da década de 1990 disponíveis online gratuitamente, além dos jornais *El Clarín* e *La Nación*.

Por fim, foram estudadas entrevistas com e importantes figuras da história dos programas nucleares e da política brasileira e argentina, concedidas aos pesquisadores Carlo Patti, Matias Spektor, Rodrigo Mallea, Nicholas J. Wheeler, Tatiana Coutto, Lucas Nascimento, Marina Monassa e Marly Motta, transcritas e publicadas nas obras *Programa Nuclear Brasileiro: Uma História Oral* (2014) e *Origens da Cooperação Nuclear: Uma História Oral Crítica entre Argentina e Brasil* (2015). Adicionalmente, incluímos entrevista concedida pelo almirante Othon Pinheiro, ex-presidente da Eletronuclear, em 2023, ao canal Clube de Engenharia, disponível no YouTube.

Houve um desequilíbrio não intencional na quantidade de material obtido por fontes primárias no lado brasileiro em comparação com o material sobre a Argentina. Enquanto boa parte da documentação sobre o Brasil foi facilmente acessada virtualmente, a maior parte dos documentos da Argentina exigiria acesso presencial, o que dificultou a consulta a esses materiais. Nesse contexto, a utilização de fontes secundárias, como livros e artigos publicados por autores daquele país foi fundamental para a conclusão da pesquisa. Além disso, o material disponibilizado pelo Wikileaks, a documentação do Itamaraty relatando encontros de brasileiros com seus pares argentinos e as entrevistas de diplomatas dos dois países transcritas na obra de Patti, além da obra de Spektor, Mallea e Wheeler foram de grande ajuda para preencher a lacuna deixada pela falta de acesso por outras vias. Dessa forma, apesar dos impedimentos, foi possível obter, pelas perspectivas brasileira e norte-americana, informações valiosas sobre as iniciativas propostas e as reações da Argentina aos acontecimentos importantes do período.

As informações acessadas foram constantemente confrontadas entre si para identificar inconsistências ou confirmar fatos.

Este estudo está organizado em quatro partes: o capítulo 2 apresenta uma análise histórica das ambições nucleares do Brasil e da Argentina, focando no impacto dessas ambições sobre o relacionamento entre os dois países. Buscou-se identificar as dinâmicas do relacionamento bilateral e as motivações que fundamentaram as ações de diplomacia nuclear de cada país, com o objetivo de compreender o processo de superação da rivalidade e a construção dos mecanismos de

confiança na década de 1980, que estabeleceram os alicerces das estratégias de diplomacia nuclear contemporâneas.

No capítulo 3, buscamos identificar as estratégias que guiaram a atuação diplomática brasileira e argentina nos anos 1990, a fim de explicar por que ambos os países desistiram de sua histórica postura de resistência ao regime de não proliferação e aderiram ao TNP. No capítulo 4, enfatizamos a mudança nas estratégias de diplomacia nuclear e inserção internacional dos dois países no início da década de 2000, resultado das transformações sociais internas que ambos viveram. Por fim, o capítulo 5 apresenta as conclusões e discute perspectivas para o futuro.

2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS NO CAMPO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1940-1990)

2.1 Os Primeiros Passos e a Disputa Por Liderança Regional

Desde o final do século XIX, o Brasil adotou a política de evitar conflitos e manter um relacionamento amistoso e cooperativo com a Argentina, reconhecendo a importância estratégica de seu vizinho na América do Sul. Essa postura, conhecida como cordialidade oficial, foi inicialmente desenvolvida pelo Visconde do Rio Branco e ampliada por seu filho, o Barão do Rio Branco. A política foi formalmente consolidada com a assinatura do Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem, em 1915, e perdurou até 1974, quando, o governo Geisel estabeleceu uma ruptura.⁹ Houve, no entanto, uma fase de inflexão, entre 1946 e 1955, quando a diplomacia brasileira buscou se distanciar das iniciativas propostas pelo peronismo na região e manteve sua atuação pautada no que Amado Cervo (2001) denominou *diplomacia da obstrução*.

Durante a Primeira Guerra Mundial, vários países começaram a investir massivamente em pesquisa e desenvolvimento, especialmente em áreas relacionadas à defesa e tecnologia militar, dando origem ao fenômeno que viria a ser conhecido como *Big Science*. As ainda recentes descobertas sobre o átomo e seu potencial energético impulsionaram o desenvolvimento da tecnologia nuclear na década de 1940, principalmente pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, resultando no Projeto Manhattan e na criação da bomba atômica.¹⁰

No Brasil, durante o governo Vargas, houve um aumento significativo dos investimentos em ciência e tecnologia e se estabeleceram diversas instituições, universidades e centros de pesquisa com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, foi concebido um programa nuclear que destacava a importância de o Brasil acompanhar as

⁹ SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (1): 117-145 [2002].

¹⁰ JOSEPHSON, P.; KLANOVICZ, J. *Big Science e Tecnologia no século XX*. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 27, p. 149, 5 jun. 2018.

grandes potências no avanço científico e tecnológico para garantir sua soberania.¹¹ Movimento semelhante ocorreu na Argentina. A junta militar que assumiu o poder em 1943 implementou uma política de incentivo à industrialização e iniciou estudos sobre o uso dos recursos energéticos. Essa política foi intensificada por Perón, que enxergava a energia nuclear como elemento crucial para a evolução do processo de industrialização.¹²

O Brasil entrou na era atômica como importante fornecedor de matérias-primas, como a areia monazítica, para os Estados Unidos, mas nunca se conformou com essa posição. O governo Vargas negociou com Washigton a liberação da exportação de materiais radioativos em troca de compensações, como capacitação de cientistas e transferência tecnológica, com o objetivo de que o país desenvolvesse capacidades nucleares no futuro. Apesar de um acordo nesse sentido ter sido assinado pelos dois países, os EUA demonstraram quase nenhum interesse em cumprir com sua parte no combinado e ofereceram acesso ao Brasil apenas a informações de domínio público, que tinham pouco valor estratégico.¹³

O engenheiro e oficial de carreira da Marinha, Álvaro Alberto da Mota e Silva, responsável pela criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e idealizador da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), além de representar o Brasil no Comitê de Energia Atômica das Nações Unidas (UNAEC) entre 1946 e 1947, teve um importante papel na formulação e na defesa do sistema de compensações, estruturando os primeiros passos do que viria a ser o programa nuclear brasileiro.

Pouco tempo após as explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki, a Argentina proibiu a exportação de minérios radioativos com o intuito de preservar suas reservas. O governo investiu na formação de técnicos e cientistas, com o interesse de que a pesquisa estivesse vinculada aos objetivos políticos e econômicos nacionais, porém não encontrou reciprocidade entre os acadêmicos argentinos. A comunidade científica do país reivindicou autonomia e liberdade de

¹¹ PATTI, Carlo. *Brazil in the Global Nuclear Order, 1945-2018*. Johns Hopkins University Press, 2021.

¹² HURTADO, Diego. *El sueño de la Argentina atómica: Política, tecnología nuclear y desarrollo nacional. 1945-2006*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2014.

¹³ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

investigação, sem a necessidade de alinhamento obrigatório aos objetivos econômicos do governo.¹⁴

Após os primeiros investimentos na área, rapidamente iniciou-se uma disputa entre a classe política brasileira e argentina para liderar o desenvolvimento regional em matéria nuclear, evidenciada pela competição para inaugurar o primeiro reator de pesquisa da América Latina. O interesse do governo argentino em obter tecnologia nuclear tornou o país alvo de uma campanha de difamação por veículos de mídia dos Estados Unidos, que associavam Perón ao Eixo e chamavam atenção para o perigo que a posse de uma bomba atômica pelo líder sul-americano poderia representar. A pressão internacional, especialmente por parte dos Estados Unidos, somada à falta de alinhamento entre os interesses da comunidade acadêmica e do governo, resultou em um progresso lento no desenvolvimento das capacidades nucleares argentinas durante a década de 1940.¹⁵

Na tentativa de superar as restrições impostas pelos Estados Unidos ao acesso à tecnologia sensível, Brasil e Argentina voltaram-se para a Alemanha Ocidental. Buscaram acordos de transferência tecnológica, construção de reatores e treinamento de cientistas. Perón investiu recursos consideráveis para atrair engenheiros alemães para a Argentina. Nesse período, foi apresentado a Kurt Tank e Ronald Richter, que o convenceram a apoiar a criação do Projeto Huemul, com o objetivo de desenvolver a tecnologia de fusão nuclear.¹⁶ No entanto, o projeto revelou-se um grande fracasso, exigindo reformulação completa do programa nuclear argentino após seu encerramento.¹⁷

Após a reestruturação do programa nuclear na Argentina, o controle das atividades nucleares passou para a recém-criada Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). O

¹⁴ HURTADO, Diego, 2014.

¹⁵ HURTADO, 2014.

¹⁶ Ritcher convenceu Perón a apoiar a construção de reator de fusão na ilha de Humeul, a poucos quilômetros de Bariloche. Dominar a tecnologia de fusão significaria produzir energia infinita e limpa, algo que nenhum país estava perto de alcançar. Perón anunciou em coletiva de imprensa em março de 1951, que em fevereiro daquele ano, “na planta piloto de energia atômica na ilha de Huemul, experimentos termonucleares foram realizados em condições controladas e em escala técnica.” A comunidade internacional se mostrou bastante cética diante da descoberta e uma comissão de investigação foi instalada. Em setembro de 1952, o relatório da comissão, assinado pelo físico José Antonio Balseiro, afirmava que não havia “nenhum elemento de juízo que permita afirmar que uma reação de caráter nuclear se produza realmente”.

¹⁷ SCHULZ, Peter. Um charlatão encanta o presidente: a lição argentina. *Questão de Ciência*, 7 jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistaquestaoeciencia.com.br/artigo/2019/06/07/charlatao-encanta-presidente-e-envergonha-pais-licao-argentina>. Acesso em: 26 jul. 2024.

engenheiro e Capitão de Fragata Oscar Armando Quihillalt foi nomeado presidente da entidade, representando uma transferência significativa do controle do setor de energia atômica, que até então estava sob a responsabilidade do Exército, para a Marinha. Oficiais navais coordenariam o programa nuclear até a década de 1980.¹⁸

A Alemanha, ainda sob ocupação no pós-guerra, enfrentava restrições e supervisão internacional quanto ao desenvolvimento de tecnologia nuclear. No entanto, pesquisadores alemães continuavam a desenvolver novas técnicas de enriquecimento de urânio. Insatisfeito com o acordo estabelecido com os EUA, Álvaro Alberto, então presidente do CNPq, iniciou conversações secretas com universidades alemãs e encomendou a compra de três ultracentrífugas de enriquecimento de urânio. Além disso, acordou o envio de um grupo de químicos brasileiros ao país europeu para treinamento no uso desse equipamento.¹⁹

O governo dos Estados Unidos foi informado da transação por um informante brasileiro e, imediatamente, determinou a apreensão dos equipamentos e proibiu a liberação. As tentativas de negociação por parte do Brasil para recuperar as ultracentrífugas não obtiveram sucesso. No Brasil, a pressão exercida por Robert Terrill, adido econômico da Embaixada dos EUA levou à renúncia do militar brasileiro na presidência do CNPq e à transferência do controle sobre a exportação de materiais nucleares ao Ministério das Relações Exteriores.²⁰

O suicídio de Vargas contribuiu para a reformulação da política nuclear brasileira, com um novo foco na cooperação com os Estados Unidos. Em 1955, por meio da iniciativa "Átomos para a Paz", Washington e o governo brasileiro assinaram um acordo de cooperação para o uso pacífico da energia nuclear, resultando na importação do equipamento necessário para a construção do primeiro reator nuclear na América Latina, inaugurado em janeiro de 1958, por Juscelino Kubitschek.²¹

O desenvolvimento de uma indústria nuclear avançada, que tornasse possível ao país fabricar nacionalmente o combustível nuclear e ampliar sua capacidade energética estava expresso

¹⁸ HURTADO, 2014.

¹⁹ SANTOS, Tomé Sudário Gomes Ferraz dos. A política nuclear brasileira até 1964. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

²⁰ PATTI, 2021.

²¹ Ibid.

Plano de Metas de JK, com orçamento estimado em 534 milhões de cruzeiros.²² O governo brasileiro criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), renovou a parceria com a França e com os centros de pesquisa da Alemanha Ocidental, e finalizou a compra das centrífugas negociadas por Álvaro Alberto, recebendo-as em território nacional em 1957.²³

Durante o governo de Juscelino Kubitschek a cordialidade oficial com a Argentina foi recuperada. A Operação Panamericana e as iniciativas conhecidas com espírito de Uruguiana representaram a tentativa dos dois países de conformar um polo ideológico e econômico desenvolvimentista na América Latina para combater o comunismo, em resposta aos desafios colocados pela URSS.²⁴

2.2 Atuação Internacional Nas Décadas De 1950 e 1960

A partir de 1955, o Brasil começou a participar ativamente de fóruns internacionais sobre energia nuclear. Cientistas brasileiros defenderam o uso do potencial energético do átomo para apoiar o programa de industrialização do país na Conferência de Genebra sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica, patrocinada pela ONU.²⁵ A Argentina participou da conferência com uma delegação de cientistas chefiada pelo contra-almirante Pedro Iraolagoitia. Essa participação foi uma oportunidade crucial para os pesquisadores argentinos se atualizarem sobre os avanços mais recentes na tecnologia nuclear e no funcionamento de reatores.²⁶

Posteriormente, o Itamaraty se envolveu nas negociações para a formação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e o Brasil foi proposto como membro pelos EUA para integrar o Conselho de Governadores, representando a América Latina. Reconhecido como o mais

²² Meta nº 2. BRASIL. Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5291773/mod_resource/content/1/Plano%20de%20Metas.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

²³ Com a assinatura dos Tratados de Paris, em outubro de 1954, que reconheceram a soberania da Alemanha Ocidental, permitindo sua desocupação e entrada na OTAN, não havia mais empecilhos à exportação das ultracentrífugas ao Brasil. Juscelino Kubitschek negociou a entrega do equipamento e renovou a parceria com os centros de pesquisa alemães.

²⁴ SPEKTOR, 2002.

²⁵ PATTI, 2021

²⁶ HURTADO, 2014.

avançado da região em termos de tecnologia nuclear, o país defendeu a inclusão de critérios de representação geográfica justa para as nações subdesenvolvidas na admissão ao Conselho.

Para a diplomacia brasileira, a AIEA deveria apoiar o desenvolvimento econômico, promover a formação de cientistas nos países mais pobres e criar um mecanismo para definir o preço dos minérios radioativos no mercado internacional.²⁷ O Brasil obteve uma vitória parcial: embora não tenha conseguido incluir a criação do mecanismo de preços no texto final, conseguiu que o apoio ao desenvolvimento econômico e o intercâmbio científico fossem incorporados²⁸. Além disso, o embaixador brasileiro João Carlos Muniz foi designado para presidir a conferência de Nova York em 1956.

Para evitar competição com a Argentina, a delegação brasileira propôs que os dois países revezassem a cadeira de representante latino-americano no Conselho de Governadores da AIEA. Pelo acordo, o Brasil atuaria como membro designado enquanto a Argentina seria membro eleito. Esse arranjo, bem recebido por Buenos Aires, foi um passo importante para a relação bilateral. Porém, com o aprofundamento da Guerra Fria, a efetividade da AIEA foi questionada, e em 1959, os diplomatas brasileiros já não compartilhavam do mesmo entusiasmo em relação à Agência que possuíam poucos anos antes.²⁹

Nos anos 1960, na Argentina, apesar da redução orçamentaria que a CNEA sofreu no governo Frondizi, os investimentos em pesquisa já mostravam resultados e o país começou a construir as bases para o desejado protagonismo por meio de parceria com os países da região. Cientistas argentinos viajaram para o Paraguai, Bolívia, El Salvador, Colômbia e Guatemala para realizar treinamento em aplicações médicas de radioisótopos, radioquímica e produção de energia atômica.³⁰ Nessa época, funcionários brasileiros e argentinos começaram a discutir uma possível cooperação nuclear entre as duas nações. No entanto, a turbulência política dos anos que antecederam o golpe de 1964 no Brasil, impediu o avanço de parcerias internacionais nessa área.³¹

²⁷ PATTI, 2021.

²⁸ Artigo III, itens A-1 e A-3. Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1957/06/14300/06350656.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

²⁹ PATTI, 2021.

³⁰ HURTADO, 2014.

³¹ MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas J. (Eds.). Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

Segundo Patti (2021), entre 1960 e 1964, o desarmamento internacional foi uma das principais prioridades da diplomacia brasileira. Em 1961, com a criação do Comitê de Desarmamento de Dezoito Nações (ENDC), Brasil e México foram incluídos como representantes da América Latina e, em 1962, apresentaram uma declaração de compromisso com a não proliferação na região à Assembleia Geral da ONU. A iniciativa, liderada por San Tiago Dantas e Afonso Arinos, não pôde seguir adiante por causa das fortes divergências entre os Estados Unidos e Cuba, além da resistência de alguns países como Uruguai e Argentina.

Com a crise dos mísseis em Cuba, em 1962, EUA, Rússia e Inglaterra propuseram o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares (PTBT), que objetivava proibir testes atômicos na atmosfera, no espaço ultraterrestre e debaixo d'água. Implicitamente, o tratado também impedia a realização de explosões nucleares pacíficas. Apesar de não haver indícios de que o governo argentino tinha uma posição clara sobre o assunto à época, o diplomata Julio César Carasales³² afirmou que as lideranças argentinas não queriam renunciar ao direito de realizar explosões pacíficas, por isso, mesmo que o país tivesse assinado o tratado rapidamente, levou mais de vinte anos para ratificá-lo³³. Ao contrário do Brasil, que assinou o PTBT em 1963 e o ratificou em 1964.

Em 1963, uma declaração conjunta entre Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México estabeleceu bases para as negociações que levaram à formação do Comitê Preparatório para a Desnuclearização da América Latina (COPREDAL). Essas discussões resultaram na criação, quatro anos depois, do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, também conhecido como Tratado de Tlatelolco. Embora a Argentina tenha sido inicialmente relutante em relação à criação do COPREDAL no México, acabou cedendo e enviando uma delegação que contribuiu para a aprovação de uma declaração sobre desnuclearização da região na Assembleia Geral da ONU em novembro daquele ano.

Apesar do ativismo internacional, a atuação brasileira nesse campo enfrentava rejeição interna, especialmente por parte da CNEN e dos militares, uma oposição que se intensificou a partir de 1963. A postura brasileira em relação aos marcos regulatórios internacionais sobre o uso da tecnologia nuclear foi alterada a partir de 1966, com a reformulação dos objetivos definidos em

³² Julio César Carasales foi subsecretário de Relações Exteriores (1973-74), diretor do Instituto do Serviço Exterior da Nação (1979-82), representante argentino nas Nações Unidas, líder da delegação da Conferência de Desarmamento de Genebra e vice-presidente da Comissão de Desarmamento e Segurança da ONU.

³³ HURTADO, 2014.

1962 por Afonso Arinos e San Tiago Dantas.³⁴ Nesse mesmo ano, ocorreu um movimento semelhante na Argentina, com a instauração da ditadura de Onganía.

Devido a dificuldades financeiras e à pressão de grupos dentro do governo contrários à construção de uma usina nuclear, o governo Castelo Branco congelou parcialmente os recursos do programa atômico. No entanto, a CNEN manteve a cooperação com os Estados Unidos e a França, assinando um acordo com Paris em 1964 para treinar cientistas brasileiros e receber assistência francesa na construção de um reator nacional e na prospecção de urânio. No ano seguinte, Brasília aderiu a um acordo trilateral com Washington e a AIEA para suprir a necessidade do país de máquinas e equipamentos para uso pacífico, sob supervisão internacional, apesar da relutância do governo brasileiro em aceitar essas condições.³⁵

Em 1966, ocorreu uma reformulação do programa nuclear no Brasil. O Conselho de Segurança Nacional assumiu a supervisão do setor nuclear e o controle da CNEN passou para o Ministério de Minas e Energia. As atividades atômicas, que até então estavam limitadas a pesquisas e estudos de viabilidade para a construção de centrais nucleares nas regiões Norte e Sudeste, voltaram-se para a execução de um plano de construção de dez usinas até 1990.³⁶

O Itamaraty ficou responsável por defender o direito brasileiro de desenvolver meios de produzir energia atômica e garantir a cooperação tecnológica e científica com outras nações que pudessem contribuir para que o país criasse uma indústria nuclear avançada, dominasse o ciclo do combustível nuclear e produzisse eletricidade necessária para alimentar a indústria nacional. Entendendo que os parceiros tradicionais como EUA e França não realizariam a transferência tecnológica que o governo brasileiro queria, buscou-se parcerias com países resistentes às normas de não proliferação como a Índia, Israel, Japão e Alemanha.³⁷

Nesse contexto, em 1967, o Brasil propôs um acordo de cooperação nuclear com a Argentina, mas Buenos Aires recusou a proposta. Além disso, os contatos estabelecidos,

³⁴ PATTI, 2021.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid.

³⁷ Id.

principalmente com Israel, Japão e Alemanha, inicialmente, evoluíram, mas foram encerrados sem a concretização de acordos significativos.³⁸

Nesse mesmo ano, o governo argentino decidiu construir sua primeira central nuclear (Atucha I) e abriu um processo de licitação favorecendo propostas de reatores de água pesada, que utilizassem urânio natural. Esse tipo de reator apresentava a possibilidade de utilizar as reservas nacionais de urânio, dispndia menos recursos e tinha uma maior variedade de vendedores do combustível, enquanto equipamentos que utilizassem urânio enriquecido acentuariam a dependência dos EUA, que eram os únicos fornecedores. A empresa alemã Siemens venceu a disputa em 1968 e a usina, primeira central núcleo-elétrica exportada pela Alemanha, também foi a primeira do tipo na América Latina, inaugurada por Perón em 1973.³⁹

A escolha argentina por reatores de urânio natural foi vista com desconfiança por alguns setores brasileiros, já que esse tipo de equipamento gera uma maior quantidade de plutônio durante o processo de queima. Esse plutônio pode ser separado através de reprocessamento e, assim, facilmente desviado para a produção de material bélico. Segundo Hurtado (2014), a decisão argentina fez o Brasil, que estava desiludido com a falta de resultados provenientes dos acordos de cooperação com os EUA, cogitar adotar a mesma opção que Buenos Aires. Alguns anos mais tarde, porém, a escolha oficial brasileira foi a de desenvolver seu próprio método de enriquecimento.

A doutrina de segurança nacional adotada pelos países latino-americanos, na década de 1960, mudou a percepção de ameaça ao focar nos inimigos internos, como dissidentes políticos e grupos subversivos, em vez das ameaças externas tradicionais. Com isso, a visão que integrava defesa e industrialização como partes inseparáveis de uma estratégia de desenvolvimento nacional foi substituída pela ênfase na segurança interna e no controle social, frequentemente em detrimento do desenvolvimento econômico dinâmico e autônomo. O planejamento tornou-se indispensável para controlar e disciplinar a sociedade e evitar agitações sociais decorrentes da industrialização rápida.⁴⁰

³⁸ Id.

³⁹ HURTADO, 2014.

⁴⁰ Ibid.

Na Argentina, as políticas econômicas do ministro da Economia, Krieger Vasena, que favoreciam a expansão de grandes empresas de capital nacional e a atração de investimento estrangeiro direto, eram contraditórias quando confrontadas com a necessidade de controle e repressão social, gerando tensões dentro do próprio governo. Enquanto havia um forte desejo de desenvolvimento autônomo, a realidade era de dependência de tecnologia estrangeira e pressão constante para aceitar normas internacionais consideradas injustas e como obstáculos aos planos de desenvolvimento e acesso à tecnologia nuclear do país.⁴¹

No Brasil, desenvolvimento e segurança foram integrados de forma mais coesa, embora com variações ao longo do tempo. Spektor (2014) destaca que o país focou no acúmulo de recursos econômicos, industriais e tecnológicos como componentes essenciais para sua estabilidade. Apesar da influência da Doutrina de Segurança Nacional durante o regime militar, o governo brasileiro manteve uma política externa mais autonomista, priorizando a integração do desenvolvimento econômico e tecnológico.⁴² Em contraste, na Argentina, houve ênfase maior na segurança interna, resultando em tensões mais significativas entre o crescimento econômico e a defesa nacional.

A década de 1960 foi marcada por intensos esforços diplomáticos das grandes potências para promover acordos de controle de armas e medidas de não proliferação nuclear. A Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, e a realização de testes nucleares pela China, em 1964, aceleraram o processo de negociação do Tratado de Tlatelolco (1967) e do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), em 1968.

Durante as negociações do Tratado de Tlatelolco, Brasil e Argentina coordenaram suas ações e, apesar de se posicionarem a favor da não proliferação, insistiram no direito de realizar explosões nucleares pacíficas (PNEs). O governo brasileiro assinou o Tratado de Tlatelolco em 1967, porém não renunciou às condições estabelecidas no artigo 28, que condicionava a entrada em vigor do acordo à adesão de todos os países da América Latina. Na prática, isso significou que a ratificação só se tornaria efetiva em 1994.⁴³ A recusa de Cuba em aderir ao pacto e a falta de

⁴¹ Id.

⁴² SPEKTOR, M. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). Política externa, espaço e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014. p. 17-58.

⁴³ CARASALES, Julio C. The so-called proliferator that wasn't: the story of Argentina's nuclear policy. The Nonproliferation Review, v. 6, n. 3, p. 1-14, Fall 1999.

comprometimento das potências nucleares (NWS) em cumprir as cláusulas adicionais serviram como argumentos para o Brasil prolongar seu processo de adesão plena.⁴⁴

Paralelamente às negociações de Tlatelolco, ocorreram na ENDC, em Genebra, as discussões sobre o TNP, das quais a Argentina não participou, por razões não muito claras. Apesar disso, diplomatas argentinos se mantiveram informados sobre as discussões por meio do contato com a diplomacia brasileira. Quihillalt, ex-presidente da CNEA e então governador na AIEA, recomendou ao governo de Onganía que aderisse ao acordo, mas não foi correspondido. Logo em seguida, o chanceler argentino, Nicanor Costa Méndez, viajou ao Brasil para discutir uma estratégia conjunta diante da iminente reunião na AGNU que discutiria o Tratado.⁴⁵

A estratégia brasileira foi de adiar ao máximo as negociações. Brasil e Argentina assumiram uma posição bastante crítica à falta de compromissos concretos impostos aos NWS, enquanto os países sem armamentos estariam submetidos a rígido controle. Washington tentou persuadir o governo brasileiro de desistir do direito a PNEs e ofereceu a venda de dispositivos dessa natureza ao país, mas não obteve sucesso.⁴⁶ Apesar disso, em maio de 1968, as potências garantiram maioria sobre o acordo, que seria votado e aprovado no mês seguinte, com 94 votos a favor, 4 contra e 21 abstenções. Argentina, Brasil, Índia, Israel, Paquistão, África do Sul, Espanha e França foram alguns dos países que se abstiveram.

Apesar de possuírem uma visão comum em relação ao regime de não proliferação, o relacionamento entre Brasília e Buenos Aires começou a sofrer intensa deterioração a partir de 1966, quando o Brasil assinou com o Paraguai a Ata do Iguaçu, iniciando o processo de cooperação entre os dois países para o uso dos recursos hídricos do Rio Paraná prevendo a construção de uma usina hidrelétrica. O governo argentino viu a assinatura da Ata com um risco à influência do país a nível regional e se preocupou com os impactos que a iniciativa brasileira teria sobre o aproveitamento hidrelétrico dos seus próprios projetos energéticos.⁴⁷

Desde os anos 1930, quando a superioridade econômica da Argentina na região era inquestionável, o regime para o uso das águas do rio Paraná favorecia os interesses de Buenos

⁴⁴ PATTI, 2021.

⁴⁵ HURTADO, 2014.

⁴⁶ PATTI, 2021.

⁴⁷ SPEKTOR, Matias. Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979). Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 2002b.

Aires. No entanto, o processo de industrialização e crescimento que o Brasil experimentava desde os anos 1950 aumentou gradualmente o peso político e econômico do país e, por consequência, sua capacidade de influenciar as normas para o uso dos rios da Bacia do Prata. Nesse contexto, foi aprovada a Declaração de Assunção em 1971, que, de acordo com a interpretação brasileira, tornava desnecessária a anuência da Argentina para que o Brasil levasse adiante o projeto de Itaipu.⁴⁸

Incapaz de se contrapor à influência brasileira na região, Buenos Aires subscreveu a Declaração, mas não abandonou sua interpretação anterior sobre o uso das águas e o país travou embates com a diplomacia brasileira em diferentes fóruns internacionais até 1979.⁴⁹

2.3 Anos 1970: Do Desgaste à Aproximação

Nos anos 1970, a Argentina não vivia um cenário promissor em termos de desenvolvimento científico. A CNEA era um dos poucos organismos que gozavam de relativo investimento e estabilidade, sendo responsável por grande parte do desenvolvimento tecnológico e industrial.⁵⁰ Além de cortes orçamentários, a pesquisa no país sofria com intensa intervenção, o que levou ao êxodo de milhares de cientistas e à redução no número de estudantes universitários.⁵¹ Apesar disso, o governo concluiu, em 1972, o acordo com a empresa canadense AECL para a construção da central Embalse e deu prosseguimento as obras de Atucha I.

No Brasil, o crescimento econômico entre 1968 e 1973 permitiu ao regime militar investir em ciência e tecnologia, aproveitando e ampliando a estrutura institucional estabelecida nas décadas de 1950 e 1960, ao mesmo tempo em que o governo ajustou as prioridades dessas políticas para alinhá-las com seus objetivos estratégicos.⁵²

⁴⁸ LIMA, Maria Regina Soares de. *The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. Brasília: FUNAG, 2013.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ SCHWARZER, Jorge. *La industria que supimos conseguir*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2000.

⁵¹ MARTINS, Carlos Eduardo; SANTOS, Theotonio dos. *Ciência e Tecnologia*. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/es-ciencia-y-tecnologia>. Acesso em: 26 jul. 2024.

⁵² Ibid.

O desgaste provocado pela disputa em relação ao uso de rios internacionais piorou as relações bilaterais de Brasil e Argentina entre 1966 e 1973. A preocupação com o fornecimento energético para o parque industrial em crescimento se tornou uma enorme prioridade para o Estado brasileiro. A execução de grandes obras, como a construção da usina de Angra I e da hidrelétrica de Itaipu, tornou-se símbolo da grandeza do projeto nacional-desenvolvimentista e adquiriu vital importância para reduzir a dependência do abastecimento externo de energia no país. Ao mesmo tempo, a iniciativa brasileira de seguir com a construção da hidrelétrica em parceria com o Paraguai, sem levar em consideração a vontade do governo argentino, tornou-se grande fonte de embates entre os dois países que só teriam fim em 1979.⁵³

De acordo com Oscar Camilión, na década de 1970, o relacionamento entre Brasília e Buenos Aires era marcado por uma “uma profunda falta de compreensão dos objetivos da outra parte e, com isso, uma desconfiança que era particularmente profunda nos setores decisivos da política externa; isto é, na área diplomática e na área militar”.⁵⁴

O retorno de Juan Domingo Perón à presidência da Argentina, em 1973, intensificou a disputa por poder e influência regional entre Argentina e Brasil. O novo governo argentino concentrou-se na busca por maior autonomia em relação aos Estados Unidos, promovendo a cooperação com países em desenvolvimento, especialmente, na América Latina. Além disso, procurou restaurar sua influência sobre Uruguai, Bolívia e Paraguai para se contrapor à presença do Brasil na região. De acordo com Maria Regina Soares de Lima (2013), alguns analistas acreditam que o governo brasileiro tentou acelerar as negociações do Tratado de Itaipu para garantir sua assinatura antes da posse de Perón.

A inauguração da central de Atucha I nesse mesmo ano, veio num contexto internacional crítico para Buenos Aires. A crise do petróleo evidenciou a necessidade de diversificação da matriz energética, o Brasil e o Paraguai formalizaram as diretrizes para a construção de Itaipu, e as pressões internacionais contra os programas nucleares de países do Terceiro Mundo se

⁵³ SPEKTOR, 2002b.

⁵⁴ CAMILIÓN, Oscar. Entrevista. In: MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas J. (Eds.). *Origens da Cooperação Nuclear: Uma História Oral Crítica entre Argentina e Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 51. Transcrição da conferência de História Oral Crítica ‘As origens da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina’, Rio de Janeiro, 21-23 de março de 2012.

intensificaram após a explosão de um dispositivo atômico na Índia em maio de 1974, com tecnologia canadense.

Como pouco tempo antes do teste do "Smiling Buddha", no deserto de Pokhran, Nova Delhi havia firmado um contrato de cooperação nuclear com a Argentina, se espalharam rapidamente comparações entre o programa argentino e indiano. Além disso, a pressão interna no Canadá exigiu que o governo revisse a política de exportação de tecnologias sensíveis e exigisse novos termos no contrato com Buenos Aires.⁵⁵

O teste na Índia demonstrou que países em desenvolvimento e não signatários do TNP poderiam ser capazes de produzir dispositivos atômicos por meio de tecnologia adquirida em acordos de cooperação para fins pacíficos. Em resposta, o governo Carter coordenou, em Londres, reuniões informais com os principais supridores nucleares⁵⁶ para discutir formas de restringir o compartilhamento e fornecimento de equipamentos a outros países que pudessem aumentar o risco de proliferação. Essas reuniões deram origem ao Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG) em 1975.⁵⁷

A posse de Ernesto Geisel como presidente do Brasil, em março de 1974, marcou um ponto de ruptura no relacionamento com a Argentina. Geisel, contrariando o comportamento esperado da diplomacia brasileira de tentar uma solução negociada, abandonou a oficialidade cordial e não reconheceu a legitimidade de qualquer interesse do vizinho na questão de Itaipu.⁵⁸ Os problemas em Buenos Aires pioraram ainda mais quando, em julho, Perón sofreu uma parada cardíaca e morreu, deixando o país em um completo vácuo de poder, com um governo sem controle sobre a economia e, também, incapaz de controlar as forças sociais em disputa.⁵⁹

Enquanto o Clube de Londres se reunia, Brasil e Alemanha Ocidental negociavam secretamente um bilionário contrato de cooperação nuclear, tornado público pouco tempo após a criação do NSG. Considerada a maior transferência de tecnologia realizada até então entre um país

⁵⁵ HURTADO, 2014.

⁵⁶ Canadá, França, Japão, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e a Alemanha Ocidental.

⁵⁷ INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY. *The Nuclear Suppliers Group: Its Guidelines, Origins, Structure, and Role*. INFCIRC/539/Rev.8, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nuclearsuppliersgroup.org/images/Files%20and%20Documents/Documents/Publications/infcirc539r8.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

⁵⁸ SPEKTOR, 2002b.

⁵⁹ NOVARO, Marcos. *Historia de la Argentina 1955-2010*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

desenvolvido e um país em desenvolvimento, o acordo previa a construção de usinas nucleares, o treinamento de cientistas e o desenvolvimento do ciclo completo de combustível nuclear no Brasil.⁶⁰

A oposição dos EUA à medida foi imediata e a repercussão na mídia internacional foi extremamente negativa. Na Argentina, alguns setores demonstraram simpatia pela conquista brasileira, por apoiarem o direito do vizinho de obter tecnologia avançada. Apesar disso, prevaleceu em Buenos Aires um clima de desconfiança e, em resposta, foi lançado o Plano Nuclear 1975/1985 prevendo alto volume de investimentos para que o país fosse capaz de dominar todas as etapas de produção do ciclo de combustível em uma década.⁶¹

No entanto, a instabilidade política na Argentina só havia crescido desde 1974. María Estela Martínez, viúva e sucessora de Perón na presidência, não conseguiu conter o misto de deterioração econômica, inflação crescente, agitação social e aumento da violência política praticada por grupos como os Montoneros e a Triple A. Em 1976, os militares promoveram um golpe de Estado e uma junta militar assumiu o poder instaurando uma ditadura que duraria até 1983, com forte caráter anticomunista e desindustrializante.⁶²

A junta militar estava convencida de que, para acabar com a influência dos sindicatos, do peronismo e conter a agitação dos trabalhadores, era necessário desmontar o parque industrial e dissolver, por consequência, a própria classe operária. A intensa repressão afetou diretamente a diplomacia argentina. Vários funcionários do serviço exterior foram demitidos, e os principais cargos e chefias foram assumidos por militares.⁶³ Além disso, a tese das fronteiras ideológicas tornou-se a base condutora da política externa do país, cujo principal papel seria combater o comunismo no continente americano.⁶⁴

O setor de ciência e tecnologia sofreu efeitos devastadores. Nos primeiros meses do regime, cerca de 3.000 pessoas, de 28 universidades estatais no país, que ocupavam diversos tipos de funções, foram expulsas por motivos políticos. Dezenas de professores universitários, funcionários

⁶⁰ LIMA, Maria Regina Soares de. *Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*. In: ATLAS histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5722>. Acesso em: 26 jul. 2024.

⁶¹ HURTADO, 2014.

⁶² NOVARO, Marcos, 2011.

⁶³ BANDEIRA, L. A. M. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao MERCOSUL)*. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁶⁴ SPEKTOR, 2002b.

do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), entre outros, foram demitidos ou presos.⁶⁵

A CNEA também foi profundamente afetada pela repressão, com uma "limpeza" ideológica que resultou no afastamento de mais de 600 funcionários, além da tortura e do desaparecimento de dezenas de outros. Apesar do terrorismo de Estado e da crise econômica que impactava diversos setores da sociedade argentina, o presidente da CNEA, Carlos Castro Madero, conseguiu, paradoxalmente, impulsionar o desenvolvimento do programa nuclear do país. Sua busca por autonomia e avanço tecnológico no setor, aliada à sua capacidade de angariar recursos, proporcionou à entidade uma relativa estabilidade financeira, permitindo a aceleração do desenvolvimento nuclear argentino.⁶⁶

Além da drástica mudança no plano interno, o Processo de Reorganização Nacional também alterou a dinâmica do relacionamento entre a Argentina e o Brasil. O general Jorge Rafael Videla, presidente da junta militar, tinha como prioridade alcançar um entendimento com governo brasileiro e, também, era simpático à resistência dos vizinhos em relação as pressões que o país sofria dos EUA contra o acordo nuclear firmado com a Alemanha.⁶⁷

Em dezembro de 1976, o chanceler argentino César Augusto Guzetti propôs ao chanceler brasileiro Azeredo da Silveira a realização de negociações abrangentes para discutir a relação entre os dois países em diversos setores, incluindo o nuclear. No entanto, as conversações não avançaram devido a divergências brasileiras quanto às interpretações da Argentina sobre o uso e liberdade de navegação nas águas da Bacia do Prata.⁶⁸

Nos meses seguintes, atritos diplomáticos continuaram recorrentes, deixando as Forças Armadas dos dois países em estado de alerta. Os militares de ambas as nacionalidades interpretavam que os problemas internos, juntamente com as pressões externas para aderir ao regime de não proliferação e combater as violações de direitos humanos, eram questões

⁶⁵ HURTADO, 2014.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ BANDEIRA, L.A.M., 2014.

⁶⁸ Ibid.

suficientemente desafiadoras e não desejavam que a situação evoluísse para um conflito armado na região.⁶⁹

Entre 1976 e 1977, membros de alta patente das Forças Armadas se reuniram secretamente no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. O Itamaraty e o Palácio de San Martín voltaram à mesa de negociações para discutir o questionamento da Argentina em relação ao Tratado de Livre Navegação de 1857, mas declarações públicas do embaixador argentino Oscar Camilión sobre a necessidade de os dois países coordenarem suas políticas nucleares foram mal-recebidas pelo governo brasileiro e pela imprensa argentina, atrapalhando o desenvolvimento das negociações. Em contraste, a imprensa brasileira reagiu muito positivamente às falas do embaixador.⁷⁰

Apesar dos desencontros, crescia entre membros do governo e da comunidade científica a percepção de que era necessário para os dois países apoiarem os programas nucleares um do outro, como forma de defesa de seus próprios interesses contra as pressões internacionais. A Argentina propôs ao Brasil, em 1976, uma declaração conjunta de renúncia de dispositivos nucleares, mas não obteve resposta positiva do lado brasileiro. Enquanto representantes do governo estadunidense pressionavam Geisel para aderir plenamente ao Tratado de Tlateloco, em 1977 o embaixador argentino Oscar Camilión propôs um acordo de cooperação nuclear com o Brasil. Porém, o presidente brasileiro permaneceu inflexível, recusando ambas as investidas.⁷¹

Os EUA mantinham severas preocupações em relação às ambições nucleares brasileiras e argentinas e temiam o acirramento de uma corrida nuclear na América do Sul. Pressionaram regularmente as chancelarias de ambas as nações para que abrissem mão do direito de desenvolver PNEs, aderissem às normas de não proliferação, adotassem salvaguardas totais e desistissem de seus planos de enriquecimento de urânio. Além disso, também pressionaram o Canadá e a Alemanha para que limitassem a transferência tecnológica decorrente dos acordos assinados com Brasília e Buenos Aires nos anos anteriores. No entanto, Washington não obteve sucesso.⁷²

Em agosto de 1977, o congressista estadunidense Paul Findley, em reuniões privadas com autoridades do Brasil e da Argentina, sugeriu que os dois países criassem um sistema bilateral de

⁶⁹ Id.

⁷⁰ SPEKTOR, 2002.

⁷¹ PATTI, 2021.

⁷² LIMA, Maria Regina Soares de., 2013.

salvaguardas e renunciassem às explosões nucleares pacíficas. A Argentina recebeu a ideia positivamente e mostrou-se aberta a concluir sua adesão ao Tratado de Tlatelolco. Poucos meses depois, iniciou negociações com os EUA para garantir o abastecimento de água pesada em troca de abandonar o desenvolvimento de tecnologias de reprocessamento de combustível. A condição de Washington para concluir o acordo, porém, era a adesão igual por parte do Brasil, mas o governo Geisel manteve-se firme em recusar todas as propostas.⁷³

Para o governo argentino e para a CNEA, era crucial garantir o fornecimento de água pesada, pois o país havia acertado a venda de um reator de pesquisa para o Peru em novembro de 1977. O secretário de Estado norte americano, Cyrus Vance, deu a entender que seu país garantiria o fornecimento do material para que a Argentina cumprisse o acordo com o Peru em troca da adesão plena de Buenos Aires ao Tratado de Tlatelolco. No entanto, pouco tempo depois, os EUA bloquearam a transferência de uma planta de água pesada aos argentinos prevista num acordo firmado em conjunto com o Canadá. O posicionamento dúbio de Washington convenceu Castro Madero e outras lideranças a buscar outros meios de desenvolver a tecnologia.⁷⁴

Essa posição foi reforçada em 1978, quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Nuclear Non-Proliferation Act, que passou a exigir salvaguardas de escopo total para os países que desejassem importar materiais e tecnologia nuclear dos EUA.⁷⁵ Essa legislação marcou o fim de um possível auxílio americano à Argentina em seu contrato com o Peru e colocou em risco o fornecimento de combustível para a usina de Angra I, no Brasil, mesmo já previsto no contrato com a Westinghouse. No entanto, a medida teve efeito contrário ao pretendido por Washington, pois incentivou os governos brasileiro (que estava insatisfeito com os resultados obtidos por meio do acordo com a Alemanha) e argentino a iniciarem programas secretos e autônomos, com o objetivo de dominar completamente o ciclo de combustível nuclear.

Apesar de receberem relatórios de inteligência que apontavam os avanços da Argentina no setor nuclear, o presidente brasileiro e seu chanceler, Azeredo da Silveira, estavam convencidos de que o programa nuclear do vizinho não configurava uma real ameaça ao Brasil naquela conjuntura.⁷⁶ A crescente percepção de vulnerabilidade frente a um regime internacional hostil

⁷³ PATTI, 2021.

⁷⁴ HURTADO, 2014.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ SPEKTOR, 2002b.

levou cada país a se preocupar menos com o desenvolvimento nuclear do outro e mais com as possíveis sanções de Washington.⁷⁷

Ao longo de 1978 e 1979, principalmente após a posse de João Figueiredo na Presidência do Brasil, as divergências entre o Palácio do Planalto e a Casa Rosada em relação a Itaipu foram se dissipando. Em 1978, a Argentina estava à beira de iniciar uma guerra contra o Chile devido a uma antiga disputa pela posse das ilhas de Nueva, Picton e Lennox, e a diplomacia argentina concluiu que uma aproximação com o Brasil seria mais vantajosa do que alimentar animosidades.⁷⁸

Figueiredo mudou o tom do relacionamento com Buenos Aires, mostrando-se mais disposto a construir entendimentos e aberto a um movimento de cooperação bilateral. Em outubro de 1979, com a conclusão de uma nova rodada de negociações com a Argentina, as disputas em relação à Bacia do Prata tiveram fim com a assinatura do Acordo Tripartite de Corpus-Itaipu. O acordo permitiu a continuidade da construção de Itaipu, reconheceu os interesses argentinos relacionados à construção da usina de Corpus e foi fundamental para reduzir as tensões entre os dois países.⁷⁹

A política da cordialidade oficial, encerrada desde 1974, com a posse de Geisel, não retornou com a mudança na dinâmica de relacionamento entre Brasil e Argentina. Dada a nova configuração geopolítica, impedir que o vizinho obstruísse o protagonismo brasileiro na região deixou de ser prioridade, mas ainda era preciso definir qual seria a estratégia de atuação brasileira em relação a Buenos Aires. Figueiredo optou pela integração.⁸⁰ Nesse contexto, a assinatura do Acordo de Cooperação para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear entre Brasil e Argentina, em 1980, foi um marco. O acordo estabeleceu as bases do processo de cooperação nuclear brasileiro-argentina, formalizou o compromisso das duas nações com o uso pacífico da energia nuclear e impactou positivamente as relações diplomáticas, contribuindo para a promoção da estabilidade na América do Sul.

⁷⁷ MALLEA, SPEKTOR & WHEELER, 2012.

⁷⁸ HURTADO, 2014.

⁷⁹ PÉREZ, Virginia Ferres. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. Proj. História, São Paulo, n. 29, tomo 2, p. 661-672, dez. 2004.

⁸⁰ SPEKTOR, 2002.

2.4 Os anos 1980: Crise econômica, Redemocratização e Cooperação

Nos anos 1980, uma enorme crise financeira atingiu a América Latina, cujos países sofriam com o descontrole da dívida externa e a impossibilidade de pagá-la, além da alta inflacionária gerada por constantes déficits orçamentários, fuga de capitais, gastos descontrolados e corrupção.⁸¹ Entre 1978 e 1980, uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, revelando sua inviabilidade técnica e orçamentária. Vários grupos da sociedade civil passaram a defender a redução do programa nuclear brasileiro e exigir a renegociação do acordo firmado com a Alemanha Ocidental em 1975.⁸² Na Argentina, com uma dívida externa que ultrapassava U\$ 39 bilhões, a escassez de recursos começou a limitar o crescimento do setor nuclear, atrasando as obras da central de Atucha II e da Planta Industrial de Água Pesada (PIAP) em Arroyito. Apesar da inauguração da central Embalse, em 1983, o cenário de congelamento de recursos para ciência e tecnologia permaneceu entre 1984 e 1989.⁸³

Com a crise econômica e a pressão internacional devido às violações dos direitos humanos, o presidente Leopoldo Galtieri, percebendo que o regime militar estava à beira do colapso, declarou guerra ao Reino Unido em 1982, ocupando as Ilhas Malvinas na tentativa de gerar coesão interna ao unir o país contra um inimigo externo. A política ambígua de Washington levou a junta militar a acreditar que os Estados Unidos apoiariam a reivindicação argentina pelas ilhas. No entanto, a derrota para os britânicos minou definitivamente a capacidade de sustentação do regime, resultando na queda de Galtieri e possibilitando o início do processo de abertura política que pôs fim à ditadura do Processo. O apoio brasileiro à causa argentina nesse período foi crucial para a continuidade do movimento de cooperação entre os dois países.⁸⁴

No Brasil, apesar da crise econômica, os investimentos em grandes projetos de infraestrutura e energia, bem como na indústria pesada e nos bens de capital realizados na década de 1970 levaram o país a atingir altos níveis de integração intersetorial, diversificando sua produção. Isso garantiu um desenvolvimento mais sustentado e autossuficiente do que o da Argentina, proporcionando maior capacidade de responder à crise, além de conseguir grandes

⁸¹ BANDEIRA, 2014.

⁸² LIMA, 2013.

⁸³ HURTADO, Diego. Cultura tecnológico-política sectorial en el contexto semiperiférico: el desarrollo nuclear en la Argentina (1945-1994). Revista CTS, v. 7, n. 21, ago. 2012.

⁸⁴ BANDEIRA, 2014.

superávits no comércio bilateral com o vizinho.⁸⁵ Figueiredo, entendendo que não era vantajoso se aproveitar da debilidade econômica da Argentina, que sofria embargos dos EUA e da Europa por causa da guerra com o Reino Unido, ofereceu socorro e alívio financeiro a Buenos Aires, permitindo o escoamento de produtos agropecuários argentinos nos portos brasileiros.⁸⁶

Ainda que o Brasil vivenciasse uma situação econômica menos grave que a da Argentina, o aumento expressivo da dívida externa e a alta dos custos de energia ampliaram as dificuldades de financiar grandes projetos. Nesse contexto, problemas técnicos, erros de gestão e falhas no processo de capacitação dos profissionais afetaram negativamente a construção e operação da usina Angra I, resultando em longos atrasos. Além disso, o início das obras de Angra II e III foi adiado por tempo indeterminado em 1983.⁸⁷

O governo de Raúl Alfonsín, diante da crise, priorizou o fortalecimento da cooperação com os brasileiros, propondo medidas concretas para aprofundar as relações bilaterais. Embora o Brasil também estivesse interessado na cooperação, setores dentro do país eram mais cautelosos quanto ao aprofundamento dos acordos, receando desvantagens tecnológicas em relação à Argentina, perda de soberania e a exposição de segredos industriais. Por isso, apesar de manter o diálogo aberto, a diplomacia brasileira, na primeira metade dos anos 1980, avançava com declarações mais vagas, buscando preservar uma margem de manobra.⁸⁸

Com a transição para o regime democrático no Brasil, a posse de José Sarney na Presidência da República, permitiu o aprofundamento das relações bilaterais, principalmente no setor nuclear. Após alguns anos de negociações e investidas do governo argentino, os dois países assinaram, em novembro de 1985, a Declaração de Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. A primeira reafirmou o compromisso brasileiro-argentino com a cooperação pacífica e a resolução diplomática de disputas. A segunda reforçou o comprometimento com a não proliferação nuclear e com a busca por soluções regionais para lidar com questões nucleares, além de

⁸⁵ HURTADO, 2014.

⁸⁶ BANDEIRA, 2014.

⁸⁷ LIMA, 2013.

⁸⁸ JANUÁRIO, Luiza Elena. *Compassos e descompassos nucleares: as estratégias de Argentina e Brasil frente à ordem nuclear global e para o relacionamento bilateral (1985-1991)*. 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

determinar a criação de um grupo de trabalho conjunto para fomentar o relacionamento bilateral nessa área.

A partir de então, vários encontros de alto nível ocorreram entre representantes do governo brasileiro e argentino, e novas declarações foram emitidas. Em julho de 1986, durante uma visita de Sarney à Argentina, foi assinada a Ata de Integração Argentino-Brasileira, que estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre as duas nações. Também foram firmados 12 protocolos, um deles tratando de assistência mútua em caso de acidentes nucleares e emergências radiológicas. Nesse mesmo ano, em dezembro, foi assinada a Declaração de Brasília, uma nova Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, ressaltando a necessidade de aumentar o intercâmbio técnico a fim de promover transparência e confiança, além de fortalecer a coordenação de posições políticas, principalmente em fóruns e negociações relacionadas ao uso pacífico da energia nuclear.

Em agosto de 1986, o jornal Folha de São Paulo publicou reportagem revelando a existência de poços na Serra do Cachimbo, no Pará, que supostamente seriam usados para realizar testes de dispositivos nucleares, o que foi negado pelo governo brasileiro. Apesar do teor crítico das revelações, elas não afetaram significativamente o relacionamento entre Brasil e Argentina, cujo governo reafirmou sua confiança nas intenções nucleares pacíficas do Brasil. No entanto, a reação internacional foi negativa. Os Estados Unidos, desconfiados do verdadeiro alcance do programa, bloquearam exportações de equipamentos úteis ao desenvolvimento tecnológico brasileiro e pressionaram os países do NSG a adotarem a mesma postura.⁸⁹

Nesse período, a criação de um mecanismo de inspeções mútuas já estava em discussão. Em 1987, a convite de Alfonsín, Sarney visitou as instalações secretas da planta de enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu. Pouco depois, o presidente da CNEN, Rex Nazaré, revelou ao mundo o Programa Nuclear Paralelo, afirmando que seus objetivos eram exclusivamente pacíficos.⁹⁰ Em seguida, Sarney anunciou que o Brasil havia dominado o ciclo completo da tecnologia de enriquecimento de urânio, e Alfonsín foi informado antes do anúncio oficial. Esse diálogo franco

⁸⁹ PATTI, 2021.

⁹⁰ Ibid.

entre os dois presidentes foi fundamental para consolidar um clima de confiança e aprofundar o processo de cooperação.⁹¹

Ações semelhantes ocorreram em 1988, quando o presidente argentino visitou a planta de enriquecimento brasileira em Iperó, e Sarney conheceu as instalações da planta de reprocessamento de plutônio que a Argentina estava construindo em Ezeiza. Apesar da crescente cooperação e transparência e das declarações de compromisso com o uso pacífico da energia nuclear, tanto a diplomacia brasileira quanto a argentina mantiveram suas posições em relação ao TNP e ao Tratado de Tlatelolco. Algo que só iria mudar na década de 1990, com a adesão ao neoliberalismo e a reestruturação das estratégias de inserção internacional de ambos os países.

Durante muito tempo, analistas e acadêmicos especularam se o Brasil pretendia ou não construir uma bomba nuclear. Após a revelação do Programa Paralelo e dos buracos de testes no Pará, difundiu-se que o país teve essa intenção no passado, mas a abandonou durante o processo de redemocratização.

Spektor (2019) demonstrou que não há evidências concretas de que o Brasil tenha realmente buscado produzir armamento nuclear em algum momento, embora alguns setores do governo brasileiro tenham manifestado interesse no desenvolvimento dessas capacidades. A análise de Spektor da documentação existente concluiu que a maioria dos militares de alto escalão compreendia claramente as implicações de construir uma bomba nuclear e não estava disposta a prosseguir com tal objetivo, especialmente na Marinha, que temia que o desvio de recursos para esse fim comprometesse o desenvolvimento de seu projeto de submarino com propulsão nuclear. No entanto, havia uma preocupação “obsessiva” entre os militares em alcançar a autossuficiência tecnológica nuclear antes que uma ordem internacional restritiva e desigual impedisse o país de adquirir as condições necessárias para tal.⁹²

Processo similar ocorreu na Argentina. De acordo com Hurtado (2014) e Carasales (1999), não há indícios de que tenha havido um movimento popular ou liderado pelo governo argentino em favor da produção de armas nucleares. Mesmo em momentos contraditórios, como a resistência do país em abrir mão da possibilidade de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos, a

⁹¹ JANUÁRIO, Luiza Elena, 2021.

⁹² SPEKTOR, Matias. Without Reversal: Brazil as a Latent Nuclear State. In: Nuclear Latency and Hedging: Concepts, History, and Issues. Edited by Joseph F. Pilat. Washington, DC: Wilson Center, 2019.

Argentina concentrou-se mais em defender o direito de países periféricos de desenvolver esse tipo de tecnologia do que investiu esforços concretos na construção de dispositivos nucleares.

Até 2012, existiam duas grandes correntes de pensamento sobre as relações bilaterais entre Brasil e Argentina no campo nuclear. A primeira sugere que, até o final dos anos 1970, ambos os governos estavam genuinamente preocupados com as intenções nucleares um do outro, o que poderia ter levado ao desenvolvimento de um arsenal bélico na região, alimentado por um “dilema de segurança”. No entanto, o relacionamento entre Brasília e Buenos Aires adquiriu um caráter singular, que resultou na criação de uma “comunidade de segurança”. A segunda corrente afirma que Argentina e Brasil não possuíam programas nucleares credíveis ou tecnologias sensíveis em escala industrial que pudessem alimentar uma escalada. Além disso, os dois países não mantinham uma relação de inimizade forte, como Índia e Paquistão, e forças poderosas pressionavam por uma aproximação. Por fim, uma visão comum de oposição à política de não proliferação dos Estados Unidos teria gerado uma empatia mútua e convergência de posições.⁹³

O trabalho de Rodrigo Mallea, Matias Spektor e Nicholas J. Wheeler (2012), no livro *Origens da Cooperação Nuclear: Uma História Oral Crítica entre Argentina e Brasil*, demonstrou que, apesar das suspeitas mútuas e da presença de grupos brasileiros interessados no desenvolvimento de armamento bélico, a relação nuclear entre os dois países nunca atingiu o nível de um “dilema de segurança”. As entrevistas realizadas pelos autores também destacaram o papel dos Estados Unidos no processo de aproximação entre Argentina e Brasil, uma vez que ambos os países se uniram para resistir à nova política americana de não-proliferação. Além disso, os EUA sugeriram e apoiaram a criação de um sistema de inspeções conjuntas.

Ambos os países se recusaram a assinar o Tratado de Não Proliferação (TNP) e a aderir plenamente ao Tratado de Tlatelolco, nos anos 1960, por considerarem que esses instrumentos eram discriminatórios, focados mais na contenção dos países em desenvolvimento do que na efetiva eliminação dos arsenais das potências nucleares. Após a explosão de um dispositivo nuclear pela Índia em 1974 e o lançamento da Lei de Não Proliferação promovida pelo governo Carter, Brasil e Argentina passaram a enfrentar intensa pressão internacional e maiores dificuldades

⁹³ MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; NEDAL Dani. Testemunhas da aproximação nuclear: momentos críticos. IN: MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicolas J. (edt.). *Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Brasil e Argentina*. Woodrow Wilson Center for Scholars; FGV, 2012.

devido às políticas mais restritivas de controle de exportação nuclear. Em resposta, os governos militares de ambos os países intensificaram secretamente seus esforços para enriquecer urânio de forma autônoma, a fim de evitar a dependência tecnológica.

As pressões externas para a adesão aos regimes de não proliferação e controle de exportações, a partir dos anos 1970, fomentaram a percepção de desafios e interesses comuns entre os dois países, especialmente no desenvolvimento de tecnologias sensíveis, com destaque para o campo nuclear. Essa convergência estratégica contribuiu diretamente para a redução das desconfianças, revitalizando a cooperação bilateral e a integração regional no Cone Sul. A mudança nas percepções fez com que brasileiros e argentinos passassem a valorizar mais os benefícios econômicos e científicos da cooperação do que os custos políticos e ideológicos da não proliferação.⁹⁴

Embora houvesse desconfianças mútuas entre os generais de ambos os países, e alguns grupos utilizassem esse cenário para obter maiores orçamentos de Defesa, os militares desempenharam um papel central no processo de cooperação. Foram eles que iniciaram as conversações bilaterais sobre questões nucleares. Com a redemocratização, a comunicação aberta entre os presidentes Alfonsín e Sarney, que se informavam mutuamente sobre a aquisição de tecnologia nuclear antes de anúncios públicos, contribuiu para uma postura mais colaborativa. Os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países desenvolveram uma linguagem baseada em interesses compartilhados e confiança mútua, moldando seu comportamento em negociações multilaterais e promovendo uma cooperação mais estreita em fóruns internacionais.⁹⁵ Também foi fundamental o papel dos trabalhadores da indústria nuclear e dos órgãos de regulação. Os intercâmbios técnicos, iniciados em 1977, facilitaram o desenvolvimento de laços interpessoais que se fortaleceram ao longo dos anos.⁹⁶

A maior aproximação bilateral no campo nuclear, no entanto, ocorreu em paralelo à gradativa redução dos investimentos nos programas nucleares de ambos os países. Esse movimento foi impulsionado não apenas pelos significativos avanços tecnológicos já alcançados, mas principalmente pelas limitações financeiras e pelas pressões externas e internas. Com a

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ HURTADO, 2014.

redemocratização, esse processo se intensificou, pois o aumento da transparência sobre as atividades governamentais exigiu a reavaliação dos programas nucleares em ambos os países.⁹⁷

Após o acidente em Chernobyl, em 1986, e o incidente em Goiânia com o Césio-137, em 1987, além da revelação dos poços de teste na Serra do Cachimbo, no Brasil, o investimento em energia nuclear passou a ser visto de forma muito negativa, e as bases para sua defesa ficaram bastante fragilizadas na América do Sul. A nova geração de políticos associava a tecnologia nuclear aos interesses da ditadura e considerava o alto investimento no setor um capricho dos militares. Na Argentina, no entanto, a deterioração da imagem do programa nuclear foi um pouco menos acentuada do que no Brasil, com a CNEA mantendo sua credibilidade e Castro Madero sendo uma das poucas figuras do regime com algum nível de prestígio social.⁹⁸

O processo eleitoral em ambos os países no final da década de 1980 levantou dúvidas sobre a continuidade da integração regional e da cooperação no campo nuclear. No entanto, as vitórias de Carlos Menem e Fernando Collor garantiram a continuidade desse processo, levando à criação do MERCOSUL e da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) em 1991.

2.5 Conclusão

A partir da década de 1940, com as então recentes descobertas sobre o uso energético do átomo e a corrida pela produção da bomba atômica entre os Estados Unidos e a Alemanha, Brasil e Argentina iniciaram seus esforços para desenvolver tecnologia nuclear. Ambos os países buscavam evitar o atraso tecnológico em relação às grandes potências e viam o desenvolvimento nuclear como um caminho estratégico para a industrialização e projeção internacional.

O Brasil ingressou na Era Atômica como importante fornecedor de matéria-prima, mas suas lideranças não se contentaram com esse papel. Os esforços diplomáticos brasileiros, nesse período, foram impulsionados pelo desejo de garantir a soberania sobre seus recursos atômicos, que seriam utilizados como moeda de troca para assegurar o acesso à transferência de tecnologia

⁹⁷ GOLDEMBERG, José; ALVIM, Carlos Feu; MAFRA, Olga Y. The Denuclearization of Brazil and Argentina. *Journal for Peace and Nuclear Disarmament*, 2018.

⁹⁸ HURTADO, 2014.

e à capacitação de cientistas. A meta final era desenvolver, no futuro, tecnologia própria. Nesse contexto, o país buscou colaboração internacional, com destaque para a França e, principalmente, para a Alemanha, visando à obtenção de equipamentos e ao intercâmbio científico, essenciais para o avanço do programa nuclear nacional.

Na Argentina, as primeiras iniciativas para obter essa tecnologia foram coordenadas pela junta militar que assumiu o poder em 1943 e intensificadas durante o governo de Perón. No plano diplomático, o governo peronista teve que enfrentar uma intensa campanha de difamação por parte da mídia estrangeira, especialmente dos Estados Unidos. Além disso, tentou posicionar o país como potência tecnológica emergente, mas a fraude do Projeto Huemul - que anunciou a conquista do método de fusão - comprometeu essa estratégia, exigindo a reformulação do seu programa atômico.

Desde os primeiros esforços, a rivalidade entre o Brasil e a Argentina já estava presente, com ambos os países competindo pela liderança regional no tema e pela construção do primeiro reator de pesquisa na América Latina. O programa argentino, no entanto, avançou mais lentamente devido à falta de alinhamento entre a comunidade científica e o governo.

Na década de 1950, Juscelino Kubitschek ajustou a diplomacia nuclear brasileira ao contexto da Guerra Fria, priorizando as relações com os Estados Unidos e buscando aproveitar a política de “Átomos para a Paz” para facilitar o acesso a equipamentos nessa área. A atuação do Brasil em fóruns internacionais foi ampliada, e a questão nuclear passou a integrar o discurso diplomático, com foco na defesa do uso pacífico da energia atômica para impulsionar os programas de industrialização nos países em desenvolvimento.

A normalização da política de cordialidade oficial entre os dois países, fez com que o Brasil evitasse confrontar diretamente a Argentina, propondo alternância na ocupação da cadeira de representante da América Latina no Conselho de Governadores da AIEA.

Nesse período, a Argentina, que passava por um processo de reorganização interna em seu programa nuclear, teve participação mais discreta nos fóruns internacionais. Nesses espaços, o país focou principalmente na realização de intercâmbios científicos, enviando pesquisadores para participar de conferências.

No começo dos anos 1960, o Brasil tentou se projetar na liderança de um movimento em prol da não proliferação sob a orientação de San Tiago Dantas e Afonso Arinos, mas faltou apoio interno e externo para que a iniciativa prosperasse. Por outro lado, a Argentina começou a promover seu protagonismo nuclear na região por meio de parcerias e treinamentos científicos com os países vizinhos. Contudo, a turbulência política do início da década, marcada pelo golpe militar no Brasil e pela ditadura de Onganía na Argentina, interrompeu possíveis iniciativas de cooperação entre os dois países.

A partir de 1966, com a reformulação do programa nuclear brasileiro, a atuação diplomática do país focou na defesa do direito de desenvolver energia através do átomo e na busca de acordos de cooperação científica e tecnológica com outras nações. O objetivo era criar uma indústria atômica avançada, dominando todas as fases do ciclo do combustível nuclear e garantindo a eletricidade necessária para sustentar o crescimento industrial.

Durante esse período, tanto o Brasil quanto a Argentina rejeitaram o caráter discriminatório do TNP e hesitaram em aderir plenamente ao Tratado de Tlatelolco, defendendo firmemente o direito de desenvolver explosões nucleares pacíficas. A postura argentina foi ainda mais intransigente que a brasileira, com o país se opondo, inicialmente, à criação da Conferência para a Desnuclearização da América Latina e demorando anos para ratificar o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, enquanto o Brasil o ratificou um ano após sua assinatura, em 1963.

Embora ambos os países tentassem atrasar a implementação dos regimes de não proliferação, concentraram inicialmente seus esforços na ampliação de parcerias internacionais para obter transferência de tecnologia. Contudo, desiludidos com essa possibilidade, passaram a investir no desenvolvimento autônomo de suas capacidades nucleares, temendo que uma ordem internacional restritiva os impedisse de alcançar o estágio de desenvolvimento desejado.

A posse de Geisel marcou o fim da política de cordialidade oficial e intensificou a rivalidade entre Brasil e Argentina. A divergência em torno da construção da hidrelétrica de Itaipu foi o ponto máximo de tensão no relacionamento entre os dois países e gerou preocupações sobre a possibilidade de um conflito armado. No entanto, a percepção crescente de vulnerabilidade diante de um regime internacional hostil fez com que Brasília e Buenos Aires se preocupassem mais com as possíveis sanções dos Estados Unidos do que com os avanços nucleares um do outro. Nesse cenário, expandiu-se a ideia de que a cooperação bilateral no setor atômico seria capaz de gerar

condições para que ambos os países se defendessem das pressões externas e garantissem a realização dos objetivos domésticos.

Entre 1976 e 1977, contatos secretos entre membros de alta patente das Forças Armadas do Brasil e da Argentina reabriram o diálogo e foram importantes na resolução da questão de Itaipu. Entre 1978 e 1979, especialmente após a posse de João Figueiredo, as tensões entre o Palácio do Planalto e a Casa Rosada começaram a se dissipar.

A busca de Figueiredo por maior entendimento com Buenos Aires tornou possível a resolução do impasse sobre o uso das águas do Rio Paraná e criou condições para a revisão mútua do relacionamento bilateral, culminando na assinatura do Acordo Tripartite de Itaipu-Corpus em 1979. Nos meses seguintes, a superação dessa fonte de conflito entre os dois países abriu caminho para as negociações que levariam ao Acordo de Cooperação para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, assinado em 1980. Esse acordo marcou o início de um processo de cooperação e integração regional focado na questão nuclear, com efeitos significativos para dissipar desconfianças internacionais sobre uma possível corrida armamentista na América do Sul, além de promover a paz e a estabilidade na região.

A mudança de posicionamento evidenciada pelo acordo de 1980 tornou-se ainda mais significativa, pelo fato de Brasil e Argentina, então governados por regimes militares autoritários e até poucos meses antes rivais, terem optado pela via da cooperação. Contrariando as expectativas, os dois países deram passos importantes para construir confiança mútua e alinhar suas posições em defesa da não proliferação, mantendo, ao mesmo tempo, uma postura crítica em relação ao caráter discriminatório do TNP. Esse movimento de aproximação intensificou-se com a redemocratização de ambos os países, sob a liderança de Alfonsín e Sarney, resultando em cinco novas declarações e compromissos de cooperação nuclear entre 1985 e 1988.⁹⁹

A partir de 1980, enquanto Brasil e Argentina anunciavam grandes conquistas no desenvolvimento tecnológico do setor atômico, principalmente decorrentes de seus programas nucleares paralelos, o elevado índice de endividamento que ambos enfrentavam, juntamente com os processos de abertura política, fez da estabilização financeira e da questão dos direitos humanos prioridades. Esses temas dominaram grande parte da agenda política interna e externa, resultando

⁹⁹ 1 - Declaração de Foz do Iguaçu (1985); 2- Declaração de Brasília (1986); 3 - Declaração de Viedma (1987); 4 - Declaração de Iperó (1988); 5 - Declaração de Ezeiza (1988).

em uma redução significativa dos investimentos na área nuclear. Ainda assim, Brasília e Buenos Aires mantiveram a postura crítica em relação ao caráter discriminatório dos regimes de não proliferação, resistindo às pressões internacionais.

No entanto, com a redemocratização, uma nova geração de políticos nos dois países passou a encarar com desconfiança os investimentos em tecnologia nuclear, associando-os aos regimes militares anteriores. Isso contribuiu para uma mudança de perspectiva sobre o setor, influenciando as prioridades políticas futuras e o papel que essa tecnologia desempenharia nas estratégias de inserção internacional de Brasil e Argentina ao longo dos anos seguintes.

Apesar de ambas as diplomacias sempre terem defendido abertamente que seus interesses no uso energético do átomo eram pacíficos, os dois países criticaram os mecanismos de não proliferação e sustentaram firmemente o direito de realizar PNEs. Além disso, o fato de terem sido governados por regimes militares por décadas serviu como argumento para a comunidade internacional questionar suas verdadeiras intenções, resultando em barreiras ao desenvolvimento de seus programas nucleares.

Em suma, ao longo dos 50 anos abordados neste capítulo, a diplomacia nuclear de Brasil e Argentina foi uma ferramenta crucial para a defesa, principalmente, dos seguintes objetivos:

- **Proteção dos recursos naturais e aquisição de conhecimento tecnológico:** Durante as décadas de 1940 e 1950, os primeiros passos focaram em garantir a soberania sobre recursos atômicos, além de buscar acordos de transferência tecnológica, aquisição e construção de reatores, bem como treinamento de cientistas. Os principais contatos ocorreram com França, Alemanha e Estados Unidos. Além disso, as elites brasileira e argentina iniciaram uma corrida pela inauguração do primeiro reator na América Latina.
- **Fomentar a industrialização e garantir participação nos fóruns internacionais:** Na fase seguinte, o Brasil se destacou ao adaptar suas estratégias de inserção internacional ao contexto da Guerra Fria e ao defender o direito de desenvolver tecnologia nuclear como parte dos programas de industrialização. A Argentina, por sua vez, reorganizou seu programa após o encerramento do Projeto Huemul, priorizando intercâmbios científicos e a participação em fóruns internacionais, sem buscar protagonismo. Nesse período, o Brasil se consolidou como o país mais

avanzado em questões nucleares na América Latina e focou em assegurar uma representação geográfica justa nos órgãos de governança nuclear, como o conselho de governadores da AIEA, chegando a propor à Argentina a alternância na ocupação da cadeira de representante nesse Conselho.

- **Busca por protagonismo:** Nos anos 1960, o Brasil tentou assumir o papel de liderança regional na defesa da não proliferação enquanto a Argentina buscou protagonismo nuclear regional.
- **Resistência aos regimes de não proliferação:** Após o golpe militar de 1964 no Brasil e de 1966 na Argentina, a principal função das suas diplomacias nucleares passou a ser contornar restrições e evitar regimes percebidos como discriminatórios. Na defesa do direito ao desenvolvimento nuclear soberano, Brasília e Buenos Aires rejeitaram o Tratado de Não Proliferação Nuclear e adotaram uma postura crítica em relação ao Tratado de Tlatelolco, adiando sua adesão plena ao instrumento até 1994.
- **Resistir a pressões externas e proteger o desenvolvimento interno:** no final dos anos 1970, apesar dos conflitos relacionados à questão de Itaipu, Brasil e Argentina passaram a fortalecer posições conjuntas para mitigar vulnerabilidades diante de pressões externas por adesão aos regimes de não proliferação, percebidos como ameaças ao desenvolvimento de seus programas nucleares nacionais e a seus interesses comerciais. O Brasil buscou desenvolver uma indústria atômica avançada, dominando todas as fases do ciclo do combustível nuclear para garantir o fornecimento de energia à sua indústria. Na Argentina, apesar dos cortes orçamentários e da perseguição a cientistas e funcionários da chancelaria promovida pela ditadura do Processo, a CNEA manteve-se como o pilar de defesa do setor nuclear, assegurando o avanço do desenvolvimento tecnológico e científico. Isso possibilitou a venda de um reator de pesquisa ao Peru e outro à Argélia, e promoveu a imagem da Argentina como novo ator no mercado de exportação de tecnologia nuclear.
- **Promover a estabilidade regional e reduzir desconfianças:** A cooperação nuclear foi vista como alternativa para minimizar desconfianças e garantir a realização dos objetivos domésticos. Nesse cenário, o Acordo de Cooperação para

o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear se tornou a pedra angular da mudança de postura e formalizou o posicionamento conjunto contra a proliferação nuclear. Chama atenção o fato de que a ideia de cooperação nasceu e foi conduzida em sua primeira fase, ainda nos governos militares.

- **Consolidar a cooperação nuclear e promover a integração regional:** Sob a liderança de Sarney e Alfonsín, Brasil e Argentina buscaram após a redemocratização, um modelo de desenvolvimento que priorizasse a paz, a estabilidade e o uso pacífico da energia atômica. Essa parceria resultou na Declaração Conjunta sobre Política Nuclear e na Declaração de Iguazu, que estabeleceram as bases para o processo de integração regional, expandindo a cooperação para outros setores além do nuclear.

A partir dos anos 1940, os formuladores de política no Brasil e na Argentina, passaram a enxergar a posse de tecnologia nuclear como indispensável para o desenvolvimento de seus respectivos países e para lhes assegurar capacidade de projeção internacional, impedindo a consolidação do outro como liderança regional.

O relacionamento bilateral nesse campo foi marcado por uma combinação de competição e rivalidade, mas também por momentos de cooperação e coordenação diplomática, principalmente em fóruns internacionais, quando havia entendimento de que isso traria benefícios mútuos. O alinhamento dos dois países contra a adesão ao Tratado de Tlatelolco e ao TNP servem de exemplos de momentos de coordenação diplomática na defesa de seus interesses.

O eixo do relacionamento bilateral, marcado pela rivalidade até o auge das tensões na década de 1970, foi gradualmente substituído pelo da cooperação, à medida que os dois países interpretaram que não seriam capazes de resistir às pressões externas, principalmente dos Estados Unidos. A postura internacional de ambos estava voltada para a defesa do desenvolvimento autônomo e para a crítica aos regimes de não proliferação, que eram percebidos como discriminatórios. No entanto, para construir a imagem de credibilidade necessária no cenário internacional, era essencial garantir primeiro uma base de confiança e estabilidade regional.

Nesse contexto, a dimensão bilateral passou a convergir parcialmente com a postura adotada no plano internacional. Inicialmente, ambos os países focaram em resistir aos instrumentos de controle. Posteriormente, reconheceram que, para garantir seu desenvolvimento interno,

deveriam se coordenar atuando em prol da não proliferação, reduzindo as desconfianças em relação ao suposto interesse de ambos em desenvolver armamentos. Contudo, priorizaram iniciativas regionais e mantiveram a postura crítica em relação aos mecanismos impostos pelas potências nucleares como o TNP.

Nem sempre as iniciativas de cooperação de um país foram bem recebidas pelo outro. No entanto, a oportunidade surgida na década de 1980, impulsionada por pressões internacionais e interesses comuns, estabeleceu as bases para um processo de cooperação duradouro, que passou por reformulações durante as décadas de 1990 e 2000 e segue vivo até os dias atuais.

3 A DÉCADA DE 1990: ADESÃO AOS REGIMES DE NÃO PROLIFERAÇÃO E INTEGRAÇÃO PELA VIA COMERCIAL

Após o fim da Guerra Fria, a proliferação de armas nucleares tornou-se uma das principais preocupações da política externa dos EUA. Essa postura foi mais retórica do que efetiva, marcada por contradições, como a manutenção do seu próprio arsenal e a posição ambígua em relação ao desenvolvimento nuclear de países como Índia e Paquistão. Ainda assim, Washington buscou fortalecer os regimes internacionais de não proliferação, como TNP, com o objetivo de controlar e retardar a disseminação de arsenais desse tipo, especialmente em países considerados "rogue states".¹⁰⁰

Esse movimento vinha crescendo desde 1986, quando Mikhail Gorbachev propôs negociações diplomáticas focadas no desarmamento nuclear.¹⁰¹ Nesse contexto, a adesão da França e da China ao TNP em 1992 e a extensão por tempo indeterminado do Tratado, na sua Conferência de Revisão em 1995, foi fundamental para ampliar e consolidar as normas de não proliferação. A inclusão de mais países no TNP fortaleceu o regime e aumentou os custos políticos da não adesão. A resistência do Brasil e da Argentina tornou-se cada vez mais difícil, e a partir de 1989, um processo de mudança na política interna desses países catalisou uma das mais significativas alterações em suas posturas de política externa na história contemporânea.

A política externa de Menem, de alinhamento aos Estados Unidos e às normas internacionais de não proliferação, levou à Argentina a aderir ao Tratado de Não Proliferação em 1995. Em Brasília, o governo Cardoso interpretava que a recusa do Brasil em aderir ao TNP estava prejudicando as importações brasileiras de bens sensíveis e temia que a falta de credibilidade causada pela imagem de potencial proliferador fosse um empecilho à conquista brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse contexto, em 1998, o país confirmou sua participação no instrumento.¹⁰²

O abandono do nacional desenvolvimentismo no Brasil e a adoção do realismo periférico pela Argentina, nos anos 1990, fortaleceram a adesão ao paradigma neoliberal modificando o eixo

¹⁰⁰ SAUER, Tom. Nuclear inertia: US nuclear weapons policy after the Cold War. Londres: I.B. Tauris, 2005.

¹⁰¹ VISENTINI, Paulo F. O caótico século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.

¹⁰² BANDEIRA, 2014.

das estratégias de política externa de ambos os países, que consolidaram a aproximação bilateral e a superação da rivalidade convergindo na necessidade de aproximação com o Norte Global e com os Estados Unidos, em particular, embora a Argentina, sob Menem, a tenha buscado de modo mais intenso que o Brasil, sob Collor.¹⁰³

Na década de 1990, um movimento de revisionismo histórico ganhou força no pensamento intelectual argentino, atribuindo a deterioração econômica e social e o isolamento internacional do país às posturas confrontacional e desenvolvimentista dos períodos de 1930-1943 e 1983-1989. Esse comportamento, frequentemente, gerou choques com os EUA que a Argentina, como país periférico, não teria condições de sustentar. Para os adeptos dessa corrente de pensamento, a atitude mais realista, dadas as condições sistêmicas em que a nação estava inserida, seria construir um bom relacionamento com os países mais poderosos para garantir um desenvolvimento dependente, atraindo financiamento externo e evitando sanções.¹⁰⁴

A principal prioridade da política externa de Menem foi, portanto, estabelecer um relacionamento estratégico com os EUA, visando obter vantagens econômicas e políticas dessa aliança.¹⁰⁵ Esse alinhamento buscou garantir a credibilidade do governo tanto internamente quanto externamente, além de projetar a liderança da Argentina na América do Sul. Nesse contexto, o governo tomou atitudes controversas, como solicitar a participação do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apoiar uma intervenção militar no golfo Pérsico, participar da Operação de estabilização no Haiti em 1994, dentre outras.¹⁰⁶

A intensa crise socioeconômica que encerrou antecipadamente o governo Alfonsín gerou uma sensação generalizada de falta de credibilidade e esgotamento no país, abrindo espaço para a introdução não apenas de um novo modelo de política externa, mas também de um novo paradigma sobre o papel do Estado. A consolidação dos EUA como ator hegemônico global, juntamente com a convicção de membros do novo governo de que era necessário alinhar-se a essa potência, somada

¹⁰³ CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ BOLOGNA A. Y A. BUSSO (1994), “La política exterior a partir del Gobierno de Menem: una presentación”, en *La política exterior del gobierno de Menem: seguimiento y reflexiones al promediar su mandato*, CERIR, Rosario, 1994.

¹⁰⁶ WINAND, Érica Cristina Alexandre. *Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): história e conjuntura na análise das relações com a Argentina*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2016.

à urgência de estabilização econômica, facilitou a penetração do neoliberalismo no país e a adoção das medidas propostas pelo Consenso de Washington, com ampla aceitação social.¹⁰⁷ Além disso, o corpo diplomático de carreira argentino perdeu espaço na definição da política externa, cujo poder estava concentrado principalmente nas mãos do presidente e do Ministério da Economia. Esse cenário resultou em uma forte influência de uma visão economicista e neoliberal na condução das relações internacionais do país¹⁰⁸ e impactou significativamente o futuro da sua política nuclear, o relacionamento com o Brasil e o processo de integração regional, como veremos mais adiante.

No Brasil, a crise da dívida nos anos 1980 intensificou a fragmentação da estrutura social desenvolvimentista e reforçou, nos círculos empresariais, a ideia de que a retomada do crescimento econômico e a redução das tensões internas só seriam possíveis com a diminuição da presença dominante do Estado na economia. Assim, seria necessário fazer concessões às medidas liberais e buscar uma maior aproximação entre a elite nacional e o capital estrangeiro.¹⁰⁹

A pressão social contra o intervencionismo e em prol da desregulamentação levou a uma ruptura, a partir de 1987, entre os setores industriais, que se beneficiavam do protecionismo, e os tomadores de decisão, uma vez que o processo de liberalização foi sendo cada vez mais percebido como instrumento de combate à inflação. No ano seguinte, com a revisão da política tarifária pela Comissão de Política Aduaneira (CPA), iniciou-se o processo de abertura econômica.¹¹⁰

O discurso predominante no país passou a atribuir o endividamento e a estagnação econômica à herança desenvolvimentista. Fernando Collor tomou posse em 1989, assim como Menem, na Argentina, assimilando os ideais e medidas de estabilização financeira sugeridas pelo programa do Consenso de Washington e priorizou o alinhamento com os Estados Unidos. De

¹⁰⁷ LEDESMA, Luciana Soledad. La posición histórica de Argentina frente al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP) y su cambio en los 90s. 2007. Trabajo de Disertación Final (Maestría en Relaciones y Negociaciones Internacionales) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Argentina), Universidad de San Andrés en cooperación con la Universidad de Barcelona, Buenos Aires, 2007.

¹⁰⁸ RUSSELL, Roberto. Democratization and Its Qualitative Impact on Argentina Foreign Policy. Serie Documentos de Trabajo, n. 27, ISEN, Buenos Aires, 1998. *Apud* LEDESMA, 2007.

¹⁰⁹ SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

¹¹⁰ COSTA FILHO, C. R. Pio da. Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais". Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 1995.

acordo com o novo governo, essas medidas eram necessárias para modernizar o Brasil e inseri-lo na nova ordem mundial pós-Guerra Fria.¹¹¹

O governo desistiu de construir e manter uma estrutura industrial nacional completa e integrada, protegida da concorrência externa pelo Estado. Esperava-se que, num cenário internacional mais competitivo, as empresas que conseguissem sobreviver se integrariam como “parte especializada de um sistema industrial transnacional”.¹¹²

No entanto, diferentemente da Argentina, a implementação do neoliberalismo no Brasil durante a década de 1990 enfrentou desafios significativos, o que resultou em uma incorporação ao paradigma neoliberal menos profunda do que no país vizinho. A burguesia brasileira estava acostumada a contar com a proteção estatal para seu desenvolvimento e manutenção, e existia no país um movimento social e político de esquerda mais forte e organizado em comparação com outros países da América Latina.¹¹³ Além disso, a diplomacia brasileira constituiu um foco de resistência nacional desenvolvimentista, que junto com setores industriais e militares, se opôs à abertura econômica radical e à adesão acrítica à globalização.¹¹⁴

Apesar das diferenças, o processo de abertura econômica no contexto pós-Guerra Fria teve influências significativas nos rumos do programa nuclear brasileiro e argentino. Com a nova configuração do sistema internacional, intensa pressão por transparência e conformidade com os regimes de não proliferação e graves limitações orçamentárias, ambos os países se viram obrigados a reavaliarem suas políticas e ambições nucleares.

Sob Collor, o governo brasileiro incorporou-se a um movimento estratégico de adaptação ao internacionalismo liberal, acreditando que, dessa forma, restabeleceria a reputação do Brasil perante atores e agências econômicas internacionais e obteria o apoio de Washington para renegociar a dívida com os bancos dos EUA. Em sua tentativa de romper com o perfil terceiro-mundista herdado da ditadura militar e superar o bloqueio norte-americano ao acesso brasileiro a

¹¹¹ VISENTINI, Paulo F. *Projeção internacional do Brasil*. 1. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2013

¹¹² SALLUM, Jr, 2000, p. 28.

¹¹³ SILVA, André Luiz Reis da. *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 2008. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

¹¹⁴ VISENTINI, Paulo F, 2013.

tecnologias sensíveis, Collor adotou uma postura mais flexível em relação aos regimes de não proliferação e transferiu o controle militar do programa nuclear para os civis.¹¹⁵

A política nuclear brasileira, nesse período, passou por modificações significativas, afastando-se da ênfase na busca por autonomia tecnológica, característica do regime militar e do governo Sarney. A nova prioridade passou a ser o acesso a tecnologias avançadas, com uma abordagem mais transparente e multilateral. Segundo o embaixador Marcos Azambuja, então secretário-geral de Política Exterior do MRE, o Brasil buscava ampliar os canais de acesso a essas tecnologias por meio de propostas que promovessem um tratamento multilateral mais aberto, além de adotar medidas de construção de confiança, como os acordos nucleares com a Argentina.¹¹⁶

O governo tomou várias iniciativas importantes no campo nuclear e de controle de tecnologias sensíveis, na tentativa de projetar o Brasil como um ator pacífico e confiável no cenário internacional ao mesmo tempo em que tentou conciliar a necessidade de manter o desenvolvimento tecno-científico autônomo.¹¹⁷ Entre elas, destacam-se o encerramento do programa nuclear paralelo, a formulação de legislação de controle de exportação de materiais sensíveis, a assinatura do Acordo Quadripartite e a criação da ABACC. Todas essas medidas abriram caminho para ações significativas na área de não proliferação, que foram tomadas por Cardoso nos anos seguintes.

Durante a década de 1990, o processo de integração entre Brasil e Argentina passou por uma adaptação significativa, especialmente com a criação do MERCOSUL em 1991. A aproximação conduzida por Sarney e Alfonsín tinha como objetivo dissolver as desconfianças históricas e promover uma cooperação econômica e política, dentro de um modelo protecionista, em que ambos os países continuavam a adotar políticas de substituição de importações, sem uma mudança significativa na política externa. A integração comercial e econômica, embora importante, era secundária e paralela ao fortalecimento da confiança no campo nuclear.¹¹⁸

¹¹⁵ HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia. A Política Externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 38, n. 1, 1995.

¹¹⁶ AZAMBUJA, Marcos. *Conjuntura Internacional: Centros Mundiais de Poder*. Conferência proferida durante o Curso de Altos Estudos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 23 e 24 de maio de 1991. Apud VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 41-74, 1997.

¹¹⁷ WINAND, Érica Cristina Alexandre, 2016.

¹¹⁸ *Ibid.*

As mudanças promovidas por Collor e Menem resultaram em um processo de integração fortemente influenciado por um viés economicista e neoliberal. A ênfase na abertura comercial transformou o bloco regional em uma estrutura mais voltada para a facilitação do comércio, com menos foco na criação de uma política externa conjunta robusta que abrangesse também uma integração político-estratégica, incluindo as questões nucleares.¹¹⁹ Nesse contexto, Winand (2016) argumenta que as medidas de cooperação nuclear foram desenvolvidas de forma paralela ao processo de formação do MERCOSUL, atendendo a interesses bilaterais específicos, sem se integrar completamente ao projeto regional do bloco.

3.1 Diplomacia nuclear e cooperação: a criação da ABACC e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas

No início da década de 1990, o Programa Nuclear Brasileiro sofria com uma imagem negativa, herança da condução do tema durante o regime militar. Pouco tempo após tomar posse, o presidente Fernando Collor encerrou as atividades secretas, convocou o Grupo de Trabalho sobre o Programa Nacional de Energia Nuclear (GT-PRONEN)¹²⁰ e nomeou civis para liderar a CNEN. O governo foi composto, em diversas esferas, por influentes figuras contrárias ao uso energético do átomo, como o ministro do Meio Ambiente, José Lutzenberger, e o físico e secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, que se opunha à construção de armamento nuclear.

Em julho, um artigo do *The New York Times* chamou atenção para o expressivo relacionamento do Brasil com o Iraque, principalmente nas áreas espacial e de defesa. Poucos dias depois, o Iraque invadiu o Kuwait, criando barreiras para a venda, pelos EUA, de supercomputadores para a indústria aeronáutica brasileira. Washington temia que o envio dos

¹¹⁹ Id.

¹²⁰ O GT-PRONEN emitiu um parecer favorável à preservação da tecnologia desenvolvida durante o Programa Paralelo, recomendou a continuidade das pesquisas na área e destacou a importância dos projetos conduzidos pela Marinha, de enriquecimento por ultracentrifugação, e pela Aeronáutica, de enriquecimento de urânio por laser, além da transparência das atividades nucleares, que ficariam sob supervisão realizada pelo Congresso Nacional. O documento também aconselhou o Presidente da República a manter o setor nuclear fora do plano de privatizações e recomendou o investimento de cerca de 7 bilhões de dólares até 2015 para garantir a continuidade dos projetos em andamento. Além disso, recomendou a construção de novas usinas, como Angra II e Angra III, e de novos reatores para pesquisa e fabricação de radioisótopos. Fonte: O GLOBO, edição de 30 de setembro de 1990. Matéria anexada em Relatório Confidencial nº 023999/90 da Secretaria de Assuntos Estratégicos, de 15/10/1990. Consulta via Acervo Nacional.

equipamentos ao Brasil pudesse beneficiar Bagdá indiretamente. Nesse contexto, Collor decidiu agir, informando o presidente norte-americano de que o Brasil estava dando passos para fortalecer o relacionamento com a Argentina no setor atômico, transferindo o controle do PNB para órgãos civis, e que o país estava interessado em consolidar a América Latina como uma Zona Livre de Armas Nucleares (NWFZ).¹²¹

Não satisfeito, também planejou um ato de marketing político: depois de avisar o presidente argentino¹²², Collor viajou para a base da aeronáutica em Serra do Cachimbo, no Pará, onde estavam os buracos de teste revelados pela Folha de São Paulo, em 1986, e fechou simbolicamente um dos poços para representar uma nova era nas ambições nucleares do Brasil. Em setembro de 1990, declarou em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, que o país “descartava naquele dia a ideia de qualquer experiência que pudesse envolver explosões nucleares, mesmo que fossem para fins pacíficos”.¹²³

Apesar de buscar a aproximação com os EUA e abrir mão da histórica postura brasileira de defesa do direito de desenvolver dispositivos nucleares para fins pacíficos, Spektor (2016) afirma que Collor nunca considerou seriamente a possibilidade de o Brasil assinar o TNP, pois compartilhava da visão de vários setores nacionais, que consideravam o tratado discriminatório. Nesse sentido, dar continuidade à cooperação com a Argentina significava mobilizar uma coalizão regional em defesa da não proliferação, ao mesmo tempo em que se garantia legitimidade à postura crítica brasileira em relação ao TNP.¹²⁴

Na Argentina, pela primeira vez em 40 anos, o regime tecnopolítico nuclear foi frontalmente desafiado pelo movimento ideológico liderado por Carlos Escudé, que via as ambições nucleares argentinas como belicistas e confrontacionais em relação aos EUA. O processo de abertura econômica e privatização das empresas públicas impactou de maneira significativa a área nuclear, e, segundo Hurtado, isso ocorreu de forma traumática, gerando “um processo de fuga

¹²¹ PATTI, 2021.

¹²² Ibid.

¹²³ 24 de setembro de 1990 - Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da abertura do debate geral da XLV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/88.pdf/view>> Acesso em: 21 de julho de 2024.

¹²⁴ TEIXEIRA, Démia Baracho. A influência dos EUA sobre a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). 2007. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

de cérebros interno, ao promover iniciativas de aposentadoria, com notável perda de conhecimento tácito acumulado" (tradução nossa).¹²⁵

O governo anunciou planos de privatizar o setor nuclear, incluindo a venda de Atucha I, Embalse, as plantas de enriquecimento e de produção de água pesada, além de buscar atrair investimentos privados para concluir a construção de Atucha II. No entanto, o plano oficialmente anunciado manteve o controle das usinas nas mãos da Nucleoeléctrica Argentina S.A., uma empresa de sociedade anônima com o governo como único acionista, visando sua futura privatização.¹²⁶

A Planta Experimental de Água Pesada (PEAP) foi desmontada antes de ser finalizada, e as obras de Atucha II e da planta de enriquecimento em Pilcaniyeu foram paralisadas devido à pressão dos EUA. O novo código de mineração autorizou a exportação de urânio por empresas privadas, e o papel de regulador das atividades nucleares em nível nacional foi transferido da CNEA para o recém-criado Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN). Além disso, os planos para construir uma planta de reprocessamento de plutônio foram cancelados.¹²⁷

Assim que Menem assumiu a presidência, sua equipe de governo iniciou uma série de movimentos para estreitar relações com Washington, muitos deles voltados para a área de não proliferação. Manuel Mondino, o novo presidente da CNEA, foi informado de que o governo pretendia, em pouco tempo, assinar o TNP.¹²⁸ No entanto, apesar do entusiasmo inicial da Casa Rosada, essa medida levou cerca de cinco anos para se concretizar, pois alguns membros da CNEA e do corpo diplomático argentino convenceram a administração de Menem de que, antes de dar esse passo, seria mais vantajoso para o país consolidar um marco institucional de salvaguardas sobre as instalações nucleares, junto com o Brasil.¹²⁹ O apoio de Washington a essa aproximação pesou favoravelmente na decisão.¹³⁰

¹²⁵ HURTADO, 2014, p. 273.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Id.

¹²⁸ PALACIOS, Elías. Entrevista concedida a Luciana Soledad Ledesma, 3 de agosto de 2007. In: LEDESMA, 2007.

¹²⁹ MONDINO, Manuel. Entrevista concedida a Luciana Soledad Ledesma, 28 de junho de 2007. In: LEDESMA, 2007.

¹³⁰ CORIGLIANO, 2000 *apud* LEDESMA, 2007.

Enquanto o embaixador dos EUA, Richard Kennedy, pressionava Menem a ratificar o Tratado de Tlatelolco¹³¹ e aceitar as salvaguardas de escopo total da AIEA, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Domingo Cavallo, propôs ao Brasil a criação de um sistema de inspeções mútuas de contabilidade e controle das atividades nucleares, que garantisse a proteção dos segredos industriais de ambos os países e preservasse o direito de desenvolver submarinos movidos a propulsão nuclear, como condição para a ratificação do Tratado.¹³²

Em novembro de 1990, o presidente argentino se encontrou com Collor em Foz do Iguaçu para assinar o Comunicado de Buenos Aires e a Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina. Na ocasião, aprovou-se o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) e a intenção de negociar com a AIEA, um acordo de salvaguardas adotando o SCCC como base. A medida foi elogiada por vários países, como Estados Unidos e Austrália e bem recebida em âmbito regional pelo Chile e pelo Uruguai, que demonstraram interesse em aderir ao sistema.¹³³

Em 18 de julho de 1991, foi assinado o Acordo Brasil-Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, afirmando o caráter pacífico das instalações nucleares de ambas as nações. Os dois países reconheceram a impossibilidade de distinguir dispositivos explosivos nucleares para uso civil e para fins bélicos e renunciaram ao direito de PNEs.¹³⁴

Na ocasião, foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para gerenciar o SCCC, com autonomia em relação aos governos de ambos os países. A agência ficou responsável pela implementação de medidas de salvaguardas, assegurando o uso exclusivamente pacífico de materiais nucleares nos territórios do Brasil e da Argentina. Sua criação representou um passo crucial na construção de confiança mútua, aumentando a transparência das atividades nucleares e facilitando a integração das duas nações

¹³¹ HURTADO, 2014.

¹³² PATTI, 2021.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 221, de 11 de dezembro de 1991: Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Art. I, item 3. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1991/decretolegislativo-221-11-dezembro-1991-358246-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

aos regimes internacionais de não proliferação, algo fundamental para a recuperação da credibilidade internacional de seus programas atômicos.

Além disso, Queiroz (2016) afirma que a ABACC, teve papel fundamental “na sustentabilidade da dinâmica de *rapprochement* entre os dois países”, por ter gerado maior interação entre as comunidades diplomáticas e científicas nucleares do Brasil e da Argentina, potencializando a cooperação nuclear e promovendo interações regulares entre inspetores e autoridades regulatórias.¹³⁵

Em fevereiro de 1991, a descoberta de um programa nuclear clandestino no Iraque – país signatário de um acordo de salvaguardas com a AIEA – havia levantado questionamentos sobre a eficácia do sistema proposto pela Agência e impulsionou discussões sobre o aprimoramento das inspeções. A percepção de que medidas mais restritivas poderiam ser adotadas no futuro levou os governos brasileiro e argentino a acelerarem as negociações de um acordo de salvaguardas com a AIEA, utilizando normas já conhecidas.¹³⁶

Em Viena, em dezembro, Brasília e Buenos Aires assinaram o acordo Quadripartite de Salvaguardas Nucleares entre o Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, que submetia todos os materiais e atividades nucleares nos territórios dos Estados-Partes à aplicação de salvaguardas. Isso permitiria a inspeção da AIEA às instalações do programa nuclear paralelo brasileiro, que até então estavam sobre supervisão apenas nacional.¹³⁷

A iniciativa foi aprovada pelo Congresso Argentino em agosto de 1992¹³⁸, mas no Brasil não foi bem recebida pelos setores mais nacionalistas, e as negociações para a ratificação do acordo ficaram a cargo do governo de Itamar Franco, após o impeachment de Fernando Collor devido a seu envolvimento em um escândalo de corrupção.

A Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) produziu um dossiê contrário à adesão ao Acordo Quadripartite, comparando o ato à adesão ao TNP. Em fevereiro de 1993, com

¹³⁵ QUEIROZ, J. M. G. DE. ABACC: os primeiros 25 anos. Cadernos de Política Exterior, v. 3, p. 45–64, 2016, p. 53.

¹³⁶ MOURA, Carmen Lidia Richter Ribeiro. O Brasil e o fortalecimento do sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica: do acordo quadripartite ao protocolo adicional. Tese (Altos Estudos) – Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, Brasília, 2001.

¹³⁷ HURTADO, 2014.

¹³⁸ Ley 24113/92.

o apoio da CNEN, o presidente da ABEN, José Rubens Maiorino, começou a contatar parlamentares para que se posicionassem contra a ratificação no Congresso.¹³⁹

Em agosto, diante da forte resistência no Legislativo, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mário Cesar Flores, enviou um aviso ao presidente da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados defendendo a ratificação.¹⁴⁰ No entanto, o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia, informou ao secretário Afonso Carbonar que estava sofrendo pressão do ministro da Marinha para rejeitar o acordo de salvaguardas e que não conseguiria garantir a maioria favorável à aprovação na bancada do partido.¹⁴¹

Apesar das dificuldades enfrentadas no Congresso Nacional, o governo conseguiu aprovar o Acordo Quadripartite em fevereiro de 1994, após César Flores convencer os militares e os parlamentares de que as atividades de inspeção seriam conduzidas exclusivamente pela ABACC, enquanto à AIEA caberia apenas o controle de qualidade. Isso afastaria o risco de comprometimento dos segredos industriais, diminuindo assim a resistência nacionalista na Câmara e no Senado.¹⁴²

Por esforço brasileiro, antes da aprovação final, o texto passou por algumas alterações. José Bustani, então diretor-geral do Departamento de Organismos Internacionais e Assuntos de Desarmamento e Não-Proliferação do Ministério das Relações Exteriores, comunicou ao diretor da Divisão de Segurança Internacional, Assuntos Nucleares e Espaciais argentino, Enrique de la Torre, a discordância brasileira em relação aos códigos 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, que tratavam do fornecimento de informações à Agência, da proteção de segredos industriais e da construção de novas instalações. Além disso, expressou objeção ao trecho do acordo que submetia “all nuclear material in all nuclear activities” às inspeções e solicitou apoio argentino para uma gestão conjunta nas negociações com a AIEA sobre esses pontos.¹⁴³

¹³⁹ ABEN. Carta do presidente da ABEN a um deputado desconhecido. 11 fev. 1993. Cópia no acervo do Ministério das Relações Exteriores, pasta ABACC, nº 41.

¹⁴⁰ BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Aviso nº 678/93-GAB/SAE/PR. Brasília, 19 ago. 1993. Cópia consultada no acervo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁴¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação para o senhor Ministro de Estado SRC/AASC. 24 jun. 1993.

¹⁴² PATTI, 2021.

¹⁴³ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fax (00541). 11 nov. 1993. De José Bustani para Enrique de la Torre.

A chancelaria argentina, que, segundo a percepção dos diplomatas brasileiros, parecia mais favorável às propostas iniciais da Agência, demonstrou “nervosismo” em relação à atitude brasileira. No entanto, agiu com cautela diante das demonstrações de flexibilidade do Organismo em Viena.¹⁴⁴ Dessa forma, mudanças significativas foram acordadas no final, favorecendo o peticionamento do Brasil.¹⁴⁵

3.2 A ratificação do Tratado de Tlatelolco e a adesão da Argentina ao TNP

Enquanto as negociações para a ratificação do Acordo Quadripartite ocorriam, também havia discussões sobre a participação plena do Brasil e da Argentina no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe.¹⁴⁶ Na Argentina, após a criação do sistema comum de contabilidade e controle e da renúncia ao direito de realizar PNEs, os obstáculos para a adesão do país ao instrumento foram superados, resultando na autorização aprovada pelo Congresso da Nação em dezembro de 1993¹⁴⁷. O próximo passo seria a entrada no TNP.

Segundo Lampreia, a recusa dos ministros militares brasileiros em aceitar restrições externas ao programa nuclear foi o principal obstáculo à plena adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco. No entanto, a pressão internacional levou o Senado a ratificar as emendas ao acordo em março de 1994, e o país se tornou membro pleno da Zona Livre de Armas Nucleares (NWFZ) em maio, quando o instrumento entrou em vigor.¹⁴⁸

Paralelamente às movimentações que geraram os grandes acordos regionais, os EUA pressionavam a Argentina a encerrar a cooperação nuclear com o Irã e suspender o contrato firmado entre o país e a INVAP, resultando em uma perda de cerca de US\$ 25 milhões para a empresa.¹⁴⁹ Como forma de compensação, um mês após a ratificação do Tratado de Tlatelolco, a INVAP venceu uma licitação para exportar um reator de pesquisa de 22 MW para o Egito, após a

¹⁴⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MSG OF 00994A de Exteriores/DPTS para Brasemb Buenos Aires, Confidencial. 15 ago. 1993.

¹⁴⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ata da reunião entre Argentina, Brasil, ABACC e AIEA, realizada em 27 de outubro de 1993. 1 dez. 1993. Documento interno. Pasta ABACC, nº 41.

¹⁴⁶ Também conhecido como Tratado de Tlatelolco.

¹⁴⁷ Ley 24272/93.

¹⁴⁸ PATTI, 2021.

¹⁴⁹ HURTADO, 2014.

empresa americana se retirar do processo.¹⁵⁰ Além disso, foi firmado um contrato de US\$ 7 milhões com a Agência Espacial Americana (NASA) para um projeto de construção de um satélite.¹⁵¹

Além de interromper o relacionamento com o Irã, o governo argentino também foi pressionado a abandonar o projeto Cóndor II, cujo objetivo era desenvolver um míssil balístico de médio alcance, capaz de carregar ogivas convencionais e nucleares. Washington temia tanto o acesso da Argentina a essa tecnologia quanto sua possível transferência para países hostis, como o Iraque. O governo Menem tentou redirecionar o projeto para o lançamento exclusivo de satélites, mas os EUA não aceitaram. Em 1993, para preservar o relacionamento com os norte-americanos e obter acesso à importação de produtos de alta tecnologia, o governo argentino cancelou o projeto e com apoio da Casa Branca ingressou no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).¹⁵²

Relatório confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Brasil (SAE), de março de 1993, criticou a atitude do país vizinho e sugeriu que seria mais vantajoso para o Brasil não seguir o mesmo caminho. O documento argumentava que, embora a participação da Argentina no Regime aliviasse as pressões internacionais em uma área sensível, o país acabaria dependendo da importação de tecnologia. Mesmo com um acordo firmado com os EUA para a transferência tecnológica, era improvável que a Argentina tivesse acesso significativo a tecnologias de ponta, especialmente nas áreas de interesse estratégico para as nações industrializadas.¹⁵³

Embora o acesso argentino a conhecimentos científicos e tecnológicos, sob a supervisão dessas nações, pudesse ajudar a reduzir a lacuna em relação a outros países, particularmente no contexto latino-americano, o Brasil encontrava-se em um estágio superior de desenvolvimento tecnológico. Portanto, de acordo com o texto, a adesão a tratados internacionais como o MTCR poderia prejudicar setores nacionais em fase avançada de pesquisa e desenvolvimento, além de

¹⁵⁰ CASTRO, R. M. Reinterpretando a Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina: as Diversas Nuances e Perspectivas deste Relacionamento no Contexto Mundial. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

¹⁵¹ HURTADO, 2014.

¹⁵² LEDESMA, 2007.

¹⁵³ BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. A adesão da Argentina ao RCTM: algumas condicionantes e reflexos para o Brasil. Brasília: Arquivo Nacional, 1993. Relatório confidencial. Disponível em: <https://www.acervonacional.gov.br>. Termo de referência: br_dfanbsb_h4_mic_gnc_dit_940076569_d0001de0001. Acesso em: 10 set. 2024.

colocar o país em uma posição de menor relevância no cenário internacional, como parecia ser o caso da Argentina.¹⁵⁴ No entanto, ao contrário das recomendações do relatório da SAE, o Brasil aderiu formalmente ao MTCR em 1995, em resposta à pressão dos Estados Unidos, que estavam preocupados com o desenvolvimento do programa espacial brasileiro.

Embora Brasil e Argentina já tivessem aderido à maioria dos instrumentos dos regimes de não proliferação, e a cooperação bilateral entre eles impusesse restrições ainda mais rigorosas do que as previstas pelo TNP, a comunidade internacional considerava essas iniciativas regionais como secundárias em relação ao Tratado, que possuía maior relevância e alcance global, julgando-as insuficientes.¹⁵⁵ Sob a pressão de Washington, que alertava que a não adesão ao TNP poderia comprometer tanto a aquisição de produtos industriais avançados quanto o acesso a financiamento externo, o governo argentino decidiu, em dezembro de 1994, aderir ao Tratado de Não Proliferação como um movimento simbólico significativo, consolidando seu alinhamento com os EUA.

Diante da decisão da Argentina, o governo brasileiro interpretou que em breve não teria outra opção senão modificar seu posicionamento e, também, aderir ao Tratado, a fim de garantir suas aspirações internacionais em outras áreas, como a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que dependiam do apoio das potências ocidentais.¹⁵⁶

3.3 O governo Cardoso e a entrada do Brasil no TNP

A partir de 1995, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à Presidência do Brasil, garantiu-se a continuidade das privatizações e do processo de abertura econômica. O governo apostou no aumento das importações para conter a inflação e na atração de investimento externo para modernizar a infraestrutura e a indústria.¹⁵⁷

Em termos conceituais, definiu-se um novo paradigma para a política externa brasileira, que, até então, passava por um momento de indefinição após o abandono do modelo nacional-

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ TEIXEIRA, 2007.

¹⁵⁶ SILVA, André Luiz Reis da; MALLMANN, Vinicius Henrique. Revisitando a adesão ao TNP: Brasil e Argentina diante da questão nuclear nos anos 1990. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 701-733, set./dez. 2019.

¹⁵⁷ ANDERSON, P. *Brasil à parte (1964-2019)*. São Paulo: Boitempo, 2020.

desenvolvimentista que havia orientado as relações internacionais do país entre os anos 1930 e o final da década de 1980.

O *paradigma globalista*, conceito proposto por Maria Regina Soares de Lima para descrever a condução de política externa brasileira anterior ao governo Collor, foi substituído no início da década de 1990, pelo *paradigma da aliança especial* com os Estados Unidos. Esse modelo visava modernizar o Brasil através de uma aproximação mais estreita com o Ocidente.¹⁵⁸

De acordo com a autora, essa abordagem foi impulsionada por motivações ideológicas, como a crença na modernização via internacionalização, e por razões pragmáticas, como a redução de atritos com os EUA e a tentativa de melhorar a reputação internacional do Brasil. Porém, a falta de apoio interno e os resultados insatisfatórios nas relações com os EUA levaram ao colapso dessa política, abrindo espaço para o que viria ser a consolidação de um novo modelo sob a gestão Cardoso.

O conceito de *autonomia pela participação*, desenvolvido pelo embaixador Gelson Fonseca Júnior foi adaptado pelo chanceler Lampreia para *autonomia pela integração*¹⁵⁹, que os autores Vigevani, Oliveira e Cintra utilizaram para descrever a transição da *autonomia pela distância* para um modelo integracionista, que priorizou a participação mais ativa do país nas organizações e fóruns internacionais.¹⁶⁰ Paralelamente, Amado Cervo denominou de *Estado Normal* o modelo consolidado por Cardoso¹⁶¹, em contraste com o *Estado Desenvolvimentista* que havia predominado nas décadas anteriores. Além disso, Cervo introduziu o conceito de *Estado Logístico*¹⁶² para explicar a mescla entre a condução *normal* e *desenvolvimentista*, atualizando a

¹⁵⁸ LIMA, Maria Regina Soares de. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. In: As Políticas Exteriores da Argentina e do Brasil frente a um mundo em transição: Diversidade, Convergência e Complementaridade. Seminário ocorrido no Palácio San Martin, Buenos Aires, 3 a 5 de setembro de 1993. Caderno do IPRI, nº 11, p. 71-82.

¹⁵⁹ WINAND, 2017.

¹⁶⁰ VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Rev. Social. USP, n. Tempo Social, p. 31–61, nov. 2003.

¹⁶¹ Para o autor, a Era Cardoso inclui também os anos da gestão de Fernando Collor, abrangendo, portanto, o período de 1990 a 2002. O Estado Normal é um modelo estatal que emergiu nos grandes países latino-americanos a partir dos anos 1980 é marcado pela adoção das políticas de estabilização monetária sugeridas pelo Consenso de Washington. De acordo com o autor, esses países aceitaram uma postura de submissão ao núcleo central do capitalismo global, limitando o papel do Estado a ser um mero agente de estabilização econômica, enquanto transferiram para o setor privado a responsabilidade de liderar o desenvolvimento.

¹⁶² O Estado Logístico defende a necessidade de um planejamento estatal de longo prazo, que crie um ambiente favorável ao crescimento industrial. Nesse modelo, o Estado e o setor privado nacional atuam de forma conjunta, com objetivos claros e definidos, abandonando a postura de subserviência aos centros de poder internacionais, visando fortalecer a autonomia econômica e política do país.

condução externa do Brasil às necessidades impostas no final do século XX e início do século XXI.¹⁶³

Esses modelos configuraram uma tentativa de síntese para explicar as respostas do governo e da diplomacia brasileira aos desafios de inserção internacional na nova ordem mundial que emergiu com o fim da Guerra Fria e a globalização.

A penetração do neoliberalismo na mentalidade dos formuladores de políticas públicas da época e a necessidade de alinhar-se ao Ocidente entravam em conflito com a tradicional busca por autonomia na condução externa do Brasil. A ideia de autonomia pela participação surgiu da necessidade de alinhar-se às crenças, aos valores e às atitudes exigidos como validação pelas potências ocidentais, sem se apresentar à comunidade internacional como um país passivo e subordinado. Participar ativamente ou integrar-se aos regimes e à comunidade internacional conferiria ao Brasil legitimidade e permitiria influir na criação de ordenamentos mais justos à que os próprios países ricos estariam submetidos.¹⁶⁴

Nesse contexto, a gestão de Cardoso priorizou o avanço da integração regional, com ênfase no MERCOSUL; a ampliação do número de parceiros comerciais do Brasil por meio de relações bilaterais; e uma participação mais ativa em organizações multilaterais, especialmente na OMC. Essa nova abordagem alterou a estratégia de inserção internacional do país, que passou a buscar uma maior aproximação com os países desenvolvidos e a construir a imagem do Brasil como uma potência internacional, com o objetivo principal de garantir um assento no Conselho de Segurança da ONU.¹⁶⁵

Apesar da busca por diversificação de parcerias, o governo brasileiro reconhecia claramente a necessidade de manter boas relações com os EUA para assegurar seu papel de liderança regional na América do Sul.¹⁶⁶ No entanto, esses objetivos entravam em conflito com a posição crítica e a hesitação do Brasil em aderir completamente ao regime de não proliferação.

Para garantir a credibilidade e dissipar as desconfianças em relação às ambições nucleares brasileiras, especialmente após a adesão da Argentina ao TNP, Cardoso estava inclinado a aderir

¹⁶³ CERVO, A. L. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

¹⁶⁴ WINAND, 2017.

¹⁶⁵ VIZENTINI, P. F. *De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005)*. v. 5 n. 2. Civitas, dez. 2005.

¹⁶⁶ VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003.

ao Tratado. No entanto, o chanceler Lampreia o convenceu a adotar uma estratégia de adesão gradual, aguardando a Conferência de Revisão (RevCon) do TNP em 1995 e os resultados das discussões sobre o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT).¹⁶⁷

Representantes estrangeiros questionaram a possibilidade de o Brasil aderir ao Tratado de Não Proliferação desde o início do mandato de Fernando Henrique. O secretário de Estado do Trabalho britânico, Michael Portillo, consultou o chanceler Lampreia, na ocasião da posse de Cardoso, sobre uma eventual mudança na posição do Brasil em relação ao regime de não proliferação.¹⁶⁸ Em setembro de 1995, o ministro de Negócios Estrangeiros da Austrália, Gareth Evans, fez uma cobrança semelhante ao chefe do Itamaraty.¹⁶⁹ Poucos dias depois, o secretário de Estado Americano, Warren Christopher, insistiu para que o Brasil aderisse ao TNP e reforçou a importância que tal atitude teria para a ampliação da parceria entre os dois países e para a imagem brasileira no cenário internacional.¹⁷⁰

Consultas desse tipo, bem como mensagens de incentivo ou pressão ao Brasil, foram comuns durante os primeiros anos do governo Cardoso. As respostas do MRE frequentemente destacavam a postura pacífica do país e enfatizavam os compromissos já firmados, mas deixavam em aberto a possibilidade de uma eventual adesão, uma vez que o governo não adotava uma posição dogmática sobre o assunto.

Apesar da hesitação brasileira, o embaixador Thomas Graham Jr., diretor da U.S. Arms Control and Disarmament Agency, informou diplomatas brasileiros, em 1996, sobre a convicção da Administração Clinton de que o Brasil aderiria ao TNP, em um futuro próximo.¹⁷¹

¹⁶⁷ PATTI, 2021.

¹⁶⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Informação para o Presidente da República, G/22, 11 de janeiro de 1995*. 1\LFL mre1 1995.01.24 (8). Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=11987. Acesso em: 16 set. 2024.

¹⁶⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Documento MSG OF 10035A, de Delbrasonu para Exteriores, secreto, de 02 de outubro de 1995*. 1\LFL mre1 1995.09.26, p. 64-66. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em:

https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&hf=www18.fgv.br&pagfis=17564.

Acesso em: 16 set. 2024.

¹⁷⁰ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Letter from Warren Christopher to Luiz Felipe Lampreia. [s.d.]. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=9915. Acesso em: 21 set. 2024.

¹⁷¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *MSG OF 002383C, de Brasemb Washington para Exteriores, confidencial, 23 de fevereiro de 1996*. 1\LFL mre1 1995.01.10/1 (1). Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=9843. Acesso em: 16 set. 2024.

No entanto, o governo dos EUA ainda estava insatisfeito com as medidas tomadas por Brasília no campo da não proliferação. Enquanto a Argentina havia desistido do projeto Condor II em 1993, o Brasil continuou o desenvolvimento de um programa autônomo de mísseis, o qual era visto com desconfiança pelas potências ocidentais, principalmente devido à anterior cooperação com o Iraque e aos recentes acordos com a Rússia e a Índia. A pressão americana levou a um esforço brasileiro para reduzir as suspeitas e críticas em relação ao programa. Por isso, em 1994, a recém-criada Agência Espacial Brasileira (AEB) sinalizou seu compromisso com as normas do MTCR.¹⁷² A formalização da adesão brasileira ao Regime foi concluída com a aprovação Lei 9.112/95.

A RevCon em 1995 garantiu a extensão por tempo indeterminado do Tratado de Não Proliferação e aumentou a pressão sobre os países que ainda resistiam à adesão. A Alemanha, importante parceira nuclear do Brasil, também pressionava o governo Cardoso a aderir ao instrumento. Para garantir o acesso a equipamentos essenciais para seu programa nuclear e participar das discussões sobre o comércio internacional no setor, o Brasil solicitou a adesão ao Grupo de Fornecedores Nucleares, aprovada em 1996.¹⁷³

Os países europeus, inicialmente, vincularam a entrada do Brasil no NSG à sua adesão ao Tratado de Não Proliferação. No entanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em diálogo com Bill Clinton, conseguiu assegurar o ingresso do Brasil no grupo sem essa condição. Clinton, tendo acompanhado os desafios em torno da ratificação do Acordo Quadripartite, estava ciente das dificuldades enfrentadas por Cardoso em lidar com o Congresso, e decidiu apoiar a admissão brasileira no Grupo sem exigir a adesão imediata ao TNP.¹⁷⁴ Em troca, Brasília deveria regulamentar o controle de exportações de tecnologias sensíveis.¹⁷⁵

A partir de 1996, o país se tornou dependente da importação de urânio, cujos principais fornecedores eram os Estados Unidos e a Alemanha. A possibilidade de cooperação com a Argentina para reprocessamento de combustível poderia estender a vida útil do material reduzindo a necessidade de esgotar reservas naturais. Pesquisas nesse sentido haviam sido conduzidas pelo

¹⁷² PATTI, 2021.

¹⁷³ CASTRO, R. M, 2006.

¹⁷⁴ PATTI, 2021.

¹⁷⁵ A LEI Nº 9.112/1995 considerou bens sensíveis os bens de uso duplo e os bens de uso na área nuclear, química e biológica e definiu penalidades para a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados que não seguissem seus parâmetros normativos.

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), mas foram paralisadas no governo Collor. Washington se adiantou e impediu qualquer retomada de ação com o envio de um aviso ao governo brasileiro de que a legislação americana obrigava a imposição de sanções a países que colaborassem no reprocessamento de combustível nuclear.¹⁷⁶

Paralelamente, Clinton enviou uma carta a Cardoso pedindo apoio brasileiro, como líder do G-21 na Conferência de Desarmamento, para influenciar o grupo na aprovação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) na Assembleia Geral da ONU, em setembro.¹⁷⁷ Cardoso respondeu positivamente¹⁷⁸ e o Brasil, além de ser um dos primeiros signatários do CTBT¹⁷⁹, contribuiu significativamente para sua aprovação.¹⁸⁰

Com o fortalecimento do Tratado de Não Proliferação Nuclear após a Conferência de Revisão de 1995 e a aprovação do CTBT, os critérios estabelecidos por Lampreia para considerar a adesão brasileira ao TNP foram finalmente atendidos. No âmbito do governo federal, as discussões sobre a possibilidade de adesão intensificaram-se em 1997. Apesar da resistência de variadas forças políticas internas, a decisão pela adesão foi tomada durante reuniões de gabinete realizadas entre março e maio daquele ano.¹⁸¹ Em junho, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional uma mensagem solicitando autorização para a adesão ao tratado, a qual foi concedida por meio do Decreto Legislativo nº 65, de 2 de julho de 1998. Em setembro, o ministro Lampreia depositou o Instrumento de Adesão junto à sede da ONU, formalizando a entrada do Brasil no regime de não proliferação.

Apesar de assinar o TNP e ratificar a adesão do Brasil ao CTBT, segundo Matias Spektor, Cardoso "manteve-se tão empenhado quanto seus antecessores na busca pela autonomia tecnológica, defendendo sistematicamente o direito de proteger os segredos industriais autóctones"

¹⁷⁶ CASTRO, 2006.

¹⁷⁷ Cópia da carta do presidente Bill Clinton ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a necessidade de se concluírem as negociações sobre o Tratado para Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). 1\LFL mre1 1996.01.23 p.4. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV, 19 jan. 1996. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=17650. Acesso em: 16 set. 2024.

¹⁷⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Cópia da carta de resposta do presidente Fernando Henrique Cardoso ao presidente Bill Clinton. 1\LFL mre1 1996.01.23, p. 2-3. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV, 23 jan. 1996. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=17648. Acesso em: 16 set. 2024.

¹⁷⁹ O CTBT foi ratificado pelo Brasil em 1998.

¹⁸⁰ PATTI, 2021.

¹⁸¹ Ibid.

(tradução nossa).¹⁸² Além disso, deu continuidade às discussões sobre o desenvolvimento do projeto de submarinos nucleares e retomou as obras de Angra 2, inaugurada em 2002.

Bandeira afirma que Cardoso aderiu ao TNP como parte de uma estratégia para suavizar as relações com os EUA, sem, no entanto, ceder em questões comerciais.¹⁸³ Um dos principais embates entre o governo brasileiro e Washington naquele período dizia respeito à proposta de Clinton para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Embora o Brasil não tivesse condições de barrar o projeto norte-americano, optou por adiar ao máximo as negociações, defendendo que a adesão à ALCA ocorresse apenas em conjunto com o MERCOSUL, no formato 4 + 1.

Os embates entre EUA e Brasil derivavam de visões estratégicas distintas para a região. Além disso, as reivindicações brasileiras na OMC, que exigiam reciprocidade dos EUA em relação às concessões e à abertura comercial promovidas pelo Brasil, levaram o governo norte-americano a enxergar o país como um incômodo, apesar da amizade pessoal entre Clinton e Cardoso.¹⁸⁴

A postura brasileira demonstrava que o alinhamento com Washington não era incondicional. Além disso, esse comportamento, no qual o país ora buscava alinhamento com as potências ocidentais e incentivava a privatização de empresas nacionais, entregando seu controle a companhias estrangeiras, ora priorizava a autonomia, contrariando os interesses dessas mesmas potências e tentando preservar o desenvolvimento tecnológico em setores estratégicos, levou Cervo a descrever a gestão Cardoso como uma "dança de paradigmas", na qual coexistiam, simultaneamente, o Estado Normal e o Estado Logístico.¹⁸⁵

A presença deste último tornou-se ainda mais perceptível durante o segundo mandato de Cardoso, quando seu ceticismo em relação às grandes potências ficou evidente, embora o alinhamento com os EUA não tenha sido rompido. Ao desenvolver a tese da globalização assimétrica, Cardoso direcionou sua atenção para a América do Sul como estratégia para garantir maior autonomia.¹⁸⁶

¹⁸² SPEKTOR, 2016, p. 646

¹⁸³ BANDEIRA, L. A. M. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁸⁴ PECEQUILO, C. S. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

¹⁸⁵ CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 4a ed. Brasília: UNB, 2011.

¹⁸⁶ *Ibid.*

Os obstáculos para a importação de equipamentos avançados e serviços na área nuclear já haviam sido superados com a entrada do Brasil no NSG. O Acordo Quadripartite, por sua vez, estabelecia salvaguardas equivalentes às exigências da AIEA para os países não nucleares do Tratado.¹⁸⁷ Além disso, ao contrário da Argentina e da África do Sul, o Brasil não precisou desmontar seu programa espacial, cujas restrições foram superadas com a adesão ao MTCR.¹⁸⁸ Portanto, aderir ao TNP não representaria novas obrigações para o país.

Naquela altura, a posição brasileira era mantida apenas por uma questão de princípios, como explicou Lampreia em conversa com o embaixador da União Europeia alguns anos antes.¹⁸⁹ No fim, a adesão do Brasil ao TNP atendeu mais a um objetivo político do que técnico-científico.¹⁹⁰ Na prática, seu real significado foi o abandono parcial da posição defendida por Araújo Castro em 1968, fundamentada em preceitos soberanistas e na crítica ao caráter discriminatório do tratado.¹⁹¹

A resistência ao instrumento, havia perdido o sentido, à medida que os formuladores da política externa brasileira da época passaram a interpretar que os custos da manutenção dessa posição eram maiores do que os benefícios da adesão, especialmente após a incorporação gradual de diversos instrumentos de não proliferação desde o início da década.

A decisão do Brasil de aderir ao TNP foi motivada pelo desejo de superar obstáculos à sua plena integração na comunidade internacional, além da crença de que ao fazê-lo, o país poderia se utilizar da condição de Estado parte para garantir legitimidade à sua atuação em prol desarmamento e pressionar os NWS a reduzirem seus arsenais. Dessa forma, além de promover a imagem de liderança pacífica, o governo pretendia aumentar a projeção internacional do país e obter credibilidade para conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.¹⁹²

Apesar de ser um gesto representativo e simbólico, bem recebido pela comunidade internacional e que ajudou a melhorar a imagem do Brasil, a adesão ao tratado não conseguiu

¹⁸⁷ MOURA, C.L.R., 2001.

¹⁸⁸ PATTI, 2021.

¹⁸⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Maço de apoio à visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América ao Brasil, 1 a 3 de março de 1996*. Capítulo 7, p. 43. \LFL mre1 1995.01.10/1 (1). Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em:

https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=9977. Acesso em: 18 set. 2024.

¹⁹⁰ CASTRO, 2006.

¹⁹¹ Embora o Brasil tenha desistido de se contrapor ao tratado, a diplomacia brasileira continuou criticando o caráter discriminatório do instrumento.

¹⁹² WINAND, 2016.

eliminar completamente as desconfianças em relação às ambições nucleares do país. Além disso, não resolveu as divergências com os Estados Unidos sobre a ALCA, nem resultou em apoio estadunidense para a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Pouco tempo após a ratificação do tratado, a pressão internacional voltou-se para a assinatura do Brasil e da Argentina no Protocolo Adicional da AIEA, estabelecido após a descoberta de atividades nucleares não declaradas no Iraque.

3.4 A Segunda Metade da Década de 1990: Relacionamento Bilateral e Diplomacia Nuclear

Como discutido nas seções 3.1 e 3.2, a primeira metade da década de 1990 foi marcada pela continuidade da aproximação entre Brasília e Buenos Aires, embora com prioridades diferentes das que motivaram a integração planejada nos anos 1980. Durante as gestões de Collor e Menem, Brasil e Argentina deram importantes passos conjuntos no setor nuclear, incluindo a criação da ABACC, a assinatura do Acordo Quadripartite e a adesão plena ao Tratado de Tlatelolco.

Durante toda a década de 1990, segundo Winand (2016), o relacionamento entre os dois países foi marcado pela coexistência de uma cultura de rivalidade junto com o avanço do processo de integração. A cooperação, ao mesmo tempo em que foi pensada para amenizar um clima de competição, também foi instrumentalizada como um meio para a conquista dos objetivos individuais de cada nação, que, na prática, significavam o desejo de liderar individualmente sobre a região.

No início da década, a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina foi um fator importante para a preservação da autonomia de seus programas nucleares. As duas diplomacias coordenaram amplamente suas posições com o objetivo de fortalecer o OPANAL¹⁹³ como regulador dos assuntos nucleares na América Latina. Isso demonstrou que, ao contrário do que ocorria em outras áreas, havia uma disposição em compartilhar a liderança regional nos temas de não proliferação.

¹⁹³ Criado em 1969, o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), é o órgão responsável por garantir o cumprimento do Tratado de Tlatelolco.

No entanto, a partir de 1995 e até 1997, os dois países experimentaram um enfraquecimento do vínculo político nesse campo, principalmente devido ao desinteresse do governo Menem.¹⁹⁴

Enquanto o governo brasileiro priorizava o MERCOSUL para consolidar sua liderança regional e ampliar mercados para seus produtos,¹⁹⁵ a Argentina de Menem via o Brasil como um sócio econômico, e não um aliado estratégico. Os laços com Brasília eram subordinados ao relacionamento com os EUA,¹⁹⁶ e o MERCOSUL, além de servir como rota de escoamento para os produtos argentinos no Brasil, foi inicialmente visto por Buenos Aires, como um instrumento para fortalecer a capacidade de negociação da Argentina em uma possível adesão ao NAFTA.¹⁹⁷

A convergência ideológica entre Menem e Collor foi decisiva para acelerar o processo de integração econômica que resultou na criação da união aduaneira em 1994. Essa afinidade política, contudo, não se repetiu no relacionamento entre Menem e Cardoso, marcado por altos e baixos.¹⁹⁸ Os períodos de distanciamento ou tensão podem ser mais bem compreendidos à luz dos desafios de reconstrução econômica internos de cada nação, que frequentemente eram respondidos com soluções conflitantes com a integração comercial¹⁹⁹, além das ambições de cada governo de consolidar seu próprio país como liderança regional.

O plano de conversibilidade adotado na Argentina funcionou bem entre 1991 e 1994, no entanto, a mudança de conjuntura mundial, a partir de 1994, com a crise financeira no México, levou a economia argentina ao colapso. Ao contrário do Brasil, a política de conversibilidade dificultou o uso do bloco para impulsionar a industrialização. Além disso, a redução das tarifas e a livre circulação de bens no MERCOSUL colocaram a indústria argentina em desvantagem diante da concorrência brasileira, mais sólida e diversificada. Nesse contexto, Menem e o ministro Guido

¹⁹⁴ WINAND, 2016.

¹⁹⁵ MARIANO, K. L. P. O regionalismo e a política externa brasileira: a experiência do MERCOSUL. *Perspectivas*, v. 50, p. 47-86, dez. 2017.

¹⁹⁶ BUSSO, Anabella; ACTIS, Esteban; NOVELLO, María Rocío. La geometría de la Política Exterior Argentina (1989-2015) Fin del diseño triangular e irrupción de un nuevo vértice: las relaciones con Estados Unidos, Brasil y China. In: ACTIS, Esteban ... [et al.]; BUSSO, Anabella (Coord.). *Modelos de desarrollo e inserción internacional: aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización: 1983-2011, actores y temas de agenda*. T. 2. Rosario: UNR Editora, 2017.

¹⁹⁷ ONUKI, J. Brasil-Argentina: do conflito à cooperação. A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas, v., p. 29 - 46, 2005 *apud* WINAND, 2016.

¹⁹⁸ CANDEAS, Alessandro. A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG, 2010.

¹⁹⁹ CORTÉS, María Julieta. Brasil en la Política Exterior Argentina de los 90. 2003. Documento presentado no I Encuentro del Centro de Reflexión en Política Internacional (CERPI), Buenos Aires, 30 de outubro de 2003.

Di Tella enfrentaram forte oposição à integração comercial com o vizinho, inclusive dentro do próprio governo, onde muitos setores defendiam a adesão ao NAFTA e à ALCA.²⁰⁰

Apesar das dificuldades, de acordo com Candeas (2010), a continuidade da Argentina no MERCOSUL foi motivada por pragmatismo: embora o governo priorizasse as relações com os EUA, o Brasil havia se tornado o principal destino das exportações argentinas, gerando superávits essenciais para manter a política de paridade monetária com o dólar.

Embora a criação do bloco econômico tenha trazido resultados positivos importantes, ao longo da década, crises sucessivas ocorreram, principalmente devido a divergências sobre a política tarifária e medidas protecionistas unilaterais adotadas pelos países membros sem consulta prévia. Algumas ações do governo brasileiro como a Medida Provisória 1024/95, que incentivou montadoras de automóveis estrangeiras a escolherem o Brasil em vez da Argentina como destino de investimentos, causaram em Buenos Aires a sensação de que seus interesses não estavam sendo plenamente atendidos.²⁰¹

Essas crises, que tinham maior relação com as dificuldades econômicas internas de cada país do que com falhas inerentes à própria estrutura do MERCOSUL, não bastaram para acabar com a vontade política de prosseguir com o processo de integração.²⁰² Porém, foram suficientes para que o governo Menem se mostrasse menos interessado em alinhar-se aos interesses brasileiros em outras agendas. Nesse cenário, além do aumento da crise econômica provocada pela fuga de capitais após a crise no México em 1994, o governo argentino cortou o orçamento destinado à ABACC em 1995, sob a justificativa de dificuldades financeiras, e provocou mais um episódio de tensão diplomática com o Brasil.²⁰³

Além da questão financeira e comercial, o fato de ambos os países buscarem maior protagonismo no campo da segurança no subcontinente americano, dificultava maior aproximação. Em 1995, a tentativa de Menem de liderar a mediação do conflito entre Peru e Equador incomodou profundamente a diplomacia brasileira. Para o Itamaraty, a Argentina buscava formar aliança com Lima e Quito para obter apoio à sua candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. As acusações

²⁰⁰ CANDEAS, 2010.

²⁰¹ CÓRTEZ, 2003.

²⁰² ALMEIDA, Paulo Roberto de. "O Brasil e as crises financeiras internacionais. 1929-2001", *Cena Internacional* Ano 3, Nº 2 ISSN:1518-1200, dezembro 2001 apud CORTÉS, 2003.

²⁰³ WINAND, 2016.

de que Buenos Aires teria participado de um esquema de triangulação de armas, que passariam pela Venezuela com destino ao Equador, tornavam o país indigno de crédito para tratar da questão. A liderança do Brasil na resolução do conflito foi conquistada “rastreamento cada passo da Argentina e apostando em seu fracasso como mediadora”.²⁰⁴

Além disso, em 1996, Menem consultou Bill Clinton sobre a possibilidade da Argentina ser admitida na OTAN, sob a justificativa de combate ao terrorismo e ao narcotráfico. A resposta de Washington veio alguns meses depois, quando o país foi designado como aliado extra-OTAN pelo Congresso americano, o que permitiria à Buenos Aires obter vantagens financeiras e condições preferenciais em processos de licitação nos EUA e na aquisição de produtos de defesa.²⁰⁵

Essa movimentação foi mal-recebida em Brasília. Fernando Henrique Cardoso manifestou-se publicamente, questionando contra quem a Argentina seria aliada, já que, na América do Sul, não existia um cenário de guerra. Para o Itamaraty, a atitude do vizinho refletia o interesse dos EUA em abalar o relacionamento entre os dois países para enfraquecer o MERCOSUL, pois o bloco prejudicava as ambições comerciais do governo Clinton.²⁰⁶

Apesar dos atritos, as instruções repassadas por Cardoso à chancelaria brasileira recomendavam manter um diálogo aberto e honesto com a Argentina, buscando identificar áreas de convergência. Ao mesmo tempo, a percepção das diplomacias de ambos os países da crescente divergência em questões de Segurança Internacional, levou à busca por entendimento e ampliação da transparência. O embaixador Ronaldo Sardenberg, então Chefe da SAE, interessado em compreender as insatisfações argentinas convocou o chanceler interino, embaixador Petrella para uma entrevista, da qual também participaram o subsecretário de Política Latino-Americana, Juan José Uranga, e o diretor de Segurança Internacional e assuntos nucleares e espaciais, Enrique De La Torre.²⁰⁷

Apesar do enfraquecimento do diálogo na área nuclear e da suspensão da contribuição financeira à ABACC, as conversas mantidas entre os dois países a partir de 1995, revelaram

²⁰⁴ Ibid, p. 82.

²⁰⁵ BANDEIRA. 2014.

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MSG OFO1067A, de 25/08/95, DAA/DAMI/GVIO BRAS ARGT, Confidencial. Acervo do Ministério das Relações Exteriores apud WINAND, 2016.

curiosamente, que ao mesmo tempo em que Menem dava investidas em direção à OTAN, o governo argentino também estava inclinado a formalizar os vínculos na área de Defesa com o Brasil, motivado, de acordo com a interpretação brasileira, pela situação crítica que as Forças Armadas daquele país viviam. Nesse momento, entretanto, foi o Brasil que freou as expectativas do vizinho, demonstrando interesse apenas na continuidade de conversas informais para harmonizar pontos de vista entre as nações nesse setor, conforme Sardenberg alertou a Petrella.²⁰⁸

Ainda assim, em 1996, a nova política de defesa do Brasil formalizou a exclusão da hipótese de conflito com a Argentina e o Exército brasileiro transferiu várias bases militares da fronteira com a Argentina para a Amazônia. Além disso, nesse mesmo ano, os dois países firmaram um acordo de cooperação espacial, que incentivava o desenvolvimento conjunto de satélites.²⁰⁹ Entre o fim de 1996 e durante o ano de 1997, o houve incremento do diálogo entre Brasília e Buenos Aires na área de defesa.

Esse movimento levou à assinatura, em abril de 1997, do Mecanismo de Consulta Bilateral sobre Defesa e Segurança, institucionalizando a cooperação militar entre os dois países, promovendo o intercâmbio de informações e treinamento conjunto. O entendimento bilateral nesse setor contribuiu para a criação do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em Temas de Defesa e Segurança Internacional (MPCC), conhecido como "Mecanismo 2+2", pois reunia os ministros e secretários-executivos da Defesa e das Relações Exteriores dos dois países.²¹⁰

A primeira e única reunião do MPCC sob o governo Menem e Cardoso ocorreu em Itaipava em 1997 e a seguinte só ocorreria novamente em 2003, sob os governos Lula e Kirchner. O fato de o Mecanismo ter sido juridicamente criado em formato de ata, em vez de acordo, dificultou a exigência de continuidade entre as partes envolvidas. Além disso, a partir de 1998, o relacionamento entre Brasil e a Argentina na área da defesa foi novamente enfraquecido, com a prioridade do diálogo voltando-se para questões do MERCOSUL.²¹¹

De acordo com Winand (2016), a justificativa do governo brasileiro para o afrouxamento do diálogo na área de defesa foi a divergência em torno da reforma do Conselho de Segurança das

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ CÓRTEZ, 2003.

²¹⁰ CANDEAS, 2010.

²¹¹ WINAND, 2016.

Nações Unidas. Em 1997, a intenção brasileira de ocupar uma cadeira permanente no CSONU foi criticada por Menem em uma entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, na qual afirmou que a posição do Brasil geraria graves desequilíbrios regionais.²¹²

O chanceler argentino, Guido Di Tella, havia informado ao seu homólogo brasileiro, dois anos antes, que a opinião pública argentina não estava “preparada para aceitar uma situação que caracterizasse uma assimetria entre os dois países”. Portanto, caso o Brasil reivindicasse uma posição permanente no Conselho, a Argentina se veria obrigada a seguir o mesmo caminho.²¹³

Evitando alimentar conflitos com o país vizinho e na esperança de que Menem voltasse atrás em relação à aliança com a OTAN, o governo brasileiro renunciou à pretensão pelo assento permanente em 1998. No entanto, a resposta de Menem foi uma solicitação formal a Bill Clinton para que a Argentina fosse admitida como membro da OTAN em 1999.²¹⁴

A decisão do Brasil de desvalorizar o real em 1999, sem consultar Buenos Aires, e o apoio argentino à intervenção no Haiti são exemplos adicionais de fontes de tensão e divergências entre os dois países. A Argentina sofreu impactos significativos devido ao aumento das exportações brasileiras para o país, o que acentuou o desequilíbrio comercial e prejudicou a competitividade da sua indústria.

Apesar dos conflitos, o MERCOSUL tinha um papel central na estratégia da brasileira para consolidar a liderança regional do país e fazer frente ao projeto da ALCA. Além disso, o plano de Cardoso de promover o Brasil como uma nação responsável e pacífica no cenário internacional foi sustentado, em parte, pela cooperação nuclear com a Argentina. Isso explica por que, apesar das divergências e do esfriamento do diálogo na área da defesa, o governo brasileiro manteve seu compromisso com a colaboração no setor nuclear, reconhecendo a importância do relacionamento estratégico com seu vizinho.²¹⁵

²¹² Monti, Jorge (1997). “Malestar en Brasil y aclaración de Di Tella por la UN”, Diario La Nación, 19/08/1997 apud BUSSO, Anabella; ACTIS, Esteban; NOVELLO, María Rocío, 2017.

²¹³ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Informação para o senhor presidente da República n. 26, de 24 de janeiro de 1995*. Classificação: LFL mre1 1995.01.24, p. 183. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=12114. Acesso em: 16 set. 2024.

²¹⁴ COLACRAI, Miryam Olga. *Las relaciones de la Argentina y Brasil durante los noventa: temas de defensa y seguridad*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Apud WINAND, 2017.

²¹⁵ WINAND, 2017.

A falta de investimento político na cúpula do governo argentino em relação à continuidade da cooperação nuclear motivou outras áreas da administração pública a buscarem o diálogo bilateral sob nova perspectiva. Os esforços liderados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos no Brasil e pelo encarregado de negócios argentino, Alberto de Núñez, resultaram em conversas com os setores empresariais argentinos, com o objetivo de que esses agentes pudessem pressionar o governo em prol da reativação da cooperação.²¹⁶

Nesse contexto, durante a viagem de Menem à Brasília, em novembro de 1997, os dois governos voltaram a mencionar a ABACC formalmente, ressaltando o interesse em dar continuidade ao processo de cooperação, através da Declaração Conjunta Por Ocasão Do 5º Aniversário da Agência.

A interpretação brasileira de que as questões de cunho político haviam sido superadas com a adesão de Tlatelolco, a criação da ABACC e o acordo Quadripartite levou as reuniões do Comitê Permanente Argentino-Brasileiro de Política Nuclear (CPPN)²¹⁷ em 1997 e 1999, a priorizarem a cooperação em termos técnico-empresariais.²¹⁸

Em 1998, iniciaram-se discussões no Comitê sobre a criação de um Subgrupo de Trabalho sobre Aplicações da Energia Nuclear dentro do MERCOSUL. Em um encontro entre empresas do setor de ambos os países, foram discutidas possibilidades de cooperação entre a Eletronuclear e a Nucleoeléctrica Argentina S.A., visando aproveitar a mão de obra especializada brasileira utilizada na construção de Angra II para o projeto de Atucha II. No âmbito do CPPN, também começaram as discussões sobre a adesão do Brasil e da Argentina ao Protocolo Adicional para Aplicação de Salvaguardas proposto pela AIEA.²¹⁹

Em relação à ABACC, após a ratificação do Acordo Quadripartite, a coordenação com a AIEA enfrentou desafios nos primeiros anos, principalmente devido a divergências entre as

²¹⁶ Ibid.

²¹⁷ O grupo de trabalho criado para coordenar as iniciativas de cunho político, técnico e empresarial no setor nuclear entre Brasil e Argentina pela Declaração de Iguazu se tornou um Comitê Permanente em 1988. Esse comitê foi responsável pelas discussões em torno dos regimes de não proliferação e das medidas de construção de confiança bilateral na primeira metade da década de 1990.

²¹⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Maço de apoio à visita a Brasília do presidente da República Argentina Doutor Carlos Saúl Menem ao Brasil, 14 e 15 de outubro de 1999*. Confidencial. 1\LFL mre1 1995.01.19/1 (3), p. 428-429. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&Pesq=NASA&id=4633804529033&pagfis=11740. Acesso em: 16 set. 2024.

²¹⁹ Ibid.

agências sobre os métodos de inspeção. Embora a criação do órgão bilateral tenha representado um avanço significativo para a credibilidade das intenções de Brasil e Argentina em termos de não proliferação, persistiu, por anos, em parte da comunidade internacional, certa desconfiança de que Brasília e Buenos Aires tivessem deixado de ser inimigos para se tornarem "cúmplices" na questão nuclear.²²⁰

As interações iniciais entre as duas agências, a partir de 1994, foram marcadas pela percepção de funcionários da AIEA de que a ABACC atuava como um obstáculo à supervisão internacional, protegendo o Brasil e a Argentina de inspeções mais rigorosas. Porém, a entidade bilateral via a si mesma de forma oposta, considerando-se responsável por garantir que as medidas acordadas no Acordo Quadripartite fossem estritamente cumpridas, assegurando a transparência e o cumprimento das obrigações de não proliferação nuclear.²²¹

Nesse contexto, a ABACC precisou constantemente se provar como uma agência robusta e legítima para exercer sua função de verificação. Essa situação começou a ser amenizada a partir de 1996, quando as discussões no Comitê de Ligação do Acordo Quadripartite ampliaram o diálogo entre a entidade e a AIEA, promovendo maior confiança entre as duas agências. Esse avanço fortaleceu a credibilidade do sistema de inspeções regional aos olhos da comunidade internacional e possibilitou uma coordenação mais eficiente dos esforços na aplicação de salvaguardas.²²²

3.5 Conclusão

Nos anos 1990, o fim da Guerra Fria e a aceleração do processo de globalização resultaram em uma nova configuração da distribuição de poder global, exigindo a reformulação das estratégias de inserção internacional tanto no Brasil quanto na Argentina. A consolidação dos EUA como única superpotência global gerou, em várias partes do mundo, a percepção de que a vitória

²²⁰ QUEIROZ, 2016.

²²¹ Ibid.

²²² Id.

da democracia liberal e a solidificação do capitalismo significariam, de acordo com Francis Fukuyama (1992), o fim da evolução ideológica na história da humanidade.

A profunda crise econômica que atingiu a América Latina nos anos 1980, junto com o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista no Brasil e o crescimento de um movimento de revisionismo histórico na Argentina, que associava o passado autonomista ao fracasso presente, provocaram a alteração do eixo de política externa de ambos os países. Nos anos 1990, as duas nações passaram a priorizar a aproximação com o Norte Global e aderiram às teses do Consenso de Washington, incorporando o paradigma neoliberal.

A pressão dos EUA pela adesão aos regimes de não proliferação, juntamente com a consolidação do realismo periférico e da autonomia pela integração, convenceu as elites políticas de ambos os países da necessidade de aderir a esses instrumentos para garantir sua sobrevivência política na nova ordem mundial. De acordo com esse pensamento, a credibilidade necessária para limpar a imagem negativa herdada do período da ditadura e a aceitação de cada país como ator relevante no cenário internacional só seriam possíveis mediante o abandono dos princípios que haviam guiado a estratégia de política externa nos períodos anteriores.

Assim como o Acordo de Cooperação para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, assinado por Alfonsín e Sarney em 1980, a criação da ABACC, em 1991, desempenhou um papel crucial nas estratégias de inserção internacional do Brasil e da Argentina, especialmente no que diz respeito à construção de confiança mútua e à integração de ambos aos regimes internacionais de não proliferação. O mecanismo de inspeções mútuas tornou-se um ativo valioso para os dois países²²³, contribuindo para angariar credibilidade e projetar a imagem de Brasil e Argentina como responsáveis e comprometidos com a defesa da não proliferação. Além disso, uma vez superadas as desconfianças internacionais, o sistema de controle e contabilidade regional se consolidou como um exemplo positivo para outros países, demonstrando que rivalidades regionais no campo nuclear poderiam ser mitigadas por meio de instrumentos de cooperação.

No entanto, apesar dos efeitos positivos gerados pela criação da ABACC e da assinatura e ratificação do Acordo Quadripartite, essas medidas não foram suficientes para que a comunidade internacional eliminasse as suspeitas em torno das ambições nucleares do Brasil e da Argentina.

²²³ Id.

O fortalecimento dos regimes de não proliferação, especialmente após a extensão indefinida do TNP em 1995 e a pressão das potências ocidentais, que bloqueavam o acesso de ambos a tecnologias sensíveis, tornou cada vez mais difícil para os dois países manterem uma postura de resistência ao Tratado. A eleição de Menem na Argentina e de Cardoso no Brasil, líderes que viam a resistência aos instrumentos de não proliferação como um obstáculo aos seus objetivos políticos, foi um marco decisivo para que Brasília e Buenos Aires modificassem significativamente suas posições.

Na Argentina, o desejo de se consolidar como parceiro preferencial dos EUA, para garantir condições de liderança na América do Sul, levou a um alinhamento muitas vezes pouco vantajoso para o país, mas compreensível do ponto de vista de uma nação que adotava uma estratégia conformista, por ver a si mesma como periférica, pobre e pouco relevante. Por isso, apesar de investir na continuidade do processo de cooperação com o Brasil para obter vantagens econômicas e políticas, a Argentina aderiu mais rapidamente aos regimes de não proliferação, cedendo em questões estratégicas com muito mais frequência que seu vizinho. Além disso, o relacionamento com Brasília sempre esteve subordinado ao relacionamento com os EUA.

No Brasil, a herança diplomática autonomista gerou um paradoxo. Figuras-chave da estrutura burocrática brasileira viam a si mesmas como mais racionais do que os condutores de política externa na Argentina. No entanto, o Itamaraty muitas vezes criticou as ações tomadas por Buenos Aires, ao mesmo tempo em que seguia caminhos semelhantes. O alinhamento com Washington, o aprofundamento do liberalismo econômico e da abertura comercial e adesão às normas de não proliferação são coincidentes com as atitudes tomadas por Buenos Aires, que Amado Cervo denominou características de um "Estado Normal". Contudo, a coexistência do que o autor denomina "Estado Logístico" - que se reflete na busca por conciliar a abertura econômica com a proteção de setores estratégicos, especialmente o industrial - conferiu ao Brasil maior capacidade de barganha ao adotar essas políticas.

A configuração social única do país gerou um cenário de forte oposição ao processo de abertura econômica e adesão acrítica à globalização, principalmente vinda dos setores industriais, militares e até mesmo do corpo diplomático. A necessidade do presidente de conciliar esses interesses com os objetivos do governo ajuda a explicar a cautela e a resistência que o Brasil adotou em relação à ALCA.

Ambos os países, ao longo da década de 1990, foram movidos por um intenso desejo de legitimidade e aceitação e viram na adesão a instrumentos como o TNP uma das principais ferramentas para alcançar esse objetivo. Isso não tornou, no entanto, a questão nuclear o elemento central da estratégia de inserção internacional dos dois países. O eixo central foi, sem dúvida, a questão econômica.

O paradigma neoliberal formou as bases da política externa, e a diplomacia nuclear, nesse cenário, foi uma ferramenta auxiliar ao objetivo maior: a conexão com a comunidade internacional, principalmente com o Norte Global, via integração econômica. Isso explica a mudança de foco no processo de cooperação entre Brasil e Argentina, que passou da questão nuclear para a comercial, tornando o MERCOSUL o mecanismo central, apesar das diferenças de visão sobre o significado desse instrumento para cada nação.

No final da década, com a conclusão da adesão de ambos os países aos regimes de não proliferação, exceto pelo Protocolo Adicional da AIEA, além de maior compreensão internacional sobre o papel da ABACC, o Brasil e a Argentina conseguiram conquistar expressiva credibilidade, afastando boa parte da desconfiança em torno de seus programas nucleares. Dessa forma, consolidaram a imagem de agentes pacíficos, com legítima atuação nos fóruns internacionais em prol do uso pacífico da energia atômica e contra a posse e o uso de armas de destruição em massa.

Apesar disso, o cenário político e econômico em cada país havia mudado em relação ao começo dos anos 1990. A Argentina mergulhada novamente em crise, as críticas à globalização assimétrica feitas por Fernando Henrique Cardoso, e os questionamentos sobre o suposto fim do Consenso de Washington abriram espaço para uma postura mais autônoma. O fim das Eras Menem e Cardoso abriu caminho para uma nova fase no relacionamento bilateral entre Brasília e Buenos Aires, que ditou os novos rumos do processo de integração e do desenvolvimento tecnológico no setor nuclear em ambos os países. Além disso, nesse novo contexto, a diplomacia nuclear assumiu um novo propósito.

4 OS ANOS 2000: A ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Nos anos finais da década de 1990, o fracasso do modelo econômico neoliberal tornou-se evidente. Em 1998, o colapso da economia global, resultante da crise nas bolsas de valores do Sudeste Asiático, desencadeou ataques especulativos no Brasil e na Argentina, provocando a perda de bilhões de dólares em reservas internacionais e investimentos. A resposta do governo brasileiro, ao permitir a desvalorização da moeda para conter a queima de reservas e estabilizar a economia, teve consequências dramáticas para a Argentina. Em Buenos Aires, essa atitude foi vista como um ato deliberado contra os interesses comerciais do país, e o Brasil passou a ser associado aos problemas argentinos, sendo considerado a principal fonte de suas dificuldades.²²⁴

Em 1999, a fuga de capitais na Argentina atingiu 15 bilhões de dólares, e o PIB sofreu uma queda de 3,4%. A insatisfação popular foi canalizada pela aliança entre a Unión Cívica Radical (UCR) e o Frente País Solidario (FREPASO) em apoio a Fernando de la Rúa nas eleições daquele ano, contra o candidato oficialista, Eduardo Duhalde. O novo governo prometeu reformas no sistema econômico e mais transparência no uso dos recursos públicos.²²⁵ No plano internacional, buscou retomar a aproximação com países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, sob a condução do chanceler Adalberto Rodríguez Giavarini. Porém, o retorno de Domingo Cavallo ao Ministério da Economia deu início a uma disputa com Giavarini sobre os caminhos que o país deveria seguir, principalmente em relação à integração regional.²²⁶

Apesar dos sinais enviados pela chancelaria argentina à Brasília, que demonstravam interesse na aproximação entre os dois países, a influência do grupo político ao qual Cavallo pertencia provocou a resistência de Buenos Aires ao projeto de integração sul-americana liderado pelo Brasil.²²⁷ Ao mesmo tempo, Cardoso enfrentava dificuldades em seu segundo mandato, marcado por um cenário externo desfavorável e pela crescente vulnerabilidade econômica do país. As pressões internas e externas forçaram o governo a revisar sua estratégia de inserção

²²⁴ CANDEAS, 2010.

²²⁵ NOVARO, Marcos, 2011.

²²⁶ BUSSO, Anabella; ACTIS, Esteban; NOVELLO, María Rocío, 2017.

²²⁷ CANDEAS, 2010.

internacional, adotando uma postura crítica em relação àquilo que o presidente brasileiro chamou de *globalização assimétrica*, por não beneficiar de maneira justa os países em desenvolvimento.²²⁸

Nesse contexto, o lançamento do Plano Colômbia, as dificuldades em avançar no processo de integração por meio da expansão comercial, além da necessidade de reagir à rápida evolução das negociações da ALCA, levaram o governo brasileiro a organizar a Cúpula de Brasília em 2000. Na ocasião, o Brasil propôs a ampliação do processo de integração regional através de projetos de infraestrutura, consolidando essa abordagem com a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), voltada para promover a conectividade e o desenvolvimento econômico na região.²²⁹

A crise econômica também impactou a área nuclear. No fim da década de 1990, o setor nuclear argentino estava conformado por um conglomerado de instituições e empresas “fragmentado em termos de estrutura organizacional e desarticulado em relação aos seus objetivos” (tradução nossa).²³⁰ O governo havia promovido a primarização da indústria e privatizado 290 empresas públicas. No entanto, essas medidas não foram suficientes para conter o crescimento da dívida externa, que chegou a 144 bilhões de dólares no final de 2001, representando um aumento de 121,54% em relação ao valor de 1989.²³¹

Entre 1998 e 2001, a CNEA teve três presidentes. Quando Fernando de la Rúa assumiu a Casa Rosada, o economista Aldo Ferrer foi nomeado para liderar a Comissão. Nos poucos meses em que esteve no cargo, Ferrer tentou, sem sucesso, convencer o governo a dar continuidade à construção da usina de Atucha II e fortalecer a cooperação nuclear com o Brasil. No entanto, por conta de sua postura exigente, foi demitido em agosto de 2000 e substituído por Jorge La Peña, que permaneceu no cargo até a renúncia de De la Rúa no ano seguinte.²³²

Apesar da crise institucional e econômica na qual a comunidade nuclear argentina estava imersa, em 2000, a INVAP venceu uma licitação internacional promovida pela Australian Nuclear Science and Technology Organization (ANSTO), superando importantes concorrentes internacionais, como a Siemens (Alemanha), a Technicatome (França) e AECL (Canadá). O

²²⁸ CERVO, 2011.

²²⁹ VISENTINI, 2013.

²³⁰ HURTADO, 2014, p. 289.

²³¹ Ibid.

²³² Id.

contrato de 180 milhões de dólares previa a construção de um reator de pesquisa e produção de radioisótopos e chamou atenção internacional pelo fato de uma empresa argentina ter conseguido penetrar mercados globais de alta tecnologia, apesar da condição de subdesenvolvimento do país, da enorme crise financeira e das tentativas de boicote que a companhia sofreu.²³³

No Brasil, a redução de recursos causou atrasos na execução dos objetivos do país no setor atômico, incluindo a suspensão do plano de construção do submarino movido à propulsão nuclear. No plano diplomático, em 1999, por limitações orçamentárias, o Brasil não quis assumir a presidência do MCTR²³⁴ e, no ano seguinte, enfrentou dificuldades para cumprir com o pagamento de contribuições a organizações internacionais, como a da Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO).²³⁵

Apesar disso, o governo não abandonou a meta de dominar o ciclo de produção do combustível nuclear. Em 1998, o Congresso Nacional aprovou os recursos para a modernização das instalações das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), o que capacitaria a empresa a enriquecer urânio para fins comerciais.²³⁶ As obras de Angra 2 também foram retomadas em 1994, e a usina entrou em operação comercial em 2001. Nesse mesmo ano, o apagão elétrico que o país sofreu e a necessidade de racionamento de energia destacaram a importância do empreendimento para a garantia do abastecimento elétrico nacional.

Assim como o ano de 2000 foi importante para projetar a imagem da Argentina como um país em estágio avançado de desenvolvimento tecnológico na área nuclear – apesar da crítica situação econômica em que se encontrava –, a Conferência de Revisão do TNP realizada naquele ano também fortaleceu o papel do Brasil como um interlocutor relevante em questões de não proliferação.

O documento final da 6ª RevCon propôs 13 Passos Práticos para alcançar o desarmamento nuclear global. Como membro da Coalizão da Nova Agenda (NAC) – grupo países que se uniram com o objetivo de pressionar as potências nucleares a cumprirem suas obrigações de

²³³ Id.

²³⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. OF 00544Z, Confidencial. [s.d]. Pasta nº 2, etiqueta 45. Comissão Preparatória/Expedientes (CTBTO PrepCom - Testes Nucleares), 1999-2004.

²³⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. TEL 0600 de SERE para BRASEMB Viena. Confidencial. 21 ago. 2000.

²³⁶ PATTI, 2021.

desarmamento previstas no TNP –, o Brasil teve ampla atuação no processo negociador que garantiu o sucesso da Conferência. Os esforços brasileiros garantiram o apoio de todos os países sul-americanos, inclusive da Argentina ao documento de trabalho proposto pelo NAC.²³⁷

Ao fim das negociações, o trabalho dos membros da Nova Agenda foi reconhecido como fundamental para a garantia dos resultados alcançados na ocasião em relação a não proliferação. No entanto, os avanços obtidos naquele momento seriam prejudicados por uma série de acontecimentos ocorridos logo em seguida, como os atentados terroristas nos EUA em setembro de 2001, a guerra no Afeganistão, o aumento da desconfiança internacional em torno do programa nuclear iraniano e a saída da Coreia do Norte do TNP.²³⁸

Após a RevCon de 2000, o Brasil continuou em destaque no tema ao assumir a presidência temporária da Conferência sobre Desarmamento da ONU (CD) entre julho e agosto. Para o país, garantir a operacionalidade da Conferência era essencial para a credibilidade do regime de não proliferação.²³⁹ Por isso, liderada pelo embaixador Celso Amorim, a atuação brasileira na CD buscou, sem sucesso, solucionar as divergências que paralisavam o fórum desde a aprovação do CTBT, em 1996. A ausência de resultados significativos, no entanto, não deve ser atribuída à falta de competência da diplomacia brasileira, já que as presidências subsequentes também obtiveram pouquíssimo progresso até os dias de hoje.

Em 2001, com o agravamento da crise econômica na Argentina, o ministro Cavallo decretou o *corralito* para evitar o colapso do sistema bancário. A insatisfação popular com a medida intensificou o caos social e político no país e inviabilizou a continuidade do governo De la Rúa. Em apenas 12 dias, cinco pessoas assumiram o cargo de Presidente da República, e foi

²³⁷ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsídios para 1ª reunião do Mecanismo de Consulta Política Brasil-EUA – Encontro do Senhor SGAP com o Sr. Thomas Pickering. Arquivo: Rubens Barbosa/CPDOC/FGV. Classificação: RBA MPC W, 17 mar. 2000. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RBA_MPC_W&pesq=AIEA&hf=www18.fgv.br&pagfis=19980. Acesso em: 6 nov. 2024.

²³⁸ GUIMARÃES, Victoria Viana Souza; SILVA, Lucas Peixoto Pinheiro da. Politicization, Foreign Policy and Nuclear Diplomacy: Brazil in the Global Nuclear Non-Proliferation Regime after the NPT. *Revista Conjuntura Austral*, v. 13, n. 62, abr./jun. 2022, p. 54.

²³⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatório sobre a presidência do Brasil na Conferência do Desarmamento. Arquivo: Rubens Barbosa/CPDOC/FGV. Classificação: RBA MPC W, 17 mar. 2000. CPDOC/FGV. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RBA_MPC_W&pesq=AIEA&hf=www18.fgv.br&pagfis=19976. Acesso em: 6 nov. 2024.

suspensão o pagamento da dívida externa.²⁴⁰ A situação só se estabilizou com a eleição indireta de Eduardo Duhalde, viabilizada pela reconquista do controle do país pelas lideranças peronistas.²⁴¹

O novo governo prometeu reconstruir a nação, por meio da reforma das instituições, do modelo econômico e da promoção da paz social. Duhalde adotou uma postura intervencionista na condução da economia e encerrou a Convertibilidade, buscando restabelecer o controle da política monetária e cambial. Nesse período, a Argentina voltou a demonstrar interesse pela integração regional, embora vários setores sociais ainda apresentassem forte resistência à associação com o Brasil. Contudo, a sensação de abandono gerada pela fuga de capitais provenientes dos Estados Unidos e da Europa, em contraste com o aumento massivo de investimentos brasileiros no país, provocou a superação dessa resistência, principalmente após a eleição de Lula em 2003.²⁴²

A aquisição de empresas nacionais por grandes corporações brasileiras fortaleceu a presença do Brasil na região, mas resultou na transferência de linhas de produção para fora da Argentina. Como consequência, as exportações do país concentraram-se cada vez mais em produtos de baixo valor agregado, ampliando a assimetria produtiva com o Brasil. Apesar disso, Duhalde conseguiu estabilizar a economia e retomar o crescimento industrial, o que permitiu à Argentina reconquistar o respeito internacional.²⁴³

Apesar da melhora no relacionamento entre Brasília e Buenos Aires, a frágil situação financeira da Argentina e o fato de que o principal objetivo da ABACC - submeter os programas nucleares de ambos os países às salvaguardas integrais - já havia sido alcançado, levaram o secretário-Geral do Itamaraty, Osmar Chohfi, em 2002, a enviar uma correspondência ao Presidente da República sugerindo o fim da agência bilateral de controle e contabilidade.

No documento, o embaixador argumentava que o Brasil estava submetido a um regime duplo de inspeções e que deixar a AIEA exclusivamente encarregada das verificações faria mais sentido, além de reduzir os custos operacionais para o país. Porém, consultas informais com o

²⁴⁰ Foram empossados como Presidente de República entre 21 de dezembro de 2001 e 1º de janeiro de 2002 “o Presidente Provisório do Senado, Ramón Puerta, o Governador de San Luís, Rodríguez Saá, mais uma vez Ramón Puerta, que renunciou antes de assumir, o Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Camaño, e o Senador Eduardo Duhalde.” (CANDEAS, 2010, p 230). O pagamento da dívida externa foi suspenso por Rodríguez Saá em um anúncio ao Congresso Nacional em 23 de dezembro de 2001.

²⁴¹ NOVARO, 2010.

²⁴² CANDEAS, 2010.

²⁴³ Ibid.

governo argentino revelaram a imediata rejeição à ideia, devido ao importante valor político da ABACC, tanto para o relacionamento bilateral quanto para a credibilidade internacional de ambos os países na área nuclear.²⁴⁴

O vice-chanceler argentino, Jorge Faurie, afirmou ao embaixador brasileiro José Botafogo que a ideia de encerrar as atividades da agência bilateral “caiu como uma bomba” em Buenos Aires. Além de passar a mensagem de que, para o Brasil, a Argentina havia se tornado irrelevante, a proposta fortaleceria grupos políticos contrários à cooperação entre as duas nações.²⁴⁵ Diante disso, o embaixador argentino José Uranga enviou uma carta ao subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais do MRE, destacando a importância da ABACC como um mecanismo de confiança mútua e pedindo que o governo brasileiro reconsiderasse a decisão.²⁴⁶

Em reunião posterior, Osmar Chohfi esclareceu à José Uranga que achava mais indicado dar continuidade ao processo de cooperação nuclear com a Argentina por meio da Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN), mas que diante da reação do vizinho prometia não levar o assunto adiante.²⁴⁷

Alguns diplomatas brasileiros, como a Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do MRE, Ana Maria Sampaio Fernandes interpretaram a resistência da Argentina em encerrar a ABACC com desconfiança. Ela afirmou em um relatório que a atitude de Buenos Aires sugeria que a agência:

poderia estar funcionando como instrumento de intromissão ou inteligência do governo argentino em áreas estratégicas do Brasil, como as instalações do submarino nuclear. Para evitar uma ampliação da vulnerabilidade de setores estratégicos brasileiros, caberia evitar que a ABACC obtenha – como vem pleiteando com apoio até agora discreto da Argentina – ampliação de sua intrusividade em área sensível de interesse nacional, por meio do Protocolo Adicional.²⁴⁸

²⁴⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação para o Presidente da República nº 00120, de 23 set. 2002, Confidencial.

²⁴⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. TEL 01501 de BRASEMB Buenos Aires. Secreto. 2 set. 2002.

²⁴⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. OF 00645 de BRASEMB Buenos Aires. Secreto. [s.d].

²⁴⁷ Ibid.

²⁴⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Análise de projeto nº 136: Negociações entre Brasil e Argentina e a AIEA sobre o Protocolo Adicional ao Acordo Quadripartite Brasil-Argentina-ABACC-AIEA de salvaguardas nucleares, de 7 jul. 2002. Pasta nº 26, Cooperação Nuclear ABACC-Brasil-Argentina (salvaguardas).

Os documentos acessados não indicaram a existência de discussões sobre o encerramento das atividades da ABAAC diretamente entre os presidentes Cardoso e Duhalde, com o diálogo sobre a questão permanecendo restrito ao corpo diplomático. O fato de que as consultas aos diplomatas argentinos já haviam sido realizadas previamente ao envio do relatório de Osmar Chohfi à Presidência da República, e que a recusa de Buenos Aires já havia sido claramente expressa, pode explicar o rápido arquivamento da proposta.

Além disso, os governos dos dois países estavam próximos do fim de seus mandatos e, principalmente na Argentina, não havia interesse em avançar um assunto tão sério naquele momento. As implicações em relação ao cumprimento do Acordo Quadripartite e o impacto no futuro do relacionamento bilateral deveriam ser levadas em consideração. No entanto, a desconfiança brasileira em relação às motivações argentinas revelou que, apesar da imagem de convergência, que ambos os países projetavam para a comunidade internacional, havia uma certa fragilidade no processo de cooperação e na construção de confiança no setor nuclear.

O episódio ainda demonstrou a contradição que cercava a existência da ABACC desde a sua criação em 1991. Paralelamente, o governo brasileiro instrumentalizava a entidade para obter ganhos políticos, aproveitando a credibilidade proporcionada pela sua existência, enquanto setores internos também questionavam o quão confiável ela poderia ser, defendendo a limitação do seu alcance e até mesmo o encerramento de suas atividades.

Esses grupos da burocracia diplomática brasileira, enfraquecidos nos anos 1990 e mais alinhados com uma postura nacionalista e autonomista, iniciaram o novo milênio fortalecidos por consequência da insatisfação com os resultados gerados pela adesão ao paradigma neoliberal na década anterior. Além disso, a convergência de visões de mundo desses setores com o governo Lula²⁴⁹ possibilitou importantes mudanças de ênfase nas escolhas que guiaram a política externa do país na primeira década dos anos 2000.²⁵⁰

A nomeação de Marco Aurélio Garcia como assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, de Celso Amorim como chanceler e de Samuel Pinheiro Guimarães

²⁴⁹ Hurrel, 2010 *apud* SOARES, Samuel Alves; MILANI, Livia Peres. Kirchnerismo e Lulismo na construção de uma identidade em Defesa e Segurança Internacional entre Argentina e Brasil. *Relaciones Internacionales*, julho 2016.

²⁵⁰ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 353-377, dez. 2007.

como secretário-geral do Itamaraty, juntamente com o gabinete de jovens diplomatas, montado por Amorim com o objetivo de renovar e alinhar a alta burocracia diplomática à política de justiça social proposta pelo presidente Lula,²⁵¹ foi determinante para a reorientação da PEB.

A rejeição às diretrizes do Consenso de Washington não ocorreu exclusivamente no Brasil. Na passagem do século XX para o século XXI, as crises econômicas e a percepção de aumento da desigualdade social provocaram uma crise de legitimidade das ideias e instituições associadas ao neoliberalismo.²⁵² Na América Latina, a dramática situação econômica e a desilusão com resultado das reformas adotadas durante a década de 1990 fortaleceram grupos nacionais críticos ao processo de abertura econômica e às privatizações, provocando um resgate do papel do Estado como um agente de inclusão e promotor do desenvolvimento. Nesse contexto, a busca por autonomia se tornou um objetivo comum de política externa entre os governos na região.

Brieger (2009) identifica três vertentes distintas para explicar a linha de ação adotada pelos governos progressistas que assumiram o poder na América Latina a partir de 1998, com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela. A primeira, representada por Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, caracterizou-se pela tentativa dos presidentes de mobilizar e refundar seus Estados, evitando negociar com os antigos partidos e legitimando o poder político por meio de referendos e Assembleias Constituintes. Assim, buscou-se alterar a correlação de forças desfavorável nos parlamentos e romper com a lógica neoliberal predominante nos governos anteriores. A segunda vertente, cujo principal representante foi o Brasil sob o governo de Lula, caracteriza-se pela pactuação e negociação, por meio da formação de alianças pragmáticas com a classe dominante e com partidos de oposição, visando garantir a estabilidade governamental. A terceira vertente, representada por Frente Amplio no Uruguai, Concertación no Chile e pelos governos de Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, oscilou entre posturas de negociação e confrontação, adaptando-se a diferentes contextos e estratégias de governabilidade.²⁵³

²⁵¹ COSTA, Ana Clara. O reino e o poder de Celso Amorim. Revista Piauí, edição 206, nov. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-reino-e-o-poder-de-celso-amorim/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

²⁵² SPEKTOR, Matias. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). Política externa, espaço e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014. p. 17-58. (Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes; Livro 3).

²⁵³ BRIEGER, Pedro. La política exterior en la era Kirchner. Texto apresentado no seminário “Política externas dos governos progressistas do Cone Sul: convergências e desafios”. Organizado pela Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 29-30 de setembro 2009.

Quando assumiu o poder, em 2003, apesar de avaliar de forma crítica a condução de política exterior do governo Cardoso, atribuindo ao paradigma neoliberal o aumento da vulnerabilidade internacional do Brasil e a adoção de uma posição de subordinação aos interesses estrangeiros, Lula não rompeu com as principais diretrizes de ação externa da gestão anterior. Ao contrário, conciliou uma postura revisionista com a manutenção de várias iniciativas formuladas no governo precedente, porém, reorientando as prioridades dos projetos já existentes. No entanto, a busca por autonomia e a ampliação dos esforços para o fortalecimento da posição do Brasil como liderança regional, imprimiram à PEB uma dimensão política inédita.²⁵⁴

No plano econômico, o novo governo introduziu a ênfase na intervenção do Estado, principalmente em setores estratégicos, apesar de ter mantido as bases do modelo econômico desenhado pela gestão Cardoso, tentando conciliar a manutenção da estabilidade fiscal sem abrir mão de uma política de desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais.²⁵⁵

No plano externo, Lula investiu na expansão da presença do Brasil no exterior aumentando a quantidade de representações diplomáticas e estimulando a internacionalização das empresas brasileiras. Redefiniu a estratégia de inserção internacional do país, subordinando a política externa ao desenvolvimento interno, além de atuar pelo fortalecimento da democratização das relações internacionais em prol da consolidação uma nova ordem global multipolar. Por último, ampliou as parcerias com os países do Sul global como forma de garantir maior capacidade de barganha internacional. Essa linha de ação significou a maturação do que Cervo (2008) denominou *Estado logístico* e Vigevani e Cepaluni (2007) chamaram de estratégia de *autonomia pela diversificação*.

A tentativa do governo brasileiro de reduzir as desigualdades e promover transformação social por meio de reformas graduais, sem alterar profundamente as estruturas de poder econômico e político, também foi abordada por André Singer (2012) em “Os sentidos do lulismo”. Esse fenômeno se reproduziu no âmbito das políticas externa e de defesa, conforme proposto por Soares e Milani (2016), que identificaram o hibridismo na ação externa de Lula. O governo evitou a confrontação direta com centro capitalista internacional ao mesmo tempo em que adotou uma

²⁵⁴ VAZ, Alcides Costa. El gobierno de Lula: ¿Una nueva política exterior? Nueva Sociedad, n. 187, p. 139-153, set.-out. 2003.

²⁵⁵ LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira dos; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 76, jun. 2011.

postura revisionista, questionando as estruturas globais de poder. Além disso, manteve a autonomia dos militares no processo de formulação das políticas de defesa, ao invés de optar pelo controle político das Forças Armadas, como ocorreu na Argentina.²⁵⁶

Essa dinâmica contribuiu para manter a influência dos militares, principalmente da Marinha, sobre o desenvolvimento do setor nuclear e guiou a atuação do Brasil na expansão das capacidades nacionais nessa área. A preocupação histórica das Forças Armadas e da diplomacia brasileira, de reduzir as assimetrias de poder do país em relação às grandes potências, justificou a retomada e ampliação de investimentos em busca de autonomia tecnológica. Porém, buscou-se conciliar essas iniciativas com a preservação da imagem do país como ator responsável e defensor da não proliferação conquistada na década de 1990.

Na Argentina, a situação dramática que provocou a crise de 2001 e o alto nível de insatisfação popular, possibilitaram maior inovação no modelo de condução econômica e política do país do que no Brasil. Quando Kirchner assumiu em 2003, a desordem social, a falta de confiança nas instituições, principalmente na Presidência da República, a desigualdade social e a instabilidade política ainda estavam presentes de forma marcante na sociedade. Para o novo governo, a ausência do Estado e o resultado desastroso do neoliberalismo eram as principais causas dos problemas argentinos, e a política deveria ser a principal ferramenta para solucioná-los. Por isso, Kirchner recuperou o protagonismo do Estado na condução da economia, buscou reconstruir a imagem da figura presidencial e adotou um discurso de enfrentamento aos agentes econômicos internacionais.²⁵⁷

O modelo econômico neoliberal foi substituído pelo neodesenvolvimentismo, focando na reindustrialização baseada no mercado interno.²⁵⁸ Nos termos de Russell y Tokatlian (2013), a estratégia de inserção internacional do governo de Néstor Kirchner rompeu com a *lógica da aquiescência* e das relações carnavais com os EUA, predominante no período Menem e passou a ser orientada pela *lógica da autonomia*, na defesa de uma ordem internacional mais igualitária. A política externa da Argentina nesse período tornou-se um instrumento de resolução dos problemas

²⁵⁶ SOARES e MILANI, 2016.

²⁵⁷ BUSSO, Anabella. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013): Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. *Estudios Internacionales*, v. 177, p. 9-33, 2014.

²⁵⁸ BUSSO, ACTIS e NOVELLO, 2017.

internos, uma vez que somente consolidando a *densidade nacional*,²⁵⁹ ou seja, garantindo a estabilidade política e econômica internamente, o país teria condições de superar os desafios impostos no cenário internacional.

Nesse sentido, a política externa não constituiu uma linha de ação prioritária como a política interna, ficando subordinada a esta, uma vez que a dimensão doméstica de poder era um fator mais determinante para a reconstrução do país e, por isso, merecia mais atenção.²⁶⁰ Apesar disso, a gestão Kirchner assumiu postura reformista no plano externo, questionando as estruturas de governança internacional, principalmente no setor financeiro, direcionando duras críticas ao FMI, ao Banco Mundial, multinacionais e governos de outros países que de alguma forma teriam responsabilidade sobre o agravamento da crise argentina.²⁶¹

A renegociação da dívida externa foi prioridade central do governo, tornando a dimensão comercial uma das mais importantes da política exterior da Argentina.²⁶² Por isso, a estratégia de confrontação foi utilizada de maneira cautelosa, limitada a temas específicos, com o alvo apontando frequentemente para as instituições financeiras e não para os Estados Unidos, com quem Buenos Aires tentou obter suporte para garantir a renegociação do pagamento da dívida entre 2003 e 2005.²⁶³

Após 2005, com a recuperação da economia, a estabilização interna e o controle da dívida externa, o relacionamento da Argentina com Washington foi gradualmente diminuindo, apesar dos laços não terem sido totalmente cortados. Com isso, Buenos Aires priorizou a formação de alianças regionais, principalmente com o Brasil, diminuindo a dependência dos EUA.²⁶⁴ Não obstante o distanciamento, o relacionamento com os norte-americanos se manteve estável em áreas de interesse comum como combate ao terrorismo e a defesa da não proliferação de armas nucleares.²⁶⁵

Esse cenário de retomada do crescimento, com um governo formado, em maioria, por grupos políticos defensores da autonomia e do Estado condutor do desenvolvimento, gerou um ambiente propício para a recuperação do papel estratégico da tecnologia nuclear, em um país que

²⁵⁹ FERRER, 2010.

²⁶⁰ CANDEAS, 2010.

²⁶¹ BUSSO, ACTIS e NOVELLO, 2017.

²⁶² Ibid.

²⁶³ SOARES e MILANI, 2016.

²⁶⁴ BUSO, ACTIS e NOVELLO, 2017.

²⁶⁵ CANDEAS, 2010.

já havia adquirido capacidades importantes no setor. Nesse momento, o governo argentino interpretou que avançar com projetos nessa área impulsionaria o setor industrial nacional, ampliaria o fornecimento energético e forneceria insumos importantes para a área da saúde, acelerando a recuperação econômica.²⁶⁶ Além disso, a crise energética vivenciada na Argentina em 2004, resultado das políticas de privatização no setor na década de 1990, que tornaram o país dependente da importação de gás natural, tornou evidente a necessidade de diversificar a matriz energética nacional.²⁶⁷

Também é preciso levar em consideração o fato de que a pressão dos movimentos antinucleares havia perdido força em comparação com as décadas anteriores, o aprofundamento do relacionamento com o Brasil – que também estava retomando esforços na área – e a afinidade ideológica dos presidentes Lula e Kirchner, que gerou um ambiente favorável para cooperação nessa área, ainda que com limitações. Nessa conjuntura, o governo argentino anunciou, em 2006, o Plano de Reativação da Atividade Nuclear, estabelecendo a meta de finalizar a construção da usina Atucha II, estender a vida útil da central Embalse, construir novas usinas e retomar os projetos de enriquecimento de urânio. Além disso, em 2009, promulgou a lei 26.566/09, promovendo a energia nuclear a tema de interesse nacional enquadrando os investimentos na área como política de Estado.

No plano externo, a diplomacia nuclear de Kirchner priorizou dois objetivos: garantir condições favoráveis ao desenvolvimento tecnológico interno e manter a credibilidade do seu programa nuclear perante a comunidade internacional.²⁶⁸ Com viés econômico, o governo deu continuidade à opção feita nos anos 1990, de defesa da não proliferação e do uso pacífico da tecnologia nuclear promovendo o país como um ator relevante na promoção da paz e do desarmamento. Dessa forma, objetivou conquistar a credibilidade necessária para obter acesso à tecnologia e consolidar o papel de supridor de materiais e tecnologias nucleares no mercado internacional.

²⁶⁶ HURTADO, 2014.

²⁶⁷ VERA, María; COLOMBO, Sandra. La política nuclear durante el gobierno de Néstor Kirchner (2003–2007). V Encuentro del CERPI y III Jornada del CENSUD, La Plata, Argentina, IRI UNLP, p. 1-27, 2011.

²⁶⁸ WAISMAN, Valentina. Argentina y Brasil: Percepciones y Posturas Actuales Frente al Régimen de No Proliferación Nuclear. Revista Política Hoje, v. 19, n. 2, 2010.

O interesse comercial na consolidação do papel da Argentina no mercado exportador de tecnologia consiste na diferença central da estratégia adotada a partir de 2003 e a conduzida na década de 1990 por Menem. A estratégia de adesão ao regime de não proliferação, que inicialmente tinha o objetivo de conquistar credibilidade de forma mais geral, afastar-se do legado negativo do período autoritário, obter aceitação de Washington para consolidar uma posição de parceiro privilegiado com a potência hegemônica e integrar o país ao mercado internacional na era da globalização, foi encerrada sob o governo Kirchner. A partir de 2003, a credibilidade conquistada pelo compromisso com o uso pacífico da tecnologia nuclear foi vista como elemento garantidor de acesso a equipamentos e a mercado para exportar reatores e radioisótopos.

A diplomacia nuclear de Kirchner foi um braço auxiliar do plano de reindustrialização estimulada pelo Estado, na tentativa de promover a recuperação econômica e alterar a condição de país exportador de bens primários, por meio do fortalecimento de um dos poucos setores industriais que a Argentina tinha condições de oferecer excelência e que, além de tudo, é estratégico para a configuração de poder internacional.

Além disso, na década de 1990, a diplomacia argentina tinha expectativas otimistas em relação aos avanços internacionais na questão da não proliferação. No Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, havia a crença de que os NWS avançariam significativamente em seu compromisso com o desarmamento, o que fez com que os diplomatas argentinos não cobrassem explicitamente esses países por tal atitude. A partir dos anos 2000, essa postura foi alterada e o país passou a culpabilizar diretamente os Estados armados pela falta de avanço na redução dos arsenais existentes.²⁶⁹

O relacionamento bilateral entre o Brasil e a Argentina já passava por uma fase de melhora desde a convergência apresentada por Cardoso e Duhalde. A aproximação foi intensificada após a eleição de Lula, que gozava de expressivo prestígio no país vizinho. Quando o novo presidente brasileiro e Eduardo Duhalde se encontraram em janeiro de 2003, o aprofundamento do processo de integração regional parecia ser a única alternativa viável para que a Argentina pudesse vislumbrar um cenário mais positivo no longo prazo. Retomando características do modelo integracionista dos anos 1980, os dois chefes de Estado propuseram na ocasião, a criação do Foro

²⁶⁹ Ibid.

de Competitividade de Cadeias Produtivas para melhorar a competitividade do MERCOSUL e concordaram em ampliar os trabalhos de coordenação macroeconômica, defesa e segurança internacional, além da defesa dos direitos humanos.²⁷⁰

No programa de governo de Néstor Kirchner, o MERCOSUL constituía “elemento central da recuperação econômica e da reinserção internacional da Argentina” e a ampliação do relacionamento com o Brasil contava com o apoio da UCR nacionalista e da centro-esquerda.²⁷¹ Porém, ao contrário do período de Duhalde, em que a Argentina não questionava a liderança brasileira na América do Sul, a política de recuperação da dignidade nacional no cenário internacional e de redução das assimetrias na esfera regional, adotada por Kirchner, era incompatível com a aceitação do papel protagonista do Brasil na região. Houve, entre diversos setores internos, incluindo o governo, o temor de que a liderança brasileira relegasse a Argentina a um papel secundário, tornando o país um seguidor passivo dos interesses brasileiros.²⁷²

O relacionamento com o Brasil nesse período esteve subordinado ao projeto de reindustrialização. Os anos de liberalização econômica enfraqueceram a capacidade industrial da Argentina e favoreceram o setor agroexportador. O governo Kirchner temia a estagnação do país no papel de exportador de bens primários, em um tipo de divisão regional do trabalho, enquanto o vizinho consolidaria a expansão de seu potencial industrial. Nesse sentido, as tentativas de proteger setores menos competitivos conflitaram com as regras do MERCOSUL e geraram atritos com Brasília.

O desejo da administração Lula de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU também alimentou o temor no governo argentino de uma tentação hegemônica por parte do Brasil, além de ser considerada uma vitória brasileira que representaria um golpe fatal ao sonho de recuperação do prestígio nacional da Argentina. Essa preocupação, no entanto, não eliminou a convicção da Casa Rosada de que o MERCOSUL e a integração regional constituíam mais do que um espaço comercial, mas uma opção estratégica capaz de ampliar a capacidade de barganha e fortalecer a projeção internacional do país. Esse sentimento foi expresso na declaração

²⁷⁰ CANDEAS, 2010.

²⁷¹ CANDEAS, 2010, p. 236.

²⁷² CANDEAS, 2010.

presidencial conjunta de 16 de outubro de 2003, também conhecida como Consenso de Buenos Aires.²⁷³

Nesse cenário, o processo de cooperação nuclear entre os dois países, que na década de 1990 esteve limitado ao aumento da transparência, passou a priorizar, a partir de 2003, o avanço científico e tecnológico, além da ampliação de parcerias técnico-empresariais. Contudo, superada a questão sobre a adesão ou não ao TNP e consolidada a estratégia de conquista e manutenção da credibilidade da imagem dos programas nucleares de ambos os países – para garantir a viabilidade de seus objetivos estratégicos de desenvolvimento tecnológico –, a pressão internacional pela assinatura do Protocolo Adicional de Salvaguardas da AIEA (PA) tornou-se um desafio diplomático. Foi necessário aos dois países definir uma posição clara sobre o tema. As ambições individuais evidenciaram a divergência de objetivos, com o Brasil posicionando-se como um forte opositor ao PA, enquanto a Argentina manifestou, em várias ocasiões, o desejo de assiná-lo.

4.1 A criação do Protocolo Adicional da AIEA

A descoberta do programa nuclear clandestino no Iraque, em 1991, evidenciou as limitações do sistema de inspeções da AIEA. O governo dos Estados Unidos impulsionou discussões sobre a criação de mecanismos capazes de aumentar a eficiência das verificações, principalmente, em relação à capacidade de detectar atividades nucleares não declaradas. Nesse contexto, a Junta de Governadores da AIEA lançou o Programa 93+2 e aprovou várias medidas com o objetivo de fortalecer o sistema de salvaguardas e garantir o uso exclusivamente pacífico de materiais nucleares.

O Programa 93+2 resultou na criação do Protocolo Adicional em 1997. As medidas de fortalecimento do sistema de salvaguardas se dividiram em duas partes após a proposição realizada pelo Secretariado da AIEA, em 1995. A parte I incluiu ações que poderiam ser implementadas com base nos acordos de salvaguardas já existentes, como a utilização de amostragem ambiental, uso de monitoramento remoto e ampliação do fornecimento de informações sobre as instalações nucleares. A parte II incluiu ações mais intrusivas, que para serem adotadas precisavam de um

²⁷³ Ibid.

novo instrumento legal, como a ampliação do acesso a instalações não nucleares e declarações mais detalhadas por parte dos Estados.

Com o apoio obtido durante a Conferência de Revisão do TNP de 1995, as medidas da parte I foram aprovadas e implementadas em junho daquele ano, apesar dos questionamentos similares realizados pelo Brasil, Canadá, Japão e Alemanha sobre o grau de intrusividade dos procedimentos. As medidas da parte II, somadas às aprovadas da parte I, foram incluídas no texto do Protocolo Modelo Adicional, submetido pelo diretor-geral da AIEA à Junta de Governadores em caráter não oficial, que foi modificado em maio de 1996 e enviado à Junta como rascunho de discussão GOV/2863 para consideração.²⁷⁴

Em junho, foi criado o Comitê 24, nos moldes de proposta anterior do Brasil, com o mandato de discutir um novo instrumento jurídico complementar aos acordos de salvaguardas existentes, tendo como base o texto proposto pelo Secretariado. As reuniões do comitê ocorreram entre julho de 1996 e janeiro de 1997 e resultaram na criação do projeto de Protocolo Adicional aprovado pela Junta de Governadores em maio de 1997, que seria adotado por cada país de forma voluntária.

As delegações se dividiram em dois tipos de posturas. Países como Brasil, Alemanha e Japão, entre outros, defendiam que o Comitê fosse um espaço para a discussão de proposições capazes de gerar modificações amplas no texto, enquanto os Estados Unidos e os demais países favoráveis ao fortalecimento do sistema de inspeções queriam que as discussões se limitassem a ajustes técnicos, sem divergir muito do conteúdo base. Embora as preocupações do governo brasileiro não tenham sido atendidas de forma satisfatória, o texto final apresentou alterações importantes quanto ao grau de intrusividade.²⁷⁵

A Argentina, ao contrário do Brasil, atuou de forma discreta durante as negociações, tanto por não divergir significativamente da proposta base quanto pelo receio em assumir posição de discordância aberta em relação aos EUA.²⁷⁶ Apesar disso, seguindo o posicionamento brasileiro,

²⁷⁴ MOURA, Carmen Lídia Richter Ribeiro. O Brasil e o Fortalecimento do Sistema de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica: do Acordo Quadripartite ao Protocolo Adicional. Instituto Rio-Branco, Ministério das Relações Exteriores, XLII Curso de Altos Estudos, julho de 2001.

²⁷⁵ Ibid.

²⁷⁶ Id.

o governo argentino se recusou a aderir ao instrumento após a aprovação pela Junta de Governadores da AIEA.

O Protocolo Adicional (PA) se diferencia do sistema de salvaguardas tradicional, pelo aumento no grau de intrusividade das inspeções – ao obrigar os Estados a aceitarem inspeções sobre instalações não nucleares – e pela abrangência das modalidades de verificação previstas, além da utilização de novas tecnologias para a realização das verificações.²⁷⁷

Enquanto o Acordo Quadripartite garante à AIEA acesso às instalações declaradas e fornece garantias suficientes de que o material radioativo destinado a fins pacíficos não fosse desviado, o Protocolo Adicional permite à agência internacional acesso complementar a locais não declarados, oferecendo garantias mais robustas de que todo o material nuclear no país permaneceu em atividades pacíficas.²⁷⁸

4.2 A posição da Argentina

A postura brasileira em relação ao instrumento, desde o início, foi de cautela. As preocupações envolvendo custos financeiros e a logística de implementação das inspeções, mas, principalmente, o caráter mais intrusivo do dispositivo, percebido pelo governo e alguns setores internos como ameaça aos interesses estratégicos do país e à proteção de segredos industriais foram responsáveis pela hesitação.

Na Argentina, a resistência ao Protocolo Adicional origina-se da interpretação de que o instrumento amplia as desigualdades dentro do regime de não proliferação.²⁷⁹ Contudo, a essência do programa nuclear argentino - voltado à exportação de tecnologia - e o papel do país como promotor do uso pacífico da energia nuclear levaram grupos políticos a defenderem que a adesão

²⁷⁷ Id

²⁷⁸ JONAS, David S.; CARLSON, John; GOOREVICH, Richard S. *The NSG decision on sensitive nuclear transfers: ABACC and the additional protocol*. Arms Control Today, [s.d.]. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2012-11/nsg-decision-sensitive-nuclear-transfers-abacc-and-additional-protocol>. Acesso em: 29 jan. 2025.

²⁷⁹ MERKE, Mario Federico. Argentina in a Changing Nuclear Order: An Appraisal. In: DALTON, Toby; KASSENOVA, Toghzan; WILLIAMS, Lauryn. *Perspectives on the Evolving Nuclear Order*. Washington, Estados Unidos: Carnegie Endowment for International Peace, 2016. p. 15-22.

ao PA traria mais vantagens do que prejuízos, reforçando as credenciais internacionais da nação e evitando a perda de acesso a mercados.²⁸⁰

Funcionários do governo argentino começaram a indicar uma possível aderência ao Protocolo Adicional em 2001. Entre 2002 e 2003, diante da falta de posicionamento claro por parte do Brasil, o país cogitou assinar o instrumento unilateralmente, porém, as implicações do ponto de vista jurídico, por conta do Acordo Quadripartite e do papel da ABACC impõem dificuldades para a assinatura isolada, já que os dois países compartilham um sistema de inspeções conjunto.²⁸¹ Diante dessas questões, Buenos Aires optou por acompanhar a posição brasileira, dada a interdependência entre os dois países no tema.

O governo Kirchner adotou uma postura crítica em relação à natureza desigual do regime de não proliferação nuclear, embora mantivesse apoio incondicional ao TNP e uma posição firme contra a proliferação, além de manter o alinhamento com os Estados Unidos nessa área. Em 2007, o subsecretário de Assuntos Políticos da Casa Branca, R. Nicolas Burns, elogiou o governo argentino em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Jorge Taiana, por ser “um verdadeiro parceiro em questões difíceis” (tradução nossa), principalmente nas discussões na AIEA.²⁸² Além disso, um telegrama enviado da embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires para o Departamento de Estado no mesmo ano, descrevia de maneira positiva o plano de expansão nuclear anunciado pela Argentina em 2006 e não indicava desconfiças em relação as intenções nucleares de Néstor Kirchner.²⁸³

Apesar de a Argentina ter optado por seguir a posição brasileira em relação ao Protocolo Adicional, diplomatas argentinos consultaram os brasileiros em 2006 sobre a conveniência de uma declaração pública, afirmando que a Casa Rosada tinha interesse em aderir ao PA. Em 2007, o embaixador Roberto García Moritán deu um ultimato ao Brasil, que teria até dezembro daquele

²⁸⁰ KASSENOVA, Togzhan. *Brazil, Argentina, and the Politics of Global Nonproliferation and Nuclear Safeguards*. Publicado em 2016. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2016/11/brazil-argentina-and-the-politics-of-global-nonproliferation-and-nuclear-safeguards?lang=en>. Acesso em: 03 jan. 2025.

²⁸¹ AYROSA, Ricardo Maschietto, 2008.

²⁸² UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000402: U/S Burns and FM Taiana Discuss Regional Stability Issues. Confidential. Buenos Aires: U.S. Embassy, 1 mar. 2007. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2007/03/07BUENOSAIRES402.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

²⁸³ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 001888: Argentina to Expand Nuclear Power Sector, Restart Domestic Uranium Enrichment, and Sign NPT Additional Protocol. Confidential. Buenos Aires: U.S. Embassy, 23 ago. 2006. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2006/08/06BUENOSAIRES1888.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

ano para decidir pela assinatura do instrumento ou Buenos Aires avançaria com o compromisso por conta própria. No primeiro caso, houve forte rejeição brasileira e a diplomacia argentina voltou atrás na decisão. No segundo, Moritán mudou o tom em reunião com Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Itamaraty, e deu tempo para o Brasil decidir.²⁸⁴

Meses antes do ultimato do embaixador argentino, a diretora-geral para Assuntos de Segurança Internacional da Argentina, Elsa Kelly, havia confirmado ao encarregado de negócios dos EUA, Michael Matera, a intenção do governo Kirchner em aderir ao PA e afirmou que o país não esperaria pelo Brasil.²⁸⁵ Apesar disso, 19 anos após a reunião, a Argentina segue, assim como o Brasil sem aderir ao Protocolo Adicional.

A falta de consenso interno sobre a medida provocou oscilações na postura argentina sobre o PA. Os objetivos pacíficos do programa nuclear argentino e temor em perder acesso ao mercado de tecnologia nuclear alimentaram o argumento em favor da adesão.²⁸⁶ No entanto, o entrelaçamento jurídico com o Brasil nas questões de salvaguardas, a interferência brasileira e a visão crítica de setores argentinos em relação ao caráter desigual do regime de não proliferação e intrusivo das medidas de inspeção do PA pesaram contra a assinatura.

Mesmo após o fim da Era Kirchner, com o retorno a uma política externa mais alinhada a Washington a partir de 2016, durante a gestão Macri, e apesar das discussões entre analistas de política internacional sobre a possível adesão da Argentina ao Protocolo Adicional naquela conjuntura, isso não ocorreu.

Durante toda a década de 2000, os EUA mantiveram conversas frequentes com diplomatas argentinos sobre a possível adesão do país ao PA. No entanto, Washington tinha clareza quanto às dificuldades envolvidas na assinatura da Argentina sem a participação do Brasil. Nesse contexto, a recusa dos sucessivos governos argentinos ao instrumento não diminuiu a importância do país como aliado dos Estados Unidos em questões de não proliferação.

Em 2009, o embaixador dos EUA no Brasil, Clifford M. Sobel sugeriu ao Departamento de Estado que a melhor estratégia para pressionar o governo brasileiro a aderir ao Protocolo Adicional seria aumentar no país a sensação de isolamento internacional. Nessa estratégia, a

²⁸⁴ AYROSA, 2008.

²⁸⁵ Também consta no telegrama 001888, de 23 ago. 2006.

²⁸⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. TEL 1523, de 9 ago. 2007, de Brasemb Buenos Aires.

Argentina teria um papel fundamental, pois, ao enfraquecer a coordenação política nesse campo entre Brasília e Buenos Aires, encontrando uma “maneira de a Argentina assinar um Protocolo Adicional sem que o Brasil tivesse que fazê-lo, [o Departamento de Estado] colocaria uma enorme pressão sobre o Brasil para fazer o mesmo” (tradução nossa).²⁸⁷

Em Brasília, a posição contrária ao PA e as iniciativas de expansão do programa nuclear, somadas a declarações pontuais de membros do governo em defesa do direito do país de desenvolver armamento nuclear, provocaram maiores atritos com Washington e com a AIEA. Esses desentendimentos ampliaram desconfianças internacionais em relação ao compromisso do Brasil com a não proliferação, resultando no aumento da pressão externa por inspeções mais rigorosas e mais transparência.

4.3 A decisão do Brasil: discussão interna e atritos internacionais

A ascensão de atores políticos alinhados com uma visão desenvolvimentista, a partir dos anos 2000, gerou um ambiente propício para a recuperação do papel estratégico da tecnologia nuclear para o desenvolvimento econômico no Brasil e na Argentina. Além do contexto geral, alguns eventos se destacaram como impulsionadores da decisão do governo brasileiro no processo de tomada de decisão pela reativação da indústria nuclear nacional e, por consequência, do papel que esse setor teria para a estratégia de inserção internacional do país.

No Brasil, as consultas internas sobre a adesão do PA iniciaram em 1999, coordenadas pelo MRE e pela CNEN, com a participação de representantes do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da INB, da Eletronuclear e da Presidência da República, com o objetivo de criar subsídios para orientar a posição do país sobre o tema.²⁸⁸

²⁸⁷ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 000599: Nuclear non-proliferation: Brazil may soften on IAEA interview request, but additional protocol not likely. Confidential. Brasília: Embaixada dos Estados Unidos, 11 maio 2009. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2009/05/09BRASILIA599.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

²⁸⁸ AYROSA, Ricardo Maschietto. O Brasil e o Protocolo Adicional da Agência Internacional de Energia Atômica: uma reflexão necessária. Confidencial, desclassificado em 2022. Instituto Rio-Branco, Ministério das Relações Exteriores, LIII Curso de Altos Estudos, janeiro de 2008.

Apesar da destinação de recursos para a modernização das instalações da INB nos anos finais do governo Cardoso e da retomada de discussões sobre o desenvolvimento do submarino movido à propulsão nuclear, a renovação de um plano nuclear naquele momento não completou sequer a fase de planejamento, devido à entrada do país em um novo ciclo de estagnação econômica.²⁸⁹

O apagão elétrico em 2001, a alta no preço do petróleo, as discussões sobre o aquecimento global e a crise do gás na Bolívia reforçaram a ideia de que era necessário estimular a renovação da matriz energética nacional.²⁹⁰ Após a posse de Lula, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, defendeu a autoridade moral e ética do país para desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos ao mesmo tempo em que cobrava o desarmamento das grandes potências.²⁹¹ No entanto, até 2004, não houve iniciativa para formular um plano nuclear estruturado.²⁹²

Durante viagem da comitiva presidencial brasileira à China em 2004, uma fala do ministro da Defesa, José Viegas de que o Brasil exportaria urânio àquele país, gerou ampla repercussão midiática e um pedido de explicações do presidente Lula à Viegas. A falta de posição clara sobre a exportação ou não do urânio brasileiro levou Lula a exigir dos ministros um plano nuclear em 30 dias. Durante esse período, de acordo com ex-presidente da CNEN, Odair Gonçalves, os modelos apresentados, que serviram de pontapé inicial para a elaboração de um planejamento mais amplo, foram formulados sob sua coordenação junto com a presidência da Eletronuclear e da INB.²⁹³

Em 2006, dois estudos elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), analisando o cenário para o setor em dez anos (PNDE10) e em trinta anos (PNDE30), apontaram a necessidade de investir na área nuclear e de retomar as obras de Angra 3. A proposta realizada pelo estudo foi bem recebida por Lula, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Casa

²⁸⁹ SPEKTOR, Matias. The evolution of Brazil's nuclear intentions. *The Nonproliferation Review*, v. 23, n. 5-6. Routledge, p. 635-652, 2016.

²⁹⁰ PATTI, Carlo. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 178-197, 2010.

²⁹¹ Ministro Amaral defende programa nuclear brasileiro, mas sem bomba. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 out. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0110200302.htm>. Acesso em: 10 jan. 2025.

²⁹² GONÇALVES, Odair Dias. Depoimento concedido a Matias Spektor, Tatiana Coutto e Lucas Nascimento em sessão realizada no Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 2010. In: PATTI, Carlo (Org.). *O programa nuclear brasileiro: uma história oral*. 1ª ed. digital. 2014.

²⁹³ GONÇALVES, Odair Dias, 2014.

Civil, mas reprovada por Dilma Roussef, então titular do Ministério de Minas e Energia (MME), pelo próprio presidente da EPE e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).²⁹⁴ A viabilidade do projeto de Angra 3, no entanto, havia sido confirmada em abril de 2006, em reunião do Conselho Nacional de Energia (CNPE).

Roussef, inicialmente contrária ao investimento em energia nuclear, foi convencida aos poucos da necessidade de investir em Angra III, após realizar viagens à Alemanha e ter se convencido de que a energia eólica e biomassa não seriam capazes de satisfazer a demanda energética brasileira. Além disso, as opiniões de Élbina Melo, assessora econômica do MME, tiveram bastante influência no convencimento da ministra. Com a questão destravada no Ministério de Minas e Energia, as discussões ganharam força dentro do governo e foram abertas ao Congresso Nacional.²⁹⁵

Durante esse processo, o MCTI lançou o Plano de Ação 2007-2010, com metas para a expansão de projetos estratégicos relacionados ao desenvolvimento do setor nuclear em todos os aspectos: técnicos, legais e industriais.²⁹⁶ Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil definiu o setor nuclear, juntamente com o espacial e o cibernético, como prioritários para a segurança nacional.²⁹⁷ No mesmo ano, o governo Lula anunciou o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), reativando os planos de construção de um submarino com propulsão nuclear, e, em 2009, retomou as obras de Angra 3.

Os militares brasileiros, em especial a Marinha, já manifestavam interesse no desenvolvimento de um submarino com tecnologia de propulsão nuclear desde a década de 1970. Em 2004, a reivindicação apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, visando estender os direitos econômicos sobre a área marítima conhecida como Amazônia Azul - região rica em recursos naturais -, intensificou as preocupações quanto à necessidade de proteger

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Depoimento concedido a Marly Motta, Tatiana Coutto e Lucas Nascimento em sessão realizada no Rio de Janeiro no dia 08 de fevereiro de 2010. In: PATTI, Carlo (Org.). *O Programa Nuclear Brasileiro: Uma História Oral*. 1ª Edição Digital. 2014.

²⁹⁶ O eixo 18 do plano previa: “18.1. Consolidação do arcabouço legal da área nuclear 18.2. Ampliação do ciclo do combustível nuclear na INB 18.3. Conclusão da planta piloto de produção de UF 6 (conversão) em Aramar 18.4. Capacitação e adequação da NUCLEP para a fabricação de componentes das novas usinas nucleares 18.5. Implementação de uma política brasileira de gerenciamento de rejeitos radioativos 18.6. Empresa Brasileira de Radiofármacos – EBR 18.7. Ações de P, D&I e capacitação voltadas para a retomada do PNB.”

²⁹⁷ BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

a costa brasileira. Essas preocupações se ampliaram ainda mais com a descoberta de grandes reservas de petróleo na camada do pré-sal, em águas territoriais brasileiras, e influenciaram a criação do PROSUB, que visa "assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima".²⁹⁸

A ampliação dos investimentos nessa área causou preocupações quanto ao risco de proliferação na comunidade internacional. Em 2004, após o governo brasileiro se recusar a conceder acesso aos inspetores da AIEA as instalações da Fábrica de Combustível Nuclear da INB, alegando proteção de segredos industriais, Washington aumentou a pressão para que o país aderisse ao Protocolo Adicional. Manifestações de autoridades, como o ministro da Ciência e Tecnologia²⁹⁹ e do vice-presidente José Alencar, afirmando que o Brasil não poderia abrir mão do conhecimento científico que levasse à bomba atômica,³⁰⁰ alimentaram as desconfianças ao longo da década.

O governo brasileiro resolveu o impasse com a AIEA ao fornecer autorização para que os inspetores monitorassem a entrada e a saída de material radioativo das centrífugas, porém, mantendo a proibição de acesso visual do equipamento, que foi coberto com painéis de metal. Para aliviar as preocupações de Washington, Celso Amorim se encontrou com o secretário de Estado americano, Colin Powell, e garantiu a ele os interesses pacíficos do Brasil.³⁰¹

Alguns analistas afirmaram que a resistência do governo brasileiro ao PA e a recusa em conceder à AIEA acesso total e irrestrito às instalações da INB em Resende poderiam criar um precedente para que outros Estados, com intenções mais perigosas, exigissem o mesmo tratamento dado ao Brasil.³⁰² Enquanto isso, o governo Lula buscava ganhar tempo para encontrar um equilíbrio entre a necessidade de proteção da tecnologia desenvolvida no país e o nível de intrusão das inspeções, antes de se comprometer com um novo acordo de salvaguardas.³⁰³ Apesar da

²⁹⁸ BRASIL, 2008

²⁹⁹ Brasil deve dominar tecnologia da bomba atômica, diz Ministro. BBC Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/forum/story/2003/12/printable/030000_janeirobertoamaral>. Acesso em: 20 jan. 2025

³⁰⁰ José Alencar defende que Brasil tenha bomba atômica. Estadão, 24 set. 2009. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jose-alencar-defende-que-brasil-tenha-bomba-atmica,440556>>. Acesso em: 20 jan. 2025

³⁰¹ TORTORIELLO, Alexandre Mata. Brasil não pode ser comparado ao Irã, diz Powell. 06 out. 2004. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041006_powell3rg>. Acesso em: 06 fev. 2025.

³⁰² RUBLEE, Maria Rost. The nuclear threshold states: challenges and opportunities posed by Brazil and Japan. *The Nonproliferation Review*, v. 17, 2010.

³⁰³ APPLGARTH, Claire. Brazil Permits Greater IAEA Inspection. 2004. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2004-11/brazil-permits-greater-iaea-inspection>. Acesso em: 10 jan. 2025.

resistência brasileira, ainda não havia, àquela altura, uma posição final do governo sobre o Protocolo Adicional.

Diante dessa indefinição, Washington notou uma falha de coordenação entre o Ministério da Defesa e o Itamaraty. O embaixador John J. Danilovich relatou ao Departamento de Estado, em 2004, que, durante ligação telefônica com o ministro da Defesa, José Viegas, percebeu que o chefe da pasta parecia ter pouco conhecimento técnico sobre a questão nuclear, confundindo as questões relacionadas ao PA com o impasse sobre o acesso da AIEA às centrífugas em Resende. Além disso, Viegas teria afirmado que o Brasil poderia levar vários anos para aderir ao Protocolo Adicional, o que foi negado por Celso Amorim, que pareceu surpreso pela afirmação do colega. A contradição entre os dois ministros levou Danilovich a indicar em seu relatório que as opiniões do chanceler Amorim deveriam ser levadas mais a sério do que as do ministro da Defesa, pois pareciam mais autorizadas.³⁰⁴ Somente em setembro de 2005, por meio da troca de comunicações entre o MD e o MRE, as discussões de alto nível no governo brasileiro sobre o Protocolo foram iniciadas.³⁰⁵

Apesar de não haver consenso, figuras importantes no Ministério das Relações Exteriores pareciam ser favoráveis à adesão ao PA. O chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Santiago Mourão, revelou ao almirante Othon Pinheiro que recomendaria ao presidente Lula a assinatura do acordo. O próprio Celso Amorim, segundo Othon Pinheiro, sugeriu à Lula a adesão do Brasil ao Protocolo, pois a maior parte dos países era favorável ao PA e não havia motivo para o Brasil "nadar contra a corrente".³⁰⁶

Além de parte do MRE, outras instituições importantes pareciam flexíveis em relação ao instrumento. Os presidentes da CNEN, Odair Dias Gonçalves, e da INB, Alfredo Tranjan Filho, além do secretário executivo da ABACC, Antônio Abel de Oliveria, afirmaram ao embaixador dos EUA nas Nações Unidas em Viena, Greg Schulte, que suas instituições haviam concluído análises

³⁰⁴ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 002303: Ambassador's Call on Defense Minister Viegas, 8 September 2004. Confidential, Brasília, 13 set. 2004. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2004/09/04BRASILIA2303.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

³⁰⁵ AYROSA, 2008.

³⁰⁶ SILVA, Othon Luiz Pinheiro da. Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva revê sua trajetória no Memória Oral (PARTE 02). Entrevista concedida ao Clube de Engenharia. 09 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m4Iwm72VvcQ&t=2477s>. Acesso em: 03 jan. 2025.

internas e não haviam encontrado grandes dificuldades técnicas para a adesão do Brasil ao PA. As dificuldades existentes seriam, portanto, de ordem política.³⁰⁷

A Marinha brasileira, que desenvolveu a tecnologia de enriquecimento de urânio, posicionou-se contrária à adesão do instrumento e teve peso significativo na decisão final.³⁰⁸ O Ministério da Defesa, que assumiu um papel central no debate a partir de 2007, enfrentou, entre 2004 e 2007, um período de instabilidade em seu comando após o pedido de demissão de José Viegas, sucedido pelo vice-presidente José de Alencar (2004-2006) e, posteriormente, por Waldir Pires (2006-2007). O ministério recuperou a estabilidade e adquiriu protagonismo na discussão sobre o acordo de salvaguardas após a posse de Nelson Jobim (2007-2011), que passou a ter influência crescente em questões nucleares e manteve posição firme contra a adesão do Brasil ao Protocolo Adicional.

Em 2008, durante uma reunião sobre o Protocolo Adicional entre o presidente Lula e seus ministros, o MRE recomendou a assinatura do instrumento. Contudo, Jobim pediu ao presidente que considerasse também a opinião do almirante Othon Pinheiro, que afirmou que o caráter intrusivo das inspeções em instalações não nucleares comprometia a soberania brasileira. Segundo ele, Lula teria sido convencido por seus argumentos e embasado a decisão final do governo, de recusa ao instrumento, após aquela conversa.³⁰⁹ A influência da opinião de Pinheiro e Jobim sob o chefe do Executivo brasileiro foi confirmada pelo embaixador Santiago Mourão ao conselheiro de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Saúde (ESTH) da embaixada dos EUA em Brasília em abril de 2009.³¹⁰

Enquanto o Itamaraty tentava canalizar as discussões sobre a posição brasileira em relação ao acordo de salvaguardas mais amplo, os diplomatas norte-americanos percebiam Jobim cada vez mais como uma figura central em questões nucleares no Brasil.³¹¹ O próprio ministro da Defesa afirmou ao embaixador Clifford Sobel que os assuntos nucleares deveriam ser discutidos

³⁰⁷ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Rio de Janeiro 000295: No Technical Barriers to Additional Protocol, Brazil's Nuclear Regulator and State-Owned Companies Say. Unclas Section 01 Of 03. Rio de Janeiro, 22 out. 2008. Disponível em: https://www.wikileaks.org/plusd/cables/08RIODEJANEIRO295_a.html. Acesso em: 22 jan 2025.

³⁰⁸ PATTI, 2021.

³⁰⁹ SILVA, Othon Luiz Pinheiro da, 2023.

³¹⁰ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasilia 000599 (2009).

³¹¹ Ibid.

exclusivamente com ele e não com o MRE.³¹² Além disso, desautorizou o Ministério das Relações Exteriores após descobrir que a Chancelaria estava cooperando com a AIEA para interrogar um cientista brasileiro, pesquisador do Centro Tecnológico do Exército, que havia escrito um livro sobre o funcionamento de uma ogiva nuclear.³¹³

Após a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa em 2008, conduzida pelo MD sob a chefia de Jobim, o governo brasileiro fechou-se completamente à possibilidade de aderir ao Protocolo Adicional e de se comprometer com qualquer novo acordo ou instrumento de controle e não proliferação, enquanto as potências armadas não avançarem concretamente em direção ao desarmamento. Além disso, o Brasil argumentou que as inspeções realizadas pelo sistema ABACC e o acesso fornecido à AIEA por meio do Acordo Quadripartite já fornecem garantias suficientes, tornando o PA desnecessário.³¹⁴

O almirante Othon Pinheiro chegou a propor à Embaixada dos EUA que o monitoramento das instalações não nucleares brasileiras fosse realizado de forma indireta, por meio de sensores que detectariam a presença de material radioativo do lado de fora dos edifícios. A proposta não havia sido autorizada nem reprovada pelo MRE.³¹⁵ Apesar de Washington ter inicialmente se interessado pela ideia, rejeitou-a posteriormente, por não oferecer uma solução que pudesse substituir de forma aceitável o PA.³¹⁶

Em 2009, o chefe da Diretoria de Segurança Internacional, Assuntos Nucleares e Espaciais do Ministério das Relações Exteriores da Argentina (DIGAN), Gustavo Ainchil, destacou à embaixada americana a crescente influência de Nelson Jobim em questões nucleares no Brasil, considerada pelo diplomata argentino como excessiva. O governo de Cristina Kirchner, esposa e sucessora de Néstor Kirchner, acompanhou as ações brasileiras a partir da metade do segundo mandato de Lula com preocupação. A recusa brasileira em aderir ao Protocolo Adicional, a aproximação de Brasília com o regime norte-coreano e com o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, acenderam um alerta na Casa Rosada, ainda que isso não significasse uma

³¹² UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 000201: Key Brazilian Nuclear Official Discusses Possible Way Forward on IAEA Additional Protocol Issue. Brasília, 17 fev. 2009. Confidential, Section 01 of 02. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA201_a.html. Acesso em: 23 jan. 2025.

³¹³ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 000599 (2009).

³¹⁴ JONAS, David S.; CARLSON, John; GOOREVICH, Richard S. [s.d].

³¹⁵ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 000201 (2009).

³¹⁶ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 000599 (2009).

preocupação extrema. Nesse contexto, diplomatas argentinos mostraram-se aliviados com o encerramento do mandato de Lula em 2010.³¹⁷

Na visão de Gustavo Ainchil, nenhum sucessor conduziria uma política externa tão ousada quanto o então presidente brasileiro. No mesmo encontro, o vice-diretor da DIGAN, Alberto Dojas, compartilhou com a embaixadora dos Estados Unidos na Argentina, Vilma Martínez, que o ideal seria o Brasil assinar o Protocolo Adicional por conta própria, sem que uma pressão externa pudesse levar o país a endurecer seu posicionamento contrário. Martínez concluiu, na ocasião, que os argentinos desejavam que os EUA adotassem uma abordagem mais suave, por temerem que a pressão levasse ao efeito oposto do desejado e acreditem que o futuro governo brasileiro teria uma postura mais transparente e mais aberta à cooperação nesse campo.³¹⁸

Apesar das preocupações expressas por Gustavo Ainchil e Alberto Dojas, o relacionamento bilateral entre o Brasil e a Argentina a partir de 2003, foi marcado por uma série de iniciativas de cooperação no âmbito político, econômico e social. No setor nuclear, ampliou-se a coordenação política e o diálogo entre as instituições, destravando o avanço de projetos conjuntos, ainda que com limitações.

4.4 A cooperação bilateral em questões nucleares

Nos anos 1990, Menem deu prioridade para atração de investimento estrangeiro e ao acesso ao mercado financeiro global, enquanto o Brasil, que havia sido um parceiro central de Buenos Aires durante o governo Alfonsín, foi deslocado para um papel importante, mas não prioritário, na Política Externa Argentina (PEA), com os EUA se tornando o eixo estruturante da PEA. A partir de 2002, a convergência de uma visão desenvolvimentista entre os dois países inaugurou uma nova fase do relacionamento bilateral, fortalecendo a integração econômica, principalmente por meio de fusões, aquisições e investimentos produtivos brasileiros em infraestrutura na Argentina. Essa

³¹⁷ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 001305: (C) Argentine MFA Shares Some Concerns About Brazilian Foreign Policy, Nuclear Potential. Buenos Aires, 24 dez. 2009. Confidential. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BUENOSAIRES1305_a.html. Acesso em: 23 jan. 2025.

³¹⁸ Ibid.

dinâmica fez com que o Brasil assumisse o papel estruturante na PEA, anteriormente ocupado por Washington.³¹⁹

A aproximação contribuiu positivamente para o aprofundamento da cooperação no âmbito nuclear. Durante a reunião do Comitê Permanente Argentino-Brasileiro de Política Nuclear, em 2005, os dois países apresentaram mutuamente o estágio de evolução de seus programas nucleares e reconheceram como satisfatório o progresso alcançado na área empresarial desde as reuniões de 1997 e 1999. No entanto, foi constatada a existência de embargos e limitações financeiras que dificultavam a realização de pesquisas conjuntas. Diante disso, passaram a avaliar a possibilidade de alocar recursos específicos para fortalecer a cooperação bilateral nesse campo.³²⁰

Na ocasião, a delegação da Argentina também confirmou o apoio à candidatura brasileira à presidência do NSG em 2006 e comunicou ao governo brasileiro que tinha a intenção de assinar o Protocolo Adicional da AIEA em breve, reiterando as implicações comerciais que o instrumento teria. Os participantes brasileiros informaram aos seus colegas, que no Brasil ainda estavam ocorrendo consultas internas para definir a estratégia de negociação com a AIEA, de forma que as preocupações com preservação de segredos industriais e outros interesses estratégicos fossem atendidas.³²¹

Durante a reunião preparatória para a Iguazu+20, em comemoração ao 20º aniversário da Declaração do Iguazu assinada por Sarney e Alfonsín em 1985, o Brasil apresentou 8 projetos de protocolos para cooperação entre os dois países, que foram bem recebidos pela delegação argentina, principalmente por representantes da Autoridade Regulatória Nuclear (ARN), NASA e INVAP. O relatório do Itamaraty apontou que as propostas provenientes do lado argentino pretendiam

uma completa integração dos mercados nucleares, tanto na esfera da núcleo-eletricidade como nos campos produtivo e comercial. O lado brasileiro recebeu com cautela essa ideia, observando a necessidade de manter algum tipo de proteção nacional, de envolver na discussão outros órgãos do governo, em particular representantes das áreas de energia e econômico-comercial, e de revisar a legislação brasileira no caso da sugestão de núcleo-

³¹⁹ BUSO, ACTIS e NOVELLO, 2017.

³²⁰ BRASIL. *Ata da reunião do Comitê Permanente Argentino-Brasileiro de Política Nuclear* realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2005, no Rio de Janeiro. Pasta "Assuntos Nucleares (AIEA) 1.11 - Seminários AIEA 2004/2005", Etiqueta 207. Acervo do Ministério das Relações Exteriores.

³²¹ Ibid.

elétrica, visto que não [existia] no país, diferenciação específica relacionada à fonte de geração de energia elétrica.³²²

O presidente da CNEN propôs dois protocolos adicionais com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de um reator conjuntamente e de portais detectores para controle de fontes radioativas em aeroportos. A primeira proposta foi bem recebida pelos argentinos. Em relação a segunda, poderia haver problemas de operacionalização devido às negociações em curso entre Buenos Aires e Washington sobre a Megaports Initiative, um programa liderado pelo Departamento de Energia dos EUA com objetivo de impedir o tráfico de materiais radioativos.³²³

As negociações resultaram na assinatura pelos presidentes Lula e Kirchner em 30 de maio de 2005, em Puerto Iguazú, da Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina e do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radiativos. Coube ao CPPN coordenar a criação dos grupos de trabalho que discutiram as maneiras de viabilizar a concretização das propostas do acordo.

Em 2006, durante as comemorações dos 15 anos da ABACC, os ministros Celso Amorim e Jorge Taiana assinaram uma Declaração Conjunta ressaltando o papel essencial da agência regional para a transparência e para o cumprimento do compromisso do Brasil e da Argentina com a não proliferação e com o uso pacífico da tecnologia nuclear.³²⁴ Durante a crise entre o governo brasileiro e a AIEA em 2004, relacionada à ocultação das centrífugas em Resende, a ABACC teve um papel fundamental na resolução do impasse, dialogando com os inspetores internacionais e explicando que era possível realizar o controle e a inspeção dos equipamentos mesmo com a utilização de painéis de proteção pelo Brasil.³²⁵

Em fevereiro 2008, os governos do Brasil e da Argentina emitiram declaração conjunta determinando a criação do Comitê Binacional de Energia Atômica (COBEN), com o objetivo de

³²² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Mensagem nº 01040, de 10 de outubro de 2005. De Brasemb Buenos Aires para SERE. Reservado.

³²³ Ibid.

³²⁴ ABACC. *Declaração Conjunta: 15º Aniversário da ABACC*. Disponível em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Conjunta-15%C2%BA-anivers%C3%A1rio-da-ABACC-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

³²⁵ PATTI, 2014.

gerenciar o desenvolvimento conjunto de reatores nucleares. Também foi anunciada a intenção de criar a Empresa Binacional de Enriquecimento de Urânio (EBEN). Relatório da Embaixada dos EUA em Buenos Aires apontou que o anúncio surpreendeu oficiais da Marinha, da CNEA, da INVAP e diplomatas argentinos. O documento também indicou que as medidas anunciadas em fevereiro de 2008 por Lula e Cristina Kirchner, pareciam ter sido realizadas às pressas e sem o adequado planejamento.³²⁶ No Brasil, o Centro de Comunicação da Marinha emitiu uma nota informando que não havia “qualquer diretriz Brasil-Argentina envolvendo a Marinha do Brasil”.³²⁷

A Força naval brasileira, responsável pelo desenvolvimento da técnica de enriquecimento de urânio no país, por ser muito preocupada com a preservação de segredos tecnológicos, nunca esteve completamente aberta ao compartilhamento de conhecimento técnico com a Argentina, limitando a cooperação nessa área.³²⁸ As controvérsias envolvendo a Declaração Conjunta de 2008 evidenciaram a dinâmica observada por Pacheco (2022), segundo a qual, no relacionamento bilateral referente às questões nucleares entre Brasil e Argentina,

observou-se uma manutenção do alto grau de cooperação a nível diplomático e político, com a manutenção da ABACC como mecanismo de manutenção de confiança, enquanto verificou-se um baixo grau de cooperação a nível técnico e tecnológico.³²⁹

Na esteira do anúncio, vários jornais argentinos publicaram reportagens sobre um suposto acordo entre os dois países para desenvolverem conjuntamente um submarino movido à propulsão nuclear. No entanto, o Adido Naval da Embaixada dos EUA foi informado por um oficial da Marinha argentina e por um alto funcionário da CNEA, de que ambos nunca tinham ouvido falar de tais planos antes de lerem a respeito nos jornais e que a notícia não fazia sentido.³³⁰

Apesar do que foi publicado nos jornais, os governos do Brasil e da Argentina nunca anunciaram qualquer iniciativa sobre o desenvolvimento conjunto de um submarino nesse sentido,

³²⁶ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000236: Argentina and Brazil to cooperate on uranium enrichment, reactor development, and in defense. Confidential. Buenos Aires, 26 fev. 2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08BUENOSAIRES236_a.html. Acesso em: 02 fev. 2025.

³²⁷ AGÊNCIA ESTADO. Brasil e Argentina vão criar empresa binacional nuclear. *Diário do Nordeste*, 24 ago. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/brasil-e-argentina-va-criar-empresa-binacional-nuclear-1.937406>. Acesso em: 02 fev. 2025.

³²⁸ SOARES, Samuel Alves et al. La Cooperación Nuclear Argentino-Brasileña: Reticencias Brasileñas como limitadoras de una asociación estratégica ampliada. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, v. 6, n. 1, p. 119-137, 2020.

³²⁹ PACHECO, 2022, p. 106.

³³⁰ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000236 (2008).

e a EBEN não chegou a ser criada. No entanto, ainda naquele ano foi realizado o Seminário Binacional Argentina-Brasil de Cooperação Nuclear, reunindo 120 cientistas de ambas as nacionalidades para discutir projetos de integração na área.³³¹

As discussões entre cientistas, diplomatas e agências dos dois países, no período, resultaram na formulação conjunta dos projetos de reatores multipropósito (RA-10, na Argentina, e RMB, no Brasil), cujo objetivo é a produção autônoma de radioisótopos, principalmente o molibdênio 99, do qual Brasil depende de importação. O projeto, que está sendo construído pela INVAP, foi conduzido em parceria entre a CNEN e a CNEA, utilizando como base o reator argentino Opal, também projetado pela mesma empresa. Os acordos assinados em 2008 também contribuíram para que no ano seguinte a Argentina já fosse responsável por 30% do molibdênio 99 consumido pelo Brasil.³³²

Apesar das limitações, é notável o aumento da cooperação política e científica entre o Brasil e a Argentina a partir da virada do século XX para o XXI. Houve evolução significativa nas iniciativas de cooperação técnica, tanto na área tecnológica quanto regulatória, em contraste com a cooperação predominantemente focada em mecanismos de transparência, característica dos anos 1990. Além disso, observou-se uma ampliação na coordenação político-diplomática, impulsionada pela maior afinidade entre os governos e pela necessidade de definir posicionamentos conjuntos diante da maior participação nas discussões sobre não proliferação e desarmamento nos fóruns multilaterais.

4.5 A posição do Brasil e da Argentina nas Discussões e Iniciativas Internacionais sobre o Uso Pacífico da Tecnologia Nuclear e Não Proliferação nos Anos 2000

Em maio de 2003, a administração Bush lançou a Proliferation Security Initiative (PSI), cujo objetivo é impedir o tráfico de armas de destruição em massa, além de materiais e equipamentos relacionados, como sistemas de entrega. Os participantes – cuja adesão é voluntária – comprometem-se a atuar de forma coordenada para evitar a disseminação desses dispositivos,

³³¹ PACHECO, 2022.

³³² VERA, María Nevia. La política nuclear argentina y la cooperación estratégica con Brasil en el siglo XXI. Revista Intellector, v. 11, n. 21, p. 01-14, 2014. ISSN 1807-1260.

interceptando cargas suspeitas em alto mar, no ar ou em terra.³³³ Atualmente, 115 países aderiram à iniciativa, incluindo a Argentina. Porém, o Brasil optou por não formalizar sua participação.

Os EUA e Portugal tentaram, entre 2004 e 2007, incluir o Brasil nas discussões e convidaram diplomatas brasileiros para atuarem como observadores em 2005. No entanto, os portugueses identificaram falta de interesse por parte do governo Lula, além de uma divergência de opinião sobre a iniciativa entre os setores diplomático e militar. Por isso, não nutriram grandes esperanças enquanto o presidente brasileiro permanecesse no cargo.³³⁴ A busca do governo Lula por manter uma posição neutra e independente em questões de segurança, somada ao fato de a iniciativa ter sido criada fora das Nações Unidas e liderada por Washington, além de gerar dúvidas sobre a legalidade de interceptações em águas internacionais, explicam a hesitação do país em assumir o compromisso.

A Argentina, para garantir o cumprimento de suas metas para o setor nuclear, priorizou engajar-se nas discussões sobre o tema em diversos fóruns internacionais. Por esse motivo, o país tem apoiado as iniciativas dos EUA nessa área e, além de ter aderido à PSI, integra o grupo de 20 nações que compõem o Grupo de Especialistas Operacionais (OEG), responsável por garantir o bom funcionamento do mecanismo.³³⁵ Essa postura levou o embaixador americano Tom Kelly a destacar em um relatório ao Departamento de Estado, que “embora a Argentina ainda se incline para o ‘sul global’ em algumas questões específicas do regime de não proliferação, ela continua a ser, na maioria dos pontos, uma forte e constante defensora de nossos pontos de vista” (tradução nossa).³³⁶

A posição da Argentina também se alinhou, em certa medida, a dos Estados Unidos no que diz respeito à necessidade de conter os avanços nucleares do Irã. Embora não defendesse

³³³ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. About the Proliferation Security Initiative. *Bureau of International Security and Nonproliferation*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.state.gov/bureau-of-international-security-and-nonproliferation/proliferation-security-initiative#:~:text=About%20the%20Proliferation%20Security%20Initiative.state%20actors%20of%20proliferation%20concern>. Acesso em: 27 jan. 2025.

³³⁴ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Lisbon 000046: PSI: Urging Brazilian Participation. Confidential. 5 de janeiro de 2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07LISBON46_a.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

³³⁵ MERKE, Federico, 2016.

³³⁶ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000964: Argentina Enthusiastic and Responsive on Non-Proliferation Issues in Meetings with White House Special Assistant. Confidential. Buenos Aires, 29 ago. 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BUENOSAIRE964_a.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

abertamente sanções contra Teerã, a convicção do governo Kirchner do envolvimento iraniano com os atentados terroristas à sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 1994, resultou em um distanciamento entre os dois países até o fim do primeiro mandato de Cristina Kirchner. Importantes membros do governo argentino chegaram a se reunir com representantes do Departamento de Estado dos EUA, em 2007, para discutir estratégias de contenção das capacidades nucleares iranianas.³³⁷

O Brasil, ao contrário de seu vizinho, não apenas vivenciou uma expressiva aproximação com o Irã, principalmente a partir de 2009, como também defendeu o direito iraniano de desenvolver um programa nuclear para fins pacíficos. Além disso, mediou um acordo entre Teerã e a AIEA, em conjunto com a Turquia, buscando restabelecer o diálogo entre o governo de Mahmoud Ahmadinejad e a comunidade internacional, evitando assim uma nova rodada de sanções contra o país persa. O acordo, formalizado pela Declaração de Teerã, foi inicialmente considerado uma grande vitória diplomática para o Brasil. No entanto, foi desautorizado pouco depois pela Casa Branca, que já havia negociado nos bastidores o apoio da Rússia e da China para a aprovação de novas sanções ao regime dos aiatolás no Conselho de Segurança da ONU.

O envolvimento com a questão nuclear iraniana foi a última grande movimentação diplomática da administração Lula na tentativa de fortalecer a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU. O país aspirava consolidar, por meio dessa vitória, o seu papel de potência capaz de oferecer soluções para as grandes questões globais de segurança. Além disso, a capacidade de mediar um acordo nuclear com o Irã também reforçaria a relevância brasileira na promoção da paz e da não proliferação.

Apesar de não ter obtido sucesso nessa questão, o Brasil desempenhou um papel relevante em outras iniciativas internacionais no âmbito nuclear. O país presidiu a VII Conferência de Exame TNP (2005), o Grupo de Supridores Nucleares (2006/2007), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) (2009/2010) e a Conferência do Desarmamento (2010).

O embaixador brasileiro, Sérgio de Queirós Duarte, foi designado para presidir a VII Conferência de Revisão do TNP. Na ocasião, o Brasil junto com os demais membros da Coalizão

³³⁷ LANACIÓN. Acuerdo con EE.UU. para contener a Irán, 11 de febrero de 2007. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/acuerdo-con-eeuu-para-contener-a-iran-nid882713/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

da Nova Agenda, criticou enfaticamente a falta de esforços concretos dos NWS na redução de seus arsenais desde a Conferência de Revisão de 2000. Além disso, o país reforçou seu apoio ao CTBT e defendeu o fim da produção de novos armamentos, bem como a eliminação dos vetores e estoques existentes.³³⁸

A Argentina manifestou preocupação com a insuficiência de ratificações ao CTBT, o que impede sua entrada em vigor. Além disso, defendeu a universalização do Protocolo Adicional da AIEA, ressaltando, no entanto, seu caráter voluntário. O país também reafirmou seu compromisso com o TNP e criticou a estagnação nas discussões da Conferência de Desarmamento, destacando a necessidade de superar a paralisia nas negociações.³³⁹ O fim da Conferência de Revisão de 2005, no entanto, não apresentou resultados significativos devido a uma disputa sobre o foco que o evento deveria adotar. Enquanto alguns países priorizaram o avanço de medidas de desarmamento, outros defenderam o reforço do controle da proliferação nuclear, gerando em um impasse.³⁴⁰

Durante reunião informal realizada à margem da Conferência de Revisão do TNP em 2005, foi proposta a criação do parágrafo 6(b)(iii), que sugeria condicionar o acesso a tecnologias sensíveis, como as de enriquecimento e reprocessamento de urânio, à adesão do Protocolo Adicional. O Brasil e a Argentina indicaram ter dificuldades em relação ao dispositivo, que acabou não sendo aprovado, por falta de consenso.³⁴¹

O governo brasileiro temia que a adoção de condições vinculadas ao PA pudesse restringir seu acesso a mercados de bens e materiais nucleares, enquanto a Argentina temia a perda de sua posição como país exportador de tecnologia nuclear. Além disso, alguns de seus potenciais clientes, como o Egito, também não haviam aderido ao instrumento.³⁴²

Apesar da falta de consenso nas discussões de 2005, a exigência de adesão ao Protocolo Adicional como condição de acesso a tecnologias sensíveis continuou sendo discutida no Grupo

³³⁸ JESUS, Diego Santos Vieira de. Noites tropicais: o Brasil e a nova era da não proliferação e do desarmamento nucleares (2003-2010). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 43-57, out. 2012.

³³⁹ ARGENTINA. Statement by the Deputy Minister of Foreign Affairs of Argentina, Ambassador Jorge Taiana. *2005 Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*. Disponível em: <https://www.un.org/en/conf/npt/2005/statements/npt02argentinae.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

³⁴⁰ TOMÉ, Luis. A 8.a Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação. In: JANUS. Anuário de Relações Exteriores. 2010. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_1_18.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

³⁴¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. SERE para Brasemb Viena. 30 maio 2005. [S.n.], Reservado. Acervo do MRE, pasta 8.8 NSG - Reunião Plenária, 8.8.10. Reunião Plenária Oslo 2004/2005, etiqueta 33.

³⁴² Ibid.

de Supridores Nucleares durante os seis anos seguintes. Durante a primeira rodada de negociações, o diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa do Brasil, major-brigadeiro do ar Carlos Leal Veloso, enviou uma mensagem ao chefe do Departamento de Organismos Internacionais do MRE, indicando que a interpretação do ministério era de que o Brasil, por não ter assinado o PA, não poderia reconhecê-lo como base para decisões no NSG. Segundo o oficial, a proposta em discussão prejudicaria o desenvolvimento tecnológico de países que ainda não dominassem o ciclo do combustível, contrariando os propósitos do próprio grupo e do TNP, que garante o direito de desenvolver tecnologia para fins pacíficos.³⁴³

Para contornar a obrigatoriedade de adesão ao Protocolo Adicional, as delegações do Brasil e da Argentina no NSG buscaram modificar a redação da proposta. O objetivo era garantir que o texto final permitisse que o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) servisse como requisito para a autorização de transferência de tecnologia, compra e venda de materiais e equipamentos, além do PA.

Após alguns anos de negociações, em 2011, os países membros do NSG aprovaram uma revisão nas diretrizes do grupo, especificando no parágrafo 6(c) das Diretrizes para Transferências Nucleares que:

os fornecedores devem autorizar as transferências, de acordo com este parágrafo, somente quando o destinatário tiver colocado em vigor um Acordo de Salvaguardas Abrangentes e um Protocolo Adicional baseado no Protocolo Adicional Modelo ou, enquanto isso, estiver implementando acordos de salvaguardas apropriados em cooperação com a AIEA [Agência Internacional de Energia Atômica], **incluindo um acordo regional de contabilidade e controle para materiais nucleares, conforme aprovado pela Assembleia de Governadores da AIEA.** (tradução nossa).³⁴⁴

A inclusão do trecho que incluiu um “acordo regional de contabilidade e controle” beneficiou diretamente o Brasil e a Argentina, por aceitar a possibilidade do sistema de inspeções da ABACC dispensar a necessidade de adesão ao PA. No entanto, é importante destacar que, embora tenha sido reconhecido que a ABACC e o Acordo Quadripartite mostraram-se, até o momento, suficientes para garantir o uso pacífico do material nuclear por Brasil e Argentina, não

³⁴³ BRASIL. Ministério da Defesa. Mensagem nº 1055/DAI/SPEAI de 17 jun. 2005.

³⁴⁴ IAEA. INFCIRC/254/Rev.10/Part 1a. Vienna: IAEA, 26 July 2011. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/documents/infcircs/1978/infcirc254r12p1.pdf>. Acesso em 29 jan. 2025.

foi estabelecida uma equivalência entre esses arranjos regionais e o Protocolo Adicional, já que se tratam de instrumentos com objetivos distintos.³⁴⁵

Em 2006, a administração Bush propôs a criação do Global Nuclear Energy Partnership (GNEP), cujo objetivo era estabelecer uma estrutura internacional para orientar a cooperação entre os países no uso da energia nuclear. Para reduzir os riscos de proliferação, os Estados com tecnologia nuclear avançada se comprometiam a fornecer combustível aos demais, que, por sua vez, abririam mão de desenvolver capacidades de enriquecimento de urânio e devolveriam o combustível utilizado às nações fornecedoras para reprocessamento.³⁴⁶

Propostas semelhantes foram discutidas na AIEA em 2009 e 2010, com o objetivo de criar um banco internacional de combustível nuclear para reduzir os riscos de proliferação e garantir o uso da energia nuclear em países que não dominassem a tecnologia. No entanto, Brasil e Argentina se opuseram à medida em 2009 e abstiveram-se no ano seguinte. Os dois interpretaram que a criação de bancos de urânio enriquecido visava manter o monopólio dos Estados produtores, desincentivando o desenvolvimento tecnológico de nações emergentes. Além disso, havia a preocupação de que a dependência de acesso ao combustível desses estoques poderia ser utilizada como instrumento de pressão para frear avanços em países interessados em desenvolver tecnologia própria.³⁴⁷

O Brasil chegou a ser observador na GNEP, mas não demonstrou interesse em se tornar membro pleno. A Argentina sinalizou a Washington em 2009, que poderia participar, porém ainda mantinha “preocupações sobre o escopo do preâmbulo da GNEP e se ele, de alguma forma, diminuía o papel do organismo multilateral apropriado, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)” (tradução nossa).³⁴⁸ Além disso, havia o temor de que o organismo pudesse, no futuro, limitar o uso de reatores que utilizassem água pesada, como os utilizados no país.³⁴⁹

³⁴⁵ JONAS; CARLSON; GOOREVICH, [s.d.]

³⁴⁶ UNITED STATES OF AMERICA. Department of Energy. *The Global Nuclear Energy Partnership: greater energy security in a cleaner, safer world*. Disponível em: <https://www.energy.gov/articles/global-nuclear-energy-partnership-0>. Acesso em: 29 jan. 2025.

³⁴⁷ PACHECO, João Marcos Ferreira. *A evolução da relação bilateral Brasil-Argentina na temática nuclear (2003-2018)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

³⁴⁸ UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Argentina enthusiastic and responsive on non-proliferation issues in meetings with White House special assistant*. Buenos Aires, 24 ago. 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BUENOSAIRE964_a.html. Acesso em: 29 jan. 2025.

³⁴⁹ Ibid.

As controvérsias em torno do GNEP levaram o governo Obama a reformular seus objetivos e reestruturá-lo para criar o International Framework for Nuclear Energy Cooperation (IFNEC), cujo objetivo é desincentivar a proliferação nuclear e promover modernização das tecnologias relacionadas ao ciclo do combustível nuclear, garantindo maior segurança internacional nessa área.³⁵⁰ Em 2011, após essa reformulação, a Argentina e o Brasil ingressaram no IFNEC. No mesmo ano, a Argentina assinou a adesão à Convention on the Physical Protection of Nuclear Material, após ter aderido, um ano antes, à Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism (GICNT).³⁵¹

Em 2010, durante sua presidência na Conferência do Desarmamento, o Brasil defendeu o fórum como a única instância negociadora multilateral para questões de desarmamento. O principal objetivo foi superar a paralisia que dominava a CD desde 1997, por meio da adoção de um programa de trabalho que permitisse a retomada das negociações. Além disso, o Estado brasileiro estabeleceu uma representação diplomática específica junto à Conferência do Desarmamento, outra junto à AIEA e uma terceira junto à Comissão Preparatória para a Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.³⁵²

Durante a Conferência de Revisão do TNP de 2010, o acordo New START, firmado entre EUA e Rússia, que estabelecia compromissos para a redução de armas estratégicas ofensivas, e o lançamento da Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares (ICAN) geraram expectativas positivas em relação à possibilidade de uma redução significativa dos arsenais nucleares. Esse ambiente facilitou a adoção de um consenso final entre os países participantes.³⁵³

O Brasil, alinhado à argumentação dos membros do NAC, defendeu a necessidade de universalizar o TNP, incorporando países que ainda resistiam à adesão, como Índia, Israel e Paquistão.³⁵⁴ A Argentina celebrou o acordo New START, reiterou seu apoio irrestrito ao TNP e

³⁵⁰ WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. International Framework for Nuclear Energy Cooperation (IFNEC). 2016. Disponível em: <https://world-nuclear.org/information-library/current-and-future-generation/international-framework-for-nuclear-energy-coopera>. Acesso em: 29 jan 2025.

³⁵¹ MERKE, 2016.

³⁵² JESUS, Diego Santos Vieira de., 2012.

³⁵³ MÜLLER, Harald; WUNDERLICH, Carmen. Nuclear Disarmament without the Nuclear-Weapon States: The Nuclear Weapon Ban Treaty. *Dædalus, the Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, v. 149, n. 2, p. 171-189, spring 2020.

³⁵⁴ JESUS, 2012.

ao regime de não proliferação e destacou, mais uma vez, a importância de acelerar o número de ratificações do CTBT, possibilitando sua entrada em vigor.³⁵⁵

Apesar do clima otimista e do consenso final na Conferência de Revisão do TNP de 2010, que resultou na aprovação de 64 medidas voltadas para a não proliferação, o desarmamento e uso pacífico da tecnologia nuclear, dificuldades para a implementação dessas ações surgiram rapidamente. Os Estados membros entraram em um novo impasse, que culminou no fracasso da conferência seguinte, realizada em 2015.

Novas iniciativas no campo da não proliferação e desarmamento surgiram ao longo da década de 2010, e os governos subsequentes no Brasil e na Argentina mantiveram as bases da estratégia consolidada no início do milênio para definir o posicionamento de seus países em relação a essas iniciativas. Tanto Dilma Rousseff e Michel Temer, no Brasil, quanto Cristina Kirchner e Mauricio Macri, na Argentina, apesar das diferenças de conjuntura e da redução da prioridade dada ao programa – principalmente a partir da segunda metade da década –, foram fortes defensores do uso pacífico da tecnologia nuclear e atuaram em prol da não proliferação e do desarmamento mantendo as credenciais internacionais de seus países nessa área.

Houve uma ampliação da coordenação político-diplomática, com os países frequentemente se consultando mutuamente. No entanto, isso não resultou em uma estratégia abrangente de ação conjunta que definisse como Brasil e Argentina atuariam em prol de interesses comuns para influenciar a agenda internacional nesse tema. As iniciativas no plano externo refletiram predominantemente os interesses e ambições individuais de cada país, que ora coincidiam, ora divergiam. Assim, apesar do aumento nos projetos conjuntos e nas consultas entre governos, a atuação de ambos no cenário global em questões nucleares permaneceu limitada pelas prioridades internas, em vez de demonstrar uma aliança mais profunda entre as duas nações.

As estratégias de diplomacia nuclear desenvolvidas por Brasil e Argentina nos anos 1990, apesar das particularidades de cada país, apresentavam maior convergência em relação ao objetivo mais amplo: o aumento da transparência e a conquista da credibilidade internacional. No entanto,

³⁵⁵ ARGENTINA. Intervención del Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la República Argentina, S. E. D. Jorge Taiana em la Conferencia De Las Partes De 2010 Encargada Del Examen Del Tratado De No Proliferación De Las Armas Nucleares. Nova York, 5 de maio de 2010. Disponível em: https://www.un.org/en/conf/npt/2010/statements/pdf/argentina_es.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

o redesenho dessas estratégias a partir dos anos 2000 acentuou as diferenças nas prioridades de cada nação: enquanto uma passou a focar no comércio, a outra priorizou a defesa e a busca por status internacional. Essas divergências explicam as limitações na formação de uma aliança mais robusta, apesar da maior coordenação político-diplomática e da cooperação técnico-científica observadas no período.

4.6 O cenário pós 2010

Embora não faça parte do marco temporal definido para a pesquisa, consideramos relevante analisar brevemente o cenário pós-2010 no Brasil e na Argentina. Isso permitirá demonstrar que, apesar das mudanças políticas que alteraram a condução da política externa de ambos os países, as estratégias de diplomacia nuclear formuladas nos anos 2000 continuaram a orientar suas políticas externas e a se manterem como um fator crucial para a estabilidade das relações bilaterais. Cabe destacar, no entanto, o impacto que a centralidade adquirida pela China na Argentina, a partir de 2012, e a aproximação com os Estados Unidos durante o governo Macri tiveram no relacionamento bilateral, acrescentando novas dinâmicas ao cenário, mas sem comprometer o papel estabilizador da diplomacia nuclear.

O acidente nuclear no Japão em março de 2011 provocou um movimento global de revisão do uso da energia nuclear. Paralelamente, a política externa brasileira, a partir da gestão de Dilma Rousseff, começou a enfrentar um relativo declínio em comparação ao período Lula.³⁵⁶ O avanço da crise política e econômica no Brasil levou ao impeachment de Rousseff em 2016 e à ascensão de Michel Temer, que priorizou uma agenda econômica de austeridade fiscal e ampliação da participação do setor privado em investimentos em infraestrutura e energia. O setor nuclear brasileiro foi impactado pelos desdobramentos da Fase Radioatividade da Operação Lava Jato, que revelou esquemas de corrupção na Eletronuclear, resultando na paralisação das obras de Angra 3 e na prisão do almirante Othon Pinheiro. Apesar disso, em 2017, o Brasil teve um papel protagonista na aprovação do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN).

³⁵⁶ CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, jul./dez. 2014.

Na gestão Bolsonaro, embora figuras influentes como os deputados Eduardo Bolsonaro e Luís Felipe de Orleans e Bragança tenham tentado atrasar e impedir a ratificação do tratado,³⁵⁷ a atuação diplomática do Brasil nesse campo não apresentou mudanças significativas. Guimarães e Da Silva (2022) argumentam que a influência da Marinha do Brasil, a participação do país na Coalizão da Nova Agenda e a tradição grociana da diplomacia brasileira, segundo Lafer (2018), seriam fatores explicativos para a continuidade da atuação diplomática do país em questões nucleares.

Na Argentina, a partir do segundo mandato de Cristina Kirchner, começaram a surgir indícios de esgotamento do modelo neodesenvolvimentista, com uma retração evidente para um padrão neoestrativista, dependente da exportação de commodities. Nesse contexto, a retração da liderança regional do Brasil durante o governo Dilma - que também passava por um período de reprimarização da economia -, somada à redução do financiamento via BNDES, diminuiu a integração produtiva e as trocas comerciais entre os dois países.³⁵⁸

Os produtos brasileiros foram gradualmente substituídos por chineses, e as severas crises de instabilidade econômica, marcadas pela escassez de dólares no mercado interno, aproximaram a Argentina cada vez mais de Pequim. Essa aproximação foi impulsionada principalmente por um acordo de swap cambial em moeda local, realizado com o Banco Popular da China, e pelo lançamento do *Plan de Acción Conjunta entre el Gobierno de la República Argentina y de la República Popular China* em 2012. Esses eventos evidenciaram a transição da China como o novo eixo central da Política Externa Argentina, em substituição ao Brasil.³⁵⁹ Na área nuclear, desde 2012, a China tem se tornado cada vez mais um aliado estratégico de Buenos Aires, com a assinatura de acordos de cooperação e de construção de usinas, como a de Atucha III.³⁶⁰

Apesar do esfriamento da relação com o Brasil, a execução de projetos conjuntos na área nuclear foi mantida. Michel Temer e Mauricio Macri emitiram uma declaração conjunta na ocasião do 25º aniversário da ABACC, reforçando a importância da agência para construção de um

³⁵⁷ SPEKTOR, Matias; KASSENOVA, Togzhan; FLORENTINO, Lucas Perez. Brazil's Nuclear Posture Under Bolsonaro. *Arms Control Today*, setembro 2019. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2019-09/features/brazils-nuclear-posture-under-bolsonaro>. Acesso em: 26 mar. 2025.

³⁵⁸ BUSSO, ACTIS e NOVELLO, 2017.

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ AFP. Argentina e China assinam contrato para construir usina nuclear. *UOL Notícias*, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/02/01/argentina-e-china-assinam-contrato-para-construir-usina-nuclear.htm>. Acesso em: 26 fev. 2025.

relacionamento transparente e cooperativo entre os dois países, reafirmaram seu compromisso com a construção do RBM e do RA-10 e com a defesa da não proliferação e do desarmamento nuclear.³⁶¹ No entanto, em relação ao TPAN, os dois países optaram por caminhos opostos. A Argentina não assinou e nem ratificou o tratado, e se absteve repetidamente na votação da resolução anual que incentiva outros Estados a assinarem o instrumento, argumentando preocupações com a possível duplicação ou formação de um regime paralelo ao TNP, já consolidado e amplamente aceito.³⁶²

A política de alinhamento do governo Macri com Washington explica o afastamento da Argentina em relação ao TPAN, uma vez que os Estados Unidos foram fortemente contrários ao tratado, a ponto de não participarem sequer das reuniões de discussão. As demais potências nucleares também não participaram.³⁶³

Ao contrário do Brasil, a Política Externa Argentina é frequentemente caracterizada como instável, devido à sua maior suscetibilidade a mudanças a cada troca de governo. No entanto, Lorenzini e Doval (2023) argumentam que, à medida que a democracia se consolidou no país, houve uma redução nas variações da PEA, que passou a operar dentro de limites mais estreitos do que é amplamente reconhecido. Desde a redemocratização, três eixos teriam guiado a atuação externa da Argentina: a defesa da democracia e dos direitos humanos, a normalização e pacificação das relações com os países vizinhos, e a participação ativa em fóruns multilaterais. Apesar dos desafios a essa interpretação, que os impactos do governo de Javier Milei podem representar, há uma linha de ação que, até agora, manteve um grande grau de continuidade: a postura argentina frente ao regime de não proliferação e, em um espectro mais amplo, as ambições e objetivos do país em relação à questão nuclear, ainda que cada governo tenha tido diferentes interpretações sobre como atingi-los.

³⁶¹ EFE. Macri e Temer celebram 25 anos de agência de controle de materiais nucleares. UOL Notícias, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/07/19/macri-e-temer-celebram-25-anos-de-agencia-de-controle-de-materiais-nucleares.htm>. Acesso em: 26 fev. 2025.

³⁶² ICAN. Nuclear-weapon-free state: Argentina. [S. l.], [2023?]. Disponível em: <https://www.icanw.org/argentina>. Acesso em: 26 fev. 2025.

³⁶³ PACHECO, 2022.

5 CONCLUSÃO

A busca pelo desenvolvimento de capacidades nucleares por Brasil e Argentina, a partir da década de 1940, gerou a necessidade de defender seus interesses nessa área no plano externo. Isso porque, desde o ataque nuclear americano contra o Japão, as grandes potências tentaram frear o avanço tecnológico nesse setor nos demais países. No caso brasileiro e argentino, a pressão intensificou-se ainda mais após a instauração de regimes autoritários em ambos os países entre as décadas de 1960 e 1970.

As barreiras impostas, no entanto, não foram suficientes para conter o desejo das elites políticas do Brasil e da Argentina, que, ao longo do século XX, convenceram-se da necessidade de dominar as tecnologias relacionadas ao uso energético do átomo como forma de garantir o desenvolvimento e a soberania nacional. O relacionamento bilateral, historicamente marcado pela rivalidade, transitou, nesse momento, de uma postura crítica ao nascente regime de não proliferação - visto como discriminatório - para a construção de confiança mútua, primeiro em nível regional e, posteriormente, no plano internacional.

O processo de abertura política nos dois países e a construção de uma cooperação bilateral, possibilitada pela superação da rivalidade, estabeleceram as bases das estratégias de diplomacia nuclear do Brasil e da Argentina a partir dos anos 1980, com foco na construção de confiança e na integração produtiva. Essas estratégias passaram por modificações nas décadas de 1990 e 2000.

Durante a década de 1990, a questão central que orientou cada estratégia foi a busca por credibilidade, visando garantir a aceitação e a legitimidade dos dois países na comunidade internacional. Isso foi alcançado por meio da adesão a instrumentos de controle anteriormente rejeitados e da ampliação dos mecanismos de transparência. Nesse contexto, destacam-se a criação da ABACC, a assinatura do Acordo Quadripartite, a adesão plena ao Tratado de Tlatelolco e ao Tratado de Não Proliferação Nuclear.

A diplomacia nuclear, nesse momento, serviu como ferramenta para uma estratégia de inserção internacional que priorizou a integração econômica com o Norte Global. Em ambos os países essa linha de ação foi impulsionada pela crença das lideranças políticas nos ideais

neoliberais, os quais, na esfera regional, privilegiaram uma lógica economicista, distinta da integração produtiva idealizada durante as gestões de Sarney e Alfonsín.

As particularidades sociais e as ambições de cada país levaram a diferentes formas de responder à necessidade percebida localmente de se integrar comercialmente a um mundo globalizado. Essas diferenças influenciaram não apenas a forma como os dois países se perceberam, mas também como se relacionaram, afetando e sendo afetados mutuamente pelas decisões de política externa um do outro.

Apesar dos altos e baixos no relacionamento bilateral nesse período, a cooperação nuclear no âmbito político-diplomático apresentou avanços significativos, que não foram acompanhados no plano técnico-científico. Nesse contexto, as transformações sociais internas e a evolução de um processo de integração que buscava ir além de uma lógica de mercado, no início do novo século, proporcionaram uma atualização nas estratégias de diplomacia nuclear dos dois países e ampliaram a troca de conhecimento científico na área, ainda que com limitações.

A insatisfação com os resultados do modelo neoliberal fortaleceu grupos políticos críticos ao processo de abertura econômica, alinhados a uma visão nacionalista. Esses grupos viam as políticas conduzidas nos anos 1990 de forma negativa. Para eles, a política externa de Menem na Argentina e de Collor e Cardoso, no Brasil, relegou seus países a um papel subordinado às grandes potências, situação que deveria ser corrigida com a busca por autonomia. Essa busca tornou-se um objetivo comum entre os países da região, especialmente após a eleição de Chávez na Venezuela.

As novas elites políticas buscaram resgatar o papel do Estado como agente de inclusão e promotor do desenvolvimento, redefinindo o modelo de inserção internacional de ambos os países. No entanto, cada nação definiu sua estratégia de reinserção a partir de suas particularidades, partindo de problemas e vantagens distintas.

No Brasil, com uma situação política mais estável e condições econômicas mais favoráveis, o governo Lula deu novo fôlego à busca brasileira por status internacional, buscando consolidar o papel do país como potência regional e global. No plano externo, reproduziu o modelo interno de pactuação e negociação, caracterizado pela formação de alianças pragmáticas. Essa estratégia evitava a confrontação direta com o centro capitalista internacional, ao mesmo tempo em que adotava uma postura revisionista, questionando as estruturas globais de poder.

Na Argentina, a gestão de Néstor e Cristina Kirchner oscilou entre posturas de negociação e confrontação, adaptando-se a diferentes contextos e estratégias de governabilidade. Inicialmente, priorizou a renegociação da dívida externa e, após 2005, investiu em uma postura mais autonomista, com o objetivo de reconstruir a dignidade nacional e não relegar o país a um papel inferior em relação ao Brasil na região.

O domínio da tecnologia nuclear, que nesse momento voltou a ser visto como estratégico em vários países, assumiu um papel fundamental na estratégia de reinserção internacional do Brasil e da Argentina. Além de questões como abastecimento e renovação da matriz energética, o investimento nessa área foi considerado, nesses países, capaz de contribuir para a solução de problemas econômicos, estimular a retomada do crescimento por meio do fortalecimento do setor industrial, superar o atraso tecnológico e, especialmente no caso brasileiro, conferir status internacional.

Nesse cenário, a diplomacia mostrou-se uma ferramenta estratégica essencial, tanto para defender e criar condições que atendessem aos interesses de ambos os países nessa área quanto para assegurar a credibilidade do Brasil e da Argentina como atores responsáveis e defensores da não proliferação nuclear.

Essa movimentação resultou em uma mudança na estratégia de diplomacia nuclear de ambos os países. Apesar de manterem as bases da busca por credibilidade e da defesa do regime de não proliferação, as motivações apresentaram algumas diferenças em comparação com a atuação na década de 1990.

A estratégia da Argentina, impulsionada por interesses comerciais, manteve a defesa do regime de não proliferação e do desarmamento, buscando garantir condições favoráveis ao desenvolvimento tecnológico interno e preservar a credibilidade de seu programa nuclear. O objetivo era consolidar o papel do país como fornecedor de materiais e tecnologias nucleares no mercado internacional. O setor nuclear teria um papel crucial na expansão industrial e na recuperação do crescimento econômico. Por isso, e pelas características do programa nuclear argentino, a resistência à adesão ao Protocolo Adicional de Salvaguardas da AIEA foi menor do que no Brasil, apesar das críticas do governo ao caráter desigual do regime. No entanto, a interdependência com o país vizinho nessa questão levou o governo argentino a optar por não assinar o protocolo de forma unilateral.

No Brasil, a questão vai além dos interesses comerciais. O domínio do ciclo do combustível nuclear e o desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear foram institucionalizados como questões de defesa nacional na Estratégia Nacional de Defesa, além de representarem ambições históricas dos militares brasileiros. O status proporcionado pelo desenvolvimento dessas capacidades reforçaria o papel do país como potência, que seria plenamente consolidado com a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Nesse cenário, a estratégia de diplomacia nuclear brasileira concentrou-se em ampliar a atuação do país nos fóruns internacionais de discussão sobre desarmamento e não proliferação, buscando oportunidades para desenvolver regras, procedimentos e normas que atendessem aos interesses nacionais, ao mesmo tempo em que consolidavam o Brasil como um ator relevante nas questões de segurança internacional.³⁶⁴

Identificamos uma divisão dentro do governo brasileiro sobre a postura que o país deveria adotar diante das pressões pela assinatura do Protocolo Adicional da AIEA. No Ministério das Relações Exteriores, houve uma oscilação entre a defesa e a rejeição ao instrumento de salvaguardas. No entanto, durante as discussões finais, atores importantes indicaram apoio à adesão, enquanto o Ministério da Defesa, principalmente com a atuação de Nelson Jobim, ganhou cada vez mais protagonismo e influência contra a assinatura. A rejeição ao PA foi consolidada com a publicação da END, em 2008, que definiu uma posição mais firme do Brasil em relação à adesão a novos instrumentos, condicionando-a para avanços concretos das potências nucleares em seu desarmamento.

No âmbito da cooperação bilateral entre Brasil e Argentina no setor nuclear, a partir de 2003, houve uma ampliação da parceria técnico-científica e empresarial, com a assinatura de instrumentos conjuntos e o início novos de projetos. No entanto, a resistência de setores brasileiros, especialmente da Marinha, em aprofundar o processo de cooperação, somada às diferenças tecnológicas entre os países, limitou o alcance dessas iniciativas.

Na área político-diplomática, observou-se maior coordenação entre os dois países, impulsionada pela afinidade e objetivos comuns entre os governos e pela necessidade de definir

³⁶⁴ VERA, María Nevia. La política nuclear argentina y la cooperación estratégica con Brasil en el siglo XXI. Revista Intellector-ISSN 1807-1260-CENEGRI, v. 11, n. 21, p. 01-14, 2014.

posicionamentos conjuntos - especialmente em relação ao Protocolo Adicional da AIEA - diante da maior participação em fóruns multilaterais sobre não proliferação e desarmamento.

De modo geral, no âmbito do relacionamento bilateral, a diplomacia nuclear permitiu estabelecer condições para mitigar rivalidades históricas e estabilizar a relação entre os dois países por meio da construção de confiança mútua. Nesse contexto, a criação da ABACC foi um marco, viabilizando o intercâmbio de informações e a verificação conjunta dos programas nucleares de ambas as nações.

Essa estabilização contribuiu para a promoção da paz na América do Sul e impulsionou o processo de integração regional. Destaca-se, nesse âmbito, a implementação de um sistema comum de controle e contabilidade de materiais nucleares, que reforça a autonomia dos países na gestão de seus programas atômicos e serve de exemplo para outras regiões, demonstrando que é possível superar rivalidades e construir um ambiente regional mais pacífico.

No cenário global, a ampliação da transparência, o compromisso com o uso pacífico da tecnologia nuclear e a defesa do desarmamento conferiram credibilidade e legitimidade a ambas as nações, consolidando-as como atores internacionais responsáveis em questões de não proliferação. Além disso, a participação ativa nos espaços de governança global possibilitou que Brasil e Argentina influenciassem a reformulação de normas e procedimentos internacionais que regem a segurança nuclear, defendendo também seus interesses de desenvolvimento interno.

A partir dos anos 2000, a substituição dos grupos políticos defensores dos ideais neoliberais por grupos neodesenvolvimentistas e autonomistas incentivou tanto o desenvolvimento interno do setor nuclear quanto o aumento da cooperação técnico-científica e político-diplomática. Contudo, as divergências nas prioridades e ambições internas – com uma nação focada no comércio e a outra priorizando a defesa e a busca por status internacional – limitaram a formação de uma aliança robusta e a consolidação de uma estratégia conjunta abrangente para influenciar a agenda internacional nesse campo.

A diplomacia brasileira enfrenta um dilema: projetar-se como liderança em questões de segurança internacional, especialmente no setor nuclear, ao mesmo tempo em que se recusa a aderir ao Protocolo Adicional - um dos acordos mais importantes do regime de não proliferação - tende a se tornar, no longo prazo, um desafio cada vez maior. À medida que a adesão ao Protocolo

crece globalmente, surge a questão: por quanto tempo a comunidade internacional aceitará que o Brasil continue a desenvolver capacidades nucleares sem aderir ao instrumento, justificando-se pela defesa de interesses industriais?

Conforme o desenvolvimento de tecnologias nucleares por países considerados perigosos pelo bloco ocidental, como o Irã, avança as preocupações com um controle mais rígido sobre o acesso tecnológico, as iniciativas de bloqueio e as cobranças por comprometimento com o regime de não proliferação podem atingir um ponto em que a posição atual do Brasil se torne insustentável.

Por outro lado, os desdobramentos do conflito na Ucrânia e a postura agressiva dos Estados Unidos sob Donald Trump - inclusive em relação a países historicamente aliados -, somados à sua atuação deliberada para enfraquecer organismos multilaterais, têm alimentado preocupações crescentes com segurança e defesa em todo o globo. Esse cenário pode levar países a confiar mais no desenvolvimento de capacidades bélicas do que no direito internacional, o que tende a enfraquecer ainda mais o regime de não proliferação como um todo. Em um ambiente de maior instabilidade e de aumento da percepção de vulnerabilidade internacional, importantes atores políticos no Brasil poderiam reconsiderar seus interesses estratégicos e avaliar, com mais cautela, qual caminho o país pretende seguir.

Assim como o Brasil ainda tem um dilema a resolver em relação ao Protocolo Adicional, a Argentina também o tem. Até quando será possível não se comprometer? Em algum momento ela estará disposta a aderir sem o Brasil? Não há como negar, no entanto, que apesar das críticas internacionais a postura de ambos os países, desde 1980, consolidou o papel tanto do Brasil quanto da Argentina como importantes e fiéis defensores da não proliferação nuclear e do desarmamento. Seria justo, portanto, que as potências nucleares dessem o próximo passo, cumprindo o que foi acordado no artigo VI do TNP, antes de aumentarem a pressão pela adesão de mais um compromisso a esses países. Algo que, no entanto, não parece provável a longo prazo e menos ainda em um futuro próximo.

Embora países que optaram por não desenvolver arsenais nucleares tendam a enfrentar limitações em sua atuação internacional, Brasil e Argentina escolheram o caminho pacífico, sem, contudo, abrir mão da tecnologia nuclear para fins civis, buscando superar as restrições associadas ao uso militar. Essa decisão resultou de um processo de conciliação entre diferentes concepções e autoimagens nacionais em disputa, influenciado por grupos preocupados com a distribuição

desigual de poder e o papel de seus países no cenário internacional. Desse processo mais amplo, nasceram as estratégias de diplomacia nuclear adotadas por Brasil e Argentina no começo do século XXI.

As dinâmicas de poder internas influenciaram diretamente a formulação das estratégias de inserção internacional de ambos os países, e a diplomacia nuclear foi uma ferramenta essencial para enfrentar as restrições externas e alcançar os resultados desejados. As ações tomadas nesse contexto, em conjunto com a cooperação bilateral em outras áreas, contribuíram significativamente para fortalecer os dois países, tanto local quanto globalmente, consolidando-os como líderes regionais, capazes de articular e defender seus interesses frente aos grandes blocos internacionais e potências globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABACC. **Declaração Conjunta: 15º Aniversário da ABACC**. Disponível em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Conjunta-15%C2%BA-anivers%C3%A1rio-da-ABACC-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- ABEN. Carta do presidente da ABEN a um deputado desconhecido. 11 fev. 1993. Cópia no acervo do Ministério das Relações Exteriores, pasta ABACC, n.º 41.
- AFP. Argentina e China assinam contrato para construir usina nuclear. **UOL Notícias**, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/02/01/argentina-e-china-assinam-contrato-para-construir-usina-nuclear.htm>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- AGÊNCIA ESTADO. Brasil e Argentina vão criar empresa binacional nuclear. **Diário do Nordeste**, 24 ago. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/brasil-e-argentina-vao-criar-empresa-binacional-nuclear-1.937406>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- ALLES, Delphine, et al (2018). “Interviews in International Relations”. Guillaume Devin (Ed.). **Resources and Applied Methods in International Relations**. Basingstoke: Palgrave, pp. 109- 122.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e as crises financeiras internacionais. 1929-2001, **Cena Internacional**, Ano 3, Nº 2, dezembro 2001 apud CORTÉS, 2003.
- ANDERSON, P. **Brasil à parte (1964-2019)**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- APPLEGARTH, Claire. Brazil Permits Greater IAEA Inspection. 2004. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2004-11/brazil-permits-greater-iaea-inspection>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- ARGENTINA. Intervención del Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la República Argentina, S. E. D. Jorge Taiana em la Conferencia De Las Partes De 2010 Encargada Del Examen Del Tratado De No Proliferación De Las Armas Nucleares. Nova York, 5 de maio de 2010. Disponível

em: https://www.un.org/en/conf/npt/2010/statements/pdf/argentina_es.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

ARGENTINA. Statement by the Deputy Minister of Foreign Affairs of Argentina, Ambassador Jorge Taiana. 2005 Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. Disponível em: <https://www.un.org/en/conf/npt/2005/statements/npt02argentinae.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

AZAMBUJA, Marcos. Conjuntura Internacional: Centros Mundiais de Poder. Conferência proferida durante o Curso de Altos Estudos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 23 e 24 de maio de 1991 apud VARGAS, 1997.

BANDEIRA, L. A. M. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao MERCOSUL)**. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BBC NEWS. Brasil deve dominar tecnologia da bomba atômica, diz Ministro, [s.d.]. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/forum/story/2003/12/printable/030000_janeirorobertoamaral. Acesso em: 20 jan. 2025.

BOLOGNA, Alfredo B. y BUSSO, Anabella. “La política exterior a partir del Gobierno de Menem: una presentación”. In: **La política exterior del gobierno de Menem: seguimiento y reflexiones al promediar su mandato**, CERIR, Rosario, 1994.

BAXTER, Pamela; SUSAN, Jack . “Qualitative Case Study Methodology: StudyDesign and Implementation for Novice Researchers.” **The Qualitative Report**, v. 13, n. 4: 544-559, 2008.

BERGER, Roni. "Now I see it, now I don't: researcher's position and reflexivity in qualitative research". **Qualitative Research** v. 13, n. 2, p. 1-16, 2013.

BRIEGER, Pedro. **La política exterior en la era Kirchner. Texto apresentado no seminário "Política externas dos governos progressistas do Cone Sul: convergências e desafios"**. Organizado pela Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 29-30 de setembro 2009.

BRASIL. Ata da reunião do Comitê Permanente Argentino-Brasileiro de Política Nuclear realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2005, no Rio de Janeiro. Pasta "Assuntos Nucleares (AIEA) 1.11 - Seminários AIEA 2004/2005", Etiqueta 207. Acervo do Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo n.º 221, de 11 de dezembro de 1991: Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Art. I, item 3. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1991/decretolegislativo-221-11-dezembro-1991-358246-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

BRASIL. Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da abertura do debate geral da XLV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. 24 de set. 1990 - Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/88.pdf/view> Acesso em: 21 de julho de 2024.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Mensagem n.º 1055/DAI/SPEAI de 17 jun. 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ata da reunião entre Argentina, Brasil, ABACC e AIEA, realizada em 27 de outubro de 1993. 1 dez. 1993. Documento interno. Pasta ABACC, n.º 41.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MSG OF 10035A, de Delbrasonu para Exteriores, secreto, de 02 de outubro de 1995. 1\LFL mre1 1995.09.26, p. 64-66. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&hf=www18.fgv.br&pagfis=17564. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fax (00541). De José Bustani para Enrique de la Torre, 11 nov. 1993.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação para o Presidente da República nº 00120, de 23 set. 2002, Confidencial.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação para o Presidente da República, G/22, 11 de janeiro de 1995. 1\LFL mre1 1995.01.24 (8). Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=11987. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação para o senhor Ministro de Estado SRC/AASC. 24 jun. 1993.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Maço de apoio à visita a Brasília do Presidente da República Argentina Doutor Carlos Saúl Menem ao Brasil, 14 e 15 de outubro de 1999. Confidencial. 1\LFL mre1 1995.01.19/1 (3), p. 428-429. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&Pesq=NASA&id=4633804529033&pagfis=11740. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Maço de apoio à visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América ao Brasil, 1 a 3 de março de 1996. Capítulo 7, p. 43. 1\LFL mre1 1995.01.10/1 (1). Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=9977. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Mensagem nº 01040, de 10 de outubro de 2005. De Brasemb Buenos Aires para SERE. Reservado.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MSG OF 002383C, de Brasemb Washington para Exteriores, confidencial, 23 de fevereiro de 1996. 1\LFL mre1 1995.01.10/1 (1). Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=9843. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MSG OF 00994A de Exteriores/DPTS para Brasemb Buenos Aires, Confidencial. 15 ago. 1993.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. OF 00544Z, Confidencial. [s.d]. Pasta nº 2, etiqueta 45. Comissão Preparatória/Expedientes (CTBTO PrepCom - Testes Nucleares), 1999-2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatório sobre a presidência do Brasil na Conferência do Desarmamento. Arquivo: Rubens Barbosa/CPDOC/FGV. Classificação: RBA MPC W, 17 mar. 2000. CPDOC/FGV. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RBA_MPC_W&pesq=AIEA&hf=www18.fgv.br&pagfis=19976. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. SERE para Brasemb Viena. 30 maio 2005. [S.n.], Reservado. Acervo do MRE, pasta 8.8 NSG - Reunião Plenária, 8.8.10. Reunião Plenária Oslo 2004/2005, etiqueta 33.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsídios para 1ª reunião do Mecanismo de Consulta Política Brasil-EUA – Encontro do Senhor SGAP com o Sr. Thomas Pickering. Arquivo: Rubens Barbosa/CPDOC/FGV. Classificação: RBA MPC W, 17 mar. 2000. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RBA_MPC_W&pesq=AIEA&hf=www18.fgv.br&pagfis=19980. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. TEL 01501 de BRASEMB Buenos Aires. Secreto. 2 set. 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. TEL 0600 de SERE para BRASEMB Viena. Confidencial. 21 ago. 2000.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. TEL 1523, de 9 ago. 2007, de Brasemb Buenos Aires.

BRASIL. **Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro, 1958.

Disponível

em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5291773/mod_resource/content/1/Plano%20de%20Metas.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Aviso n.º 678/93-GAB/SAE/PR. Brasília, 19 ago. 1993. Cópia consultada no acervo do Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. A adesão da Argentina ao RCTM: algumas condicionantes e reflexos para o Brasil. Brasília: Arquivo Nacional, 1993. Relatório confidencial. Disponível em: <https://www.acervonacional.gov.br>. Termo de referência: br_dfanbsb_h4_mic_gnc_dit_940076569_d0001de0001. Acesso em: 10 set. 2024.

BUSSO, Anabella. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013): Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**, v. 177, p. 9-33, 2014.

BUSSO, Anabella; ACTIS, Esteban; NOVELLO, María Rocío. La geometría de la Política Exterior Argentina (1989-2015) Fin del diseño triangular e irrupción de un nuevo vértice: las relações com Estados Unidos, Brasil y China. In: ACTIS, Esteban ... [et al.]; BUSSO, Anabella (Coord.). **Modelos de desarrollo e inserción internacional: aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización: 1983-2011, actores y temas de agenda. T. 2. Rosario: UNR Editora, 2017.**

CANDEAS, Alessandro. A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG, 2010.

CARASALES, Julio C. The so-called proliferator that wasn't: the story of Argentina's nuclear policy. **The Nonproliferation Review**, v. 6, n. 3, p. 1-14, Fall 1999.

CASTRO, R. M. **Reinterpretando a Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina: as Diversas Nuances e Perspectivas deste Relacionamento no Contexto Mundial**. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4a ed. Brasília: UNB, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, jul./dez. 2014.

CLUNAN, A. L. **The Social Construction of Russia's Resurgence: Aspirations, Identity, and Security Interests**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

COLACRAI, Miryam Olga. Las relaciones de la Argentina y Brasil durante los noventa: temas de defensa y seguridad. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Apud WINAND, 2017.

COLACRAI, Mirian. Perspectivas teóricas, relaciones internacionales y política exterior en Argentina: devenir y situación actual. **Estudios Internacionales**, n. 194, p. 113-130, 2019.

CORTÉS, María Julieta. **Brasil en la Política Exterior Argentina de los 90**. 2003.

Documento apresentado no I Encuentro del Centro de Reflexión en Política Internacional (CERPI), Buenos Aires, 30 de outubro de 2003.

COSTA, Ana Clara. O reino e o poder de Celso Amorim. **Revista Piauí**, edição 206, nov. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-reino-e-o-poder-de-celso-amorim/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

COSTA FILHO, C. R. Pio da. Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais. **Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, 1995.

COSTA, R. S. DA; FERREIRA, P. R. O desenvolvimento regional na estratégia da política externa do governo Lula para a integração da América do Sul. **Desenvolvimento em questão**, v. 11, n. 24, p. 43–73, 2013.

COUTO, L. F. **Política externa brasileira para a América do Sul: As diferenças entre Cardoso e Lula**. Civitas, v. 1, n. 1, p. 23–44, 2010.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: FUNAG, 2017.

DIEZ, Eduardo. Cooperación nuclear y espacial. El caso argentino-brasileño: de la competencia a la colaboración. **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, n. 2, 2016.

EFE. Macri e Temer celebram 25 anos de agência de controle de materiais nucleares. **UOL Notícias**, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/07/19/macri-e-temer-celebram-25-anos-de-agencia-de-controle-de-materiais-nucleares.htm>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ESTADÃO. José Alencar defende que Brasil tenha bomba atômica. 24 set. 2009. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jose-alencar-defende-que-brasil-tenha-bomba-atomica,440556>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FLEMES, D. Brazil's Nuclear Policy From Technological Dependence to Civil Nuclear Power. **GIGA Working Papers**, v. 23, 2006.

FILHO, J. R. M. O projeto do submarino nuclear brasileiro. **Contexto internacional**, v. 33, n. 2, p. 277–314, 2011.

FOLHA DE LONDRINA. Clinton cita exemplo de Brasil e Argentina. 18 maio 1998. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/mundo/clinton-cita-exemplo-de-brasil-e-argentina-76544.html?d=1>. Acesso em: 7 mar. 2025.

- FOLHA DE S. PAULO.** Ministro Amaral defende programa nuclear brasileiro, mas sem bomba. 01 out. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0110200302.htm>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- FUKUYAMA, F. **The End of History and the Last Man**. New York: The Free Press, 1992.
- GOLDEMBERG, José; ALVIM, Carlos Feu; MAFRA, Olga Y. The Denuclearization of Brazil and Argentina. **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, 2018.
- GONÇALVES, Odair Dias. Depoimento concedido a Matias Spektor, Tatiana Coutto e Lucas Nascimento em sessão realizada no Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 2010. In: PATTI, Carlo (Org.). **O programa nuclear brasileiro: uma história oral**. 1ª ed. digital. 2014.
- GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Depoimento concedido a Marly Motta, Tatiana Coutto e Lucas Nascimento em sessão realizada no Rio de Janeiro no dia 08 de fevereiro de 2010. In: PATTI, Carlo (Org.). **O Programa Nuclear Brasileiro: Uma História Oral**. 1ª Edição Digital. 2014.
- GUIMARÃES, Victoria Viana Souza; SILVA, Lucas Peixoto Pinheiro da. Politicization, Foreign Policy and Nuclear Diplomacy: Brazil in the Global Nuclear Non-Proliferation Regime after the NPT. **Revista Conjuntura Austral**, v. 13, n. 62, p. 54, 2022.
- HERZ, Mônica; DAWOOD, Layla; LAGE, Victor Coutinho. A Nuclear Submarine in the South Atlantic: The Framing of Threats and Deterrence. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, v. 39, n. 2, p. 1-20, 2017.
- HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 38, n. 1, 1995.
- HURREL, 2010 apud SOARES, Samuel Alves; MILANI, Livia Peres. Kirchnerismo e Lulismo na construção de uma identidade em Defesa e Segurança Internacional entre Argentina e Brasil. **Relações Internacionais**, julho 2016.
- HURTADO, Diego. Cultura tecnológico-política sectorial en el contexto semiperiférico: el desarrollo nuclear en la Argentina (1945-1994). **Revista CTS**, v. 7, n. 21, 2012.

HURTADO, Diego. **El sueño de la Argentina atómica: Política, tecnología nuclear y desarrollo nacional. 1945-2006**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2014.

HURTADO DE MENDOZA, Diego Fabian; La construcción de la Argentina como país proliferador; Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Económicas. *Plan Fénix; oces en el Fénix*, n. 4, p. 119-125, 2013.

IAEA. **Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica**. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1957/06/14300/06350656.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

IAEA. **INFCIRC/254/Rev.10/Part 1a**. Vienna: IAEA, 26 July 2011. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/documents/infcircs/1978/infcirc254r12p1.pdf>. Acesso em 29 jan. 2025.

IAEA. **The Nuclear Suppliers Group: Its Guidelines, Origins, Structure, and Role**. INFCIRC/539/Rev.8, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nuclearsuppliersgroup.org/images/Files%20and%20Documents/Documents/Publications/infcirc539r8.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ICAN. Nuclear-weapon-free state: Argentina. [S. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.icanw.org/argentina>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ITO, Kenji; RENTETZI, Maria. The co-production of nuclear science and diplomacy: towards a transnational understanding of nuclear things. **History and Technology**, v. 37, n. 1, p. 4-20, 2021.

JANUÁRIO, Luiza Elena. **Compassos e descompassos nucleares: as estratégias de Argentina e Brasil frente à ordem nuclear global e para o relacionamento bilateral (1985-1991)**. 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Noites tropicais: o Brasil e a nova era da não proliferação e do desarmamento nucleares (2003-2010). **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, p. 43-57, 2012.

JONAS, David S.; CARLSON, John; GOOREVICH, Richard S. The NSG decision on sensitive nuclear transfers: ABACC and the additional protocol. **Arms Control Today**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2012-11/nsg-decision-sensitive-nuclear-transfers-abacc-and-additional-protocol>. Acesso em: 29 jan. 2025.

JOSEPHSON, P.; KLANOVICZ, J. Big Science e Tecnologia no século XX. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 27, p. 149, 2018.

KASSENOVA, Togzhan. Brazil, Argentina, and the Politics of Global Nonproliferation and Nuclear Safeguards. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2016. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2016/11/brazil-argentina-and-the-politics-of-global-nonproliferation-and-nuclear-safeguards?lang=en>. Acesso em: 03 jan. 2025.

LANACIÓN. Acuerdo con EE.UU. para contener a Irán, 11 de febrero de 2007. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/acuerdo-con-eeuu-para-contener-a-iran-nid882713/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LEDESMA, Luciana Soledad. **La posición histórica de Argentina frente al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP) y su cambio en los 90s**. 2007. Trabajo de Disertación Final (Maestría em Relações e Negociações Internacionais) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Argentina), Universidad de San Andrés en cooperación con la Universidad de Barcelona, Buenos Aires, 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de. Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. In: **ATLAS histórico do Brasil**. Fundação Getulio Vargas, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5722>. Acesso em: 26 jul. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. In: **As Políticas Exteriores da Argentina e do Brasil frente a um mundo em transição: Diversidade, Convergência e Complementaridade**. Seminário ocorrido no Palácio San Martin, Buenos Aires, 3 a 5 de setembro de 1993. Caderno do IPRI, n. 11, p. 71-82.

LIMA, Maria Regina Soares de. **The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu**. Brasília: FUNAG, 2013.

LORENZINI, María Elena; PEREYRA DOVAL, Gisela. Cuarenta años de política exterior en democracia: la integración regional como política de Estado. **Revista Temas y Debates**, v. 27, p. 113-123, 2023.

LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira dos; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, 2011.

MACDONALD, Matt. Constructivisms. In: **Security Studies: An Introduction**. Editor: Paul D. Williams. London and New York: Routledge, pp. 63-76, 2008.

MACFARLANE, Bruce (2009). **Researching with integrity. The ethics of academic inquiry**. NY and London: Routledge.

MAÎTRE, Emmanuelle. Nuclear Diplomacy: a niche diplomacy for middle powers. **Frstrategie**, n. 8/2018.

MALACALZA, Barnabé. A look inside an emerging nuclear supplier. Advocacy coalitions and change in Argentine foreign nuclear policy. **Third World Quarterly**, v. 38, n. 10, p. 2295-2311, 2017.

MALLEA, Rodrigo. Claves históricas de la identidad nuclear argentino-brasileña. **Defensa Nacional**, n. 3, p. 105-120, 2019.

MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; NEDAL Dani. Testemunhas da aproximação nuclear: momentos críticos. IN: MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicolas J. (edt.). **Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Brasil e Argentina**. Woodrow Wilson Center for Scholars; FGV, 2012.

MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas J. (Eds.). **Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

MARIANO, K. L. P. O regionalismo e a política externa brasileira: a experiência do MERCOSUL. **Perspectivas**, v. 50, p. 47–86, dez. 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo; SANTOS, Theotonio dos. Ciência e Tecnologia. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/es-ciencia-y-tecnologia>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MERKE, Mario Federico. Argentina in a Changing Nuclear Order: An Appraisal. In: DALTON, Toby; KASSENOVA, Toghzan; WILLIAMS, Lauryn. **Perspectives on the Evolving Nuclear Order**. Washington, Estados Unidos: Carnegie Endowment for International Peace, 2016. p. 15-22.

MONTI, Jorge (1997). “Malestar en Brasil y aclaración de Di Tella por la UN”, **Diario La Nación**, 19/08/1997 apud BUSSO, Anabella; ACTIS, Esteban; NOVELLO, María Rocío, 2017.

MOURA, Carmen Lidia Richter Ribeiro. **O Brasil e o fortalecimento do sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica: do acordo quadripartite ao protocolo adicional**. Tese (Altos Estudos) – Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, Brasília, 2001.

MÜLLER, Harald; WUNDERLICH, Carmen. Nuclear Disarmament without the Nuclear-Weapon States: The Nuclear Weapon Ban Treaty. **Dædalus**, v. 149, n. 2, p. 171-189, 2020.

NBC News. OPPENHEIMER: The Decision to Drop the Bomb, 1965. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-JWxIVVeV98>. Acesso em: 7 mar. 2025.

NOLTE, Detlef. How to compare Regional Powers: Analytical Concepts and Research Topics. **Review of International Studies**, v. 36, p. 881-901, 2010.

NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina 1955-2010**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

ONUKEI, J. Brasil-Argentina: do conflito à cooperação. **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**, v. 1, p. 29-46, 2005. Apud WINAND, 2016.

PACHECO, João Marcos Ferreira. **A evolução da relação bilateral Brasil-Argentina na temática nuclear (2003-2018)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

- PAULUS, Trena; LESTER, Jessica N.; DEMPSTER, Paul G. **Transcribing Audio and Video Data. Digital Tools for Qualitative Research**. London: Sage, 2015.
- PATTI, Carlo. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 178-197, 2010.
- PATTI, Carlo. **Brazil in the Global Nuclear Order, 1945-2018**. Johns Hopkins University Press, 2021.
- PÉREZ, Virginia Ferres. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. **Proj. História**, São Paulo, n. 29, tomo 2, p. 661-672, dez. 2004.
- PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PINTO, Vania Carvalho. **Métodos de pesquisa em relações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.
- QUEIROZ, J. M. G. DE. ABACC: os primeiros 25 anos. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 45-64, 2016, p. 53.
- REUS-SMIT, Christian. Constructivism. In: **Theories of international relations**. Scott Burchil (et al.) - 3rd ed, pp. 188-211, 2005.
- RUBLEE, Maria Rost. The nuclear threshold states: challenges and opportunities posed by Brazil and Japan. **The Nonproliferation Review**, v. 17, 2010.
- RUSSELL, Roberto. Democratization and Its Qualitative Impact on Argentina Foreign Policy. **Serie Documentos de Trabajo**, n. 27, ISEN, Buenos Aires, 1998. Apud LEDESMA, 2007.
- SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**; São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.
- SANTOS, Tomé Sudário Gomes Ferraz dos. **A política nuclear brasileira até 1964**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SAUER, Tom. Nuclear inertia: US nuclear weapons policy after the Cold War. Londres: I.B. Tauris, 2005.

SCHULZ, Peter. Um charlatão encanta o presidente: a lição argentina. **Questão de Ciência**, 7 jun. 2019. Disponível

em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2019/06/07/charlatao-encanta-presidente-e-envergonha-pais-licao-argentina>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SCHVARZER, Jorge. **La industria que supimos conseguir**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2000.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, André Luiz Reis da; MALLMANN, Vinicius Henrique. Revisitando a adesão ao TNP: Brasil e Argentina diante da questão nuclear nos anos 1990. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 701-733, set./dez. 2019.

SILVA, Othon Luiz Pinheiro da. Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva revê sua trajetória no Memória Oral (PARTE 02) (42:50). Entrevista concedida ao canal Clube de Engenharia. 09 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m4Iwm72VvcQ&t=2477s>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Samuel Alves et al. La Cooperación Nuclear Argentino-Brasileña: Reticencias Brasileñas como limitadoras de una asociación estratégica ampliada. **Revista de Estudios en Seguridad Internacional**, v. 6, n. 1, p. 119-137, 2020.

SPEKTOR, M. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). Política externa, espaço e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014. p. 17-58.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 117-145, 2002.

SPEKTOR, Matias. **Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)**. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 2002b.

SPEKTOR, Matias. The evolution of Brazil's nuclear intentions. **The Nonproliferation Review**, v. 23, n. 5-6. Routledge, p. 635–652, 2016.

SPEKTOR, Matias. Without Reversal: Brazil as a Latent Nuclear State. In: **Nuclear Latency and Hedging: Concepts, History, and Issues**. Washington, DC: Wilson Center, 2019.

SPEKTOR, Matias; KASSENOVA, Togzhan; FLORENTINO, Lucas Perez. Brazil's Nuclear Posture Under Bolsonaro. **Arms Control Today**, set. 2019. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2019-09/features/brazils-nuclear-posture-under-bolsonaro>. Acesso em: 26 mar. 2025.

THIES, Cameron G. A Pragmatic Guide to Qualitative Historical Analysis in the Study of International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 3, p. 351–372, 2002.

TOMÉ, Luis. A 8.a Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação. In: **JANUS. Anuário de Relações Exteriores**. 2010. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_1_18.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

TORTORIELLO, Alexandre Mata. Brasil não pode ser comparado ao Irã, diz Powell. **BBC News**. 06 out. 2004. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/10/041006_powell3rg. Acesso em: 06 fev. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Cópia da carta do presidente Bill Clinton ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a necessidade de se concluírem as negociações sobre o Tratado para Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). 1\LFL mre1 1996.01.23 p.4. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV, 19 jan. 1996. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=17650. Acesso em: 16 set. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Energy. The Global Nuclear Energy Partnership: greater energy security in a cleaner, safer world. Disponível em: <https://www.energy.gov/articles/global-nuclear-energy-partnership-0>. Acesso em: 29 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. About the Proliferation Security Initiative. Bureau of International Security and Nonproliferation, [s.d.]. Disponível em: <https://www.state.gov/bureau-of-international-security-and-nonproliferation/proliferation-security-initiative#:~:text=About%20the%20Proliferation%20Security%20Initiative,state%20actors%20of%20proliferation%20concern>. Acesso em: 27 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 002303: Ambassador's Call on Defense Minister Viegas, 8 September 2004. Confidential, Brasília, 13 set. 2004. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2004/09/04BRASILIA2303.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000236: Argentina and Brazil to cooperate on uranium enrichment, reactor development, and in defense. Confidential. Buenos Aires, 26 fev. 2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08BUENOSAIRES236_a.html. Acesso em: 02 fev. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000964: Argentina Enthusiastic and Responsive on Non-Proliferation Issues in Meetings with White House Special Assistant. Confidential. Buenos Aires, 29 ago. 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BUENOSAIRES964_a.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 001888: Argentina to Expand Nuclear Power Sector, Restart Domestic Uranium Enrichment, and Sign NPT Additional Protocol. Buenos Aires: U.S. Embassy, 23 ago. 2006. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2006/08/06BUENOSAIRES1888.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 000402: U/S Burns and FM Taiana Discuss Regional Stability Issues. Confidential. Buenos Aires: U.S. Embassy, 1 mar. 2007. Disponível

em: <https://wikileaks.org/cable/2007/03/07BUENOSAIRES402.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 001888: Argentina to Expand Nuclear Power Sector, Restart Domestic Uranium Enrichment, and Sign NPT Additional Protocol. Confidential. Buenos Aires: U.S. Embassy, 23 ago. 2006. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2006/08/06BUENOSAIRES1888.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasília 000599: Nuclear non-proliferation: Brazil may soften on IAEA interview request, but additional protocol not likely. Confidential. Brasília: Embaixada dos Estados Unidos, 11 maio 2009. Disponível em: <https://wikileaks.org/cable/2009/05/09BRASILIA599.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasilia 000201: Key Brazilian Nuclear Official Discusses Possible Way Forward on IAEA Additional Protocol Issue. Brasília, 17 fev. 2009. Confidential, Section 01 of 02. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA201_a.html. Acesso em: 23 jan. 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Letter from Warren Christopher to Luiz Felipe Lampreia. [s.d.]. Acervo Luiz Felipe Lampreia/CPDOC/FGV. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ac_lfl_mre1&pagfis=9915. Acesso em: 21 set. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Rio de Janeiro 000295: No Technical Barriers to Additional Protocol, Brazil's Nuclear Regulator and State-Owned Companies Say. Unclas Section 01 Of 03. Rio de Janeiro, 22 out. 2008. Disponível em: https://www.wikileaks.org/plusd/cables/08RIODEJANEIRO295_a.html. Acesso em: 22 jan 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Brasilia 000599: Nuclear Non-Proliferation: Brazil May Soften on IAEA Interview Request, but Additional Protocol Not

- Likely. Brasília, 11 maio 2009. Confidencial, Section 01 Of 03. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA599_a.html. Acesso em: 23 de jan. 2025.
- UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Lisbon 000046: PSI: Urging Brazilian Participation. Confidential. 5 de janeiro de 2007. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/07LISBON46_a.html. Acesso em: 27 jan. 2025.
- UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Buenos Aires 001305: (C) Argentine MFA Shares Some Concerns About Brazilian Foreign Policy, Nuclear Potential. Buenos Aires, 24 dez. 2009. Confidential. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BUENOSAIRES1305_a.html. Acesso em: 23 jan. 2025.
- VAN WYK, Jo-Ansie Karina. **South Africa's Nuclear Diplomacy, 1990-2010: Securing A Niche Role Through Norm Construction And State Identity**. Tese de Doutorado em Filosofia/Relações Internacionais. University of Pretoria, Faculty Of Humanities. 2013, p. 37-64.
- VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 41-74, 1997.
- VAZ, Alcides Costa. El gobierno de Lula: ¿Una nueva política exterior? **Nueva Sociedad**, n. 187, p. 139-153, set.-out. 2003.
- VERA, María; COLOMBO, Sandra. La política nuclear durante el gobierno de Néstor Kirchner (2003–2007). V Encuentro del CERPI y III Jornada del CENSUD, La Plata, Argentina, **IRI UNLP**, p. 1-27, 2011.
- VERA, María Nevia. La política nuclear argentina y la cooperación estratégica con Brasil en el siglo XXI. **Revista Intellector**, v. 11, n. 21, p. 01-14, 2014.
- VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, p. 31–61, nov. 2003.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 353-377, dez. 2007.

VISENTINI, Paulo F. De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005). v. 5 n. 2. **Civitas**, dez. 2005.

VISENTINI, Paulo F. **O caótico século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.

VISENTINI, Paulo F. **Projeção internacional do Brasil**. 1. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2013.

WAISMAN, Valentina. Argentina y Brasil: Percepciones y Posturas Actuales Frente ao Régimen de No Proliferación Nuclear. **Revista Política Hoje**, v. 19, n. 2, 2010.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. **Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): história e conjuntura na análise das relações com a Argentina**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2016.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. International Framework for Nuclear Energy Cooperation (IFNEC). 2016. Disponível em: <https://world-nuclear.org/information-library/current-and-future-generation/international-framework-for-nuclear-energy-coopera>. Acesso em: 29 jan 2025.